

A INCLUSÃO DO *RUGBY* NA ESCOLA COMO UMA NOVA ATIVIDADE ESPORTIVA VOLTADA PARA ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autor 1: Atila Alves da Silva¹
Autor 2: Wanessa Pucciariello Ramos²

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

A proposta deste artigo tem por objetivo apresentar o *Rugby* como um novo tipo de esporte que pode ser implantado nas aulas de Educação Física, através do qual os alunos podem desenvolver o espírito de equipe, companheirismo, lateralidade e ampliar a destreza motora. Para tanto, considera-se importante conhecer a história do *Rugby*, suas regras e como se dá a iniciação do mesmo, analisar as contribuições da prática do *Rugby* com tratamento educacional, bem como, verificar a possibilidade de implantar o *Rugby* como um novo esporte nas aulas de Educação Física, mostrando que o mesmo pode ajudar no desenvolvimento dos alunos e na socialização deles com os colegas. A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica, para que se possam apresentar os pensamentos de diversos autores sobre o tema. A relevância do estudo é justificada tendo em vista as atividades esportivas presenciadas no âmbito escolar considerando que esta modalidade esportiva é desconhecida pelos adolescentes da região fronteiriça e por ser um esporte coletivo que pressupõe a participação de todos promove a inclusão de todos os alunos, exigindo que todos cooperem entre si, eliminando qualquer tipo de discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Rúgbi; Esporte coletivo.

1. DESENVOLVIMENTO

O estudo apresentado neste artigo tem por objetivo apresentar o rúgbi como um novo tipo de esporte que pode ser implantado nas aulas de Educação Física, através do qual os alunos podem desenvolver o espírito de equipe, companheirismo, lateralidade e ampliar a destreza motora. Para tanto, considera-se importante conhecer a história do referido esporte, suas regras e como se dá a iniciação do mesmo, analisar as contribuições da prática do *Rugby* com tratamento educacional, bem como, verificar a possibilidade de implantar o *Rugby* como um novo esporte nas aulas de Educação Física, mostrando que o mesmo pode ajudar no desenvolvimento dos alunos e na socialização deles com os colegas.

¹ Faculdade de Educação Física – Faculdades Magsul, Ponta Porã, MS, Brasil

² Professora Mestre em Educação no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS.

A relevância do estudo é justificada tendo em vista as atividades esportivas presenciadas no âmbito escolar considerando que esta modalidade esportiva é desconhecida pelos adolescentes da região fronteira e por ser um esporte coletivo que pressupõe a participação de todos promove a inclusão de todos os alunos, exigindo que todos cooperem entre si, eliminando qualquer tipo de discriminação.

No atual contexto educacional onde os valores sociais e humanos devem permear os conteúdos de todas as disciplinas curriculares, a inserção do *Rugby* enquanto prática esportiva é uma iniciativa que pode levar o aluno a aprender a jogar com seus colegas e não contra eles, valorizando mais a cooperação do que a competição.

A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica, para que se possam apresentar os pensamentos de diversos autores sobre a temática em estudo. A partir da delimitação do tema e busca de referenciais para embasamento teórico, de modo a organizar melhor o texto, dividiu-se em partes incluindo esta introdução:

1.1 BREVE HISTÓRICO DO RUGBY

No atual contexto educacional onde os valores sociais e humanos devem permear todas as disciplinas curriculares, a inserção do *Rugby* enquanto prática esportiva é uma iniciativa que pode levar o aluno a aprender a jogar com seus colegas e não contra eles, valorizando mais a cooperação do que a competição.

Jogar é definido por Ferreira (2001) como: “Dizer ou fazer brincadeira” ”Executar as diversas combinações de um jogo”. A palavra jogar, como se vê, é aplicável tanto às definições do brincar, quanto a várias outras atividades como, por exemplo, os passatempos e divertimentos sujeitos a regras.

Tentar definir o jogo não é tarefa fácil, pois a cada contexto ele é utilizado como meio para aprendizado ou divertimento. Diversos autores definem o jogo, sendo que a sua contribuição para o aprendizado é ressaltado por todos, uma vez que envolve os esquemas cognitivos e físicos do indivíduo e, está presente tanto na vida de crianças como na de adultos. A palavra jogo segundo Ferreira (2001) pode ser definida como: Atividade física ou mental por um sistema de regras que definem a perda ou ganho ou brinquedo, passatempo, divertimento entre outras, portanto, pode ser entendida de modos diferentes, enquanto na visão de Huizinga (1996, p. 03) “o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um

reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. É uma função significante, isto é, encerra um determinado sentido”.

O jogo, sob essa ótica, pode ser considerado como excelente alternativa para auxiliar no desenvolvimento integral do indivíduo, considerando-se seu caráter lúdico e educativo. Considerando-se que o *Rugby* exercita a cooperação entre os alunos, bem como a elevação da autoestima, confiança, respeito mútuo, comunicação, criatividade, alegria e entusiasmo, encontra-se nesta modalidade uma oportunidade ímpar para que sejam trabalhados os valores sociais e humanos nas aulas de Educação Física.

O *Rugby* como o futebol surgiu na Inglaterra, segundo Cenamo (2010), sua origem e difusão parte das práticas formativas utilizadas pelas escolas inglesas no século XIX, tendo sua primeira ação praticada na Escola *Rugby*, quando o o estudante Wiliam Webb Ellis, irritado com as regras criadas, pegou a bola com as mãos, atravessou o campo correndo, não permitindo que ninguém o parasse.

Cenamo (2010) menciona também que jogos com bola que permitiam contato físico entre os praticantes já existiam antes mesmo de existir o *Rugby*, a mesma característica de jogo, no qual os praticantes levavam a bola de uma extremidade do campo a outra, derrubando os seus oponentes.

De acordo com Morgato (2015) a difusão do *Rugby* enquanto modalidade esportiva fez surgir na Inglaterra diversos clubes de *Rugby*, o que exigiu a criação de uma entidade nacional organizadora. Assim, em 1871 surgiu a *Rugby Football Union*, que contou com a presença de 21 equipes, em 1873 formou-se a União Escocesa de *Rugby* (SRU), em seguida, no ano de 1879 organizou-se a União Irlandesa de Futebol *Rugby* (IRFU), e em 1881 foi a vez da União Galesa de *Rugby* (WRU) ser criada. Em consequência da criação dessas quatro entidades surgiu o *Internacional Rugby Board* (IRB), no ano de 1886, fundado por representantes da Escócia, Irlanda e País de Gales enquanto órgão regulador internacional.

O *Rugby*, segundo Sambrana (2014) citando Aguiar (2011) informa que em sua trajetória histórica o esporte passou por várias modificações, sendo moldado por valores e tradições, cabendo destacar que por ser um esporte de intenso contato, justifica a existência de um código de conduta muito rígido a ser respeitado por todos os praticantes, assim como também os espectadores, sendo que esse código tem por base valores como: respeito, união, lealdade, humildade e disciplina.

A influência inglesa sobre os cinco continentes, postula Cenamo (2010), não se restringiu apenas ao campo econômico, como também se estendeu para a área cultural, inclusive na prática esportiva. Nesse setor, a influência decorreu do fato que marinheiros, trabalhadores e empresários ingleses, em seus momentos de lazer praticavam esportes como o “Football”, “Cricket”, “Rugby Football”, entre outros. Foi assim que o *Rugby* ficou conhecido em todo o mundo.

O *Rugby* chegou ao Brasil trazido por imigrantes ingleses que, segundo Cenamo (2010), foi uma consequência do processo industrial pelo qual passava o país no final do século XIX. Esses imigrantes passaram a fundar clubes para a prática do esporte e com isso permitiam a participação da população em geral, o que na visão do autor, impulsionou a difusão do esporte.

As primeiras seleções estaduais de *Rugby* contaram com jogadores formados no Rio Cricket A. A., clube este fundado em 1872. Passados dezesseis anos, em 1888, fundou-se o SPAC (São Paulo Athletic Club), em São Paulo e, posteriormente em 1891 foi fundado no Rio de Janeiro o Clube Brasileiro de Futebol *Rugby* (CENAMO, 2010).

O primeiro clube de esportes fundado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, foi em 1875, e era conhecido como o Paissandu *Cricket* Clube. Ainda na cidade do Rio de Janeiro, em 1891, o Clube Brasileiro de Futebol *Rugby*, foi o primeiro clube a desenvolver as atividades do *Rugby*, tendo como seu pioneiro, o jovem brasileiro que havia recém chegado da Inglaterra, o Luiz Leonel Moura, onde lá havia tido contato com o *Rugby* e o com o futebol, e suas principais diferenças, foi devido a sua iniciativa que o *Rugby* foi inserido, e que logo encontrou outros adeptos desta modalidade (OLIVEIRA, 2004 *apud* SAMBRANA, 2014, p. 15).

A partir de então, Sambrana (2014), destaca que a prática regular do *Rugby* passou a acontecer somente a partir de 1925 com o surgimento de novas equipes e nos anos seguintes passaram a serem organizadas uma série de jogos interestaduais amistosos culminando, inclusive em uma etapa internacional no ano de 1932 contra os *Springboks*, time de *Rugby* da África do Sul.

Passado o período em que o *Rugby* teve certo desfalque devido ao regresso de muito dos ingleses que praticavam o *Rugby* para a Europa pra defender o Exército Britânico, no ano de 1966, que realizou-se o primeiro jogo entre as equipes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em

dezembro de 1972, substituindo a União de *Rugby* do Brasil, foi fundada a Associação Brasileira de Rugby-ABR, sendo reconhecida pelo então existente Conselho Nacional de Desportos-CND (SAMBRANA, 2014).

Na atualidade o *Rugby* vem passando por uma importante evolução, principalmente no que tange a aderência de novos praticantes e no desenvolvimento e formação de novos atletas. Essa evolução está diretamente relacionada à reorganização ocorrida no ano de 2009 quando a Associação Brasileira de *Rugby* passou a ser Confederação Brasileira de *Rugby* (CBRu). Isto exigiu que as Federações estaduais e os clubes se reorganizassem para participarem das competições nacionais, regionais e estaduais. Além disso, para fazer parte do rol de países que recebem investimentos da *World Rugby* (Confederação Internacional de *Rugby*) foi preciso se readequar, traçar metas, apresentar relatórios e enviar seus recursos humanos para capacitações e formações da *World Rugby* (PINHEIRO et al., 2015, p. 87).

Nessa perspectiva, Sambrana (2014), aponta que o *Rugby* ainda é um esporte de pouca divulgação que, entretanto, vem crescendo, sendo que no Mato Grosso do Sul, existem equipes nas cidades de Campo Grande, Corumbá, Dourados, Bela Vista, Itaporã, Jardim, São Gabriel do Oeste, Ponta Porã, Maracajú e Três Lagoas.

A autora destaca que na cidade de Ponta Porã organizou-se o Frontera Rugby Clube, idealizado no ano de 2011, iniciando sua concretização no primeiro semestre de 2012, quando tiveram início os treinamentos no município. Entre as ações imputadas para essa concretização envolveu a solicitação de um campo para os treinos, criação de uma página na rede social para divulgação e a publicação da agenda do início dos treinamentos via cartazes. Assim, no dia 01 de setembro de 2012, no campo do Horto Florestal do município compareceram mais de 30 interessados, entre brasileiros e paraguaios. Após essa primeira etapa, o público interessado se reuniu no dia 29 de setembro para assistir ao jogo Los Pumas X All Blacks e escolher o nome e as cores da equipe. Na ocasião, oficializou-se o nome Frontera Rugby Clube, defendendo as cores azul e vermelha, cores estas, escolhidas por serem as oficiais de Ponta Porã e também do país vizinho (SAMBRANA, 2014).

1.2 O *Rugby* nas aulas de Educação Física

Partindo do objetivo estabelecido pelos PCNs esperando que ao final do ensino fundamental os alunos sejam capazes de adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência, o *Rugby* vem de encontro a esse objetivo, uma vez que uma prática calcada na disciplina,

camaradagem, controle, respeito mútuo, espírito de equipe, conduta e contato controlado, caracteriza o *Rugby* podendo ser assim praticado por pessoas de biótipos, gêneros e idades variadas (MENDES et al., 2015, p. 03).

A necessidade de apresentar novidades com a finalidade de motivar os nossos alunos para as práticas da educação Física faz do *Rugby* uma ferramenta importante. A modalidade oportuniza que alunos dos mais variados tipos físicos participem do jogo. As características do *Rugby* favorecem a inclusão e aceitação das diferenças (PINHEIRO et al., 2015, p. 91).

Nesse sentido, Sambrana (2014) propõe o *Tag Rugby* como uma importante ferramenta educacional a ser utilizada nas aulas de Educação Física, como instrumento auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando aos praticantes uma participação ativa, demonstrando na prática, uma nova visão de prática esportiva nas aulas de Educação Física.

De acordo com a autora acima, o Tag é um jogo pré-desportivo que traz em suas regras os valores e princípios do *Rugby*, podendo ser praticado em espaços reduzidos, como acontece na maioria das escolas e enquanto atividade inclusiva favorece a cooperação, o espírito de equipe e o trabalho coletivo, sem desmerecer nenhum participante, e o principal, sem contato físico direto, desmistificando a violência atribuída ao *Rugby*.

Os jogos pré-desportivos são citados por Teixeira (1993) como aqueles que, além de estimular as capacidades físicas e mentais, preparam para a prática formal de esportes individuais e coletivos. Praticando-o os reflexos tornam-se mais rápidos, aumentam as habilidades manuais e intensificam o trabalho em grupo, que é de suma importância para a prática coletiva do *Rugby* ou outro esporte da mesma natureza.

Entende-se que na utilização de jogos como o *Rugby* ou *Tag Rugby* no contexto escolar deve levar em conta a organização de espaços adequados para estimular o jogo, a disponibilidade de materiais, bem como, a verbalização entre adultos e crianças. Cabe ao professor dar informações sobre as diferentes formas de jogar, e também, agir demonstrando não só o prazer de jogar, mas estimulando os alunos para que tais ações se tornem aprendizado.

A interação cooperativa com os outros é necessária para o desenvolvimento da autoestima, da confiança e da identidade pessoal, que são elementos importantes o bem estar psicológico. Se o jogo tem presentes os valores de solidariedade e cooperação, começamos a descobrir a capacidade

que cada um de nós tem em sugerir ideias (BROWN *apud* SOLER, 2006, p.24).

Além de contribuir efetivamente para o desenvolvimento de habilidades e capacidades motoras, o jogo como atividade é composto de elementos de regulação e compensação das energias potenciais do sujeito, é um meio essencial de interação e socialização, instrumentos importantes no desenvolvimento das estruturas do pensamento, influenciando notavelmente na formação da personalidade.

Assim, jogar desenvolve a iniciativa, a imaginação, o intelecto, a curiosidade e o interesse, o corpo e a estrutura psíquica, o senso de responsabilidade individual e coletiva, a cooperação, colocar-se na perspectiva do outro, a capacidade de lidar com limites, a memória, a atenção e a concentração por longo período de tempo.

O professor tem papel importantíssimo no sucesso de seus alunos. Sua relação com os alunos, sua metodologia e sua postura propiciarão condições para o desenvolvimento máximo de sua turma. Parafraseando Kamii e Devries (1991) existem dois princípios básicos de ensino que o professor deve analisar no momento da elaboração de suas aulas: que os jogos sejam modificados a fim de se ajustarem à maneira como o aluno pensa, e que a autoridade do adulto seja reduzida tanto quanto possível.

As relações que o professor estabelece com seus alunos refletem e caracterizam o comportamento de sua turma. É importantíssimo que o professor reduza o seu poder tanto quanto possível, mas não esquecendo nunca de sua função de organizador e condutor do grupo. Os jogos em grupo são excelentes oportunidades de discussão e interação entre os alunos, a tomada de decisões deve ser feita por parte dos mesmos. O encorajamento dessas iniciativas estimula a autonomia intelectual e social da criança (KAMII e DEVRIES, 1991, p. 291).

A participação do professor como jogador é uma das melhores maneiras de encorajar seus alunos. Como participante o professor pode intervir como um jogador. Sendo assim, ele torna-se um participante no mesmo nível de seus alunos, suas ideias e sugestões devem ser discutidas e aceitas ou não pelo grupo, o que ocasiona reflexão e interação entre as crianças. Não importa o tipo de jogo que o professor sugere, mas sim as atitudes tomadas pelo mesmo, ou seja, que reduza o poder do adulto, dê tempo aos alunos, encoraje a cooperação entre eles e

ajude-os a chegar a suas próprias decisões (KAMII e DEVRIES, 1991, p. 292).

Sendo assim, Sambrana (2014) ressalta que o Rugby dentro do espaço educacional é mais um suporte a ser trabalhado nas aulas de Educação Física, sem, no entanto, desmerecer as outras modalidades esportivas desenvolvidas na escola, mas trazendo consigo um jogo estratégico de caráter lúdico por meio do Tag, para que assim, se desmistifiquem os mitos/tabus do *Rugby* classificado como um jogo violento.

Este trabalho envolvendo o *Rugby* não desenvolve nos alunos somente uma melhor competência motora, mas sim um envolvimento mais amplo de todo o grupo participante. A conquista dos desafios através de ações coletivas desenvolve nos alunos o sentimento de pertencer a um grupo; a valorização da ação de cada indivíduo em prol de um resultado coletivo valoriza e encoraja os alunos; a relação de ajudar-se com maior frequência coloca os alunos diante das diferenças e ensina-os a lidar com as mesmas.

Na análise de Darido (1998) o jogo tem papel importantíssimo na metodologia construtivista e é considerado o principal modo de ensinar. Portanto, o mesmo deve ser introduzido de maneira clara e breve para assim os alunos interpretem e utilizarem as regras durante a sua realização.

Na nossa sociedade, a violência atinge todas as camadas sociais e culturais, o esporte não foi descartado desse fenômeno, temos acompanhado através da mídia, brigas, ameaças, todos podem ser vítimas e agressores, ou seja, às vezes agredimos pessoas sem perceber por não entender culturas, hábitos e crenças. O *rugby* agrega diversos valores humanos o principal deles e o amor ao seu semelhante, todo praticante dessa modalidade aprende junto com o esporte a camaradagem, fraternidade, respeito ao próximo, compartilhar, entender as diferenças étnicas, religiosas e culturais. Cabe ao professor, reforçar os valores aprendidos pelo esporte de tal maneira, que possa ser utilizado na vida diária dos alunos praticantes de *rugby* (MENDES et al., 2015, p. 06).

Destaca-se que a oportunidade da prática deste tipo de jogo propicia ao aluno a experimentação de novas formas de vivenciar e aproveitar o jogo. Os princípios e objetivos destas atividades caracterizam-se pela valorização da construção de objetivos comuns, para a obtenção do prazer. Os alunos aprendem a jogar com e não contra seus colegas; a solidariedade e a confiança também são altamente estimuladas; a vitória é compartilhada entre todos e, com isso, os alunos expressam sentimentos de aceitação e demonstram vontade de permanecer jogando.

Os jogos, ao serem trabalhados com os alunos no Ensino Fundamental, representam os valores e os anseios da sociedade a qual pertencem, ou seja, através dos jogos elas retratam determinada estrutura social. No mundo atual, a capacidade de destacar-se individualmente como o melhor, o mais eficiente, torna-se muito importante em todos os setores da sociedade. O ser humano vem sendo valorizado por suas capacidades frente aos demais, sem que se leve em conta suas estratégias ou mecanismos que utiliza, mesmo que os mesmos causem danos a outras pessoas.

Vale ressaltar que o professor de Educação Física ao propor atividades que envolvam jogos, deve estar atento ao tipo de jogo que irá propor, de modo que contribuam para a construção de um mundo melhor. Percebe-se, portanto, que os jogos conhecidos, com objetivos voltados à competição, não são as únicas possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas nas aulas de Educação Física.

De acordo com Brotto (1999) o jogo repercute em diversos níveis do desenvolvimento humano, tanto na linguagem, cognição, no campo afetivo, físico-motor, mental, moral e espiritual, envolvendo certa harmonia que integra virtudes e defeitos, habilidades e dificuldades.

Desse modo, considerando que todo ser humano independente da classe social da qual faz parte, em diversas circunstâncias, viveu experiências de brincar quando criança e que essa atividade específica é parte do ser humano integral, pode-se dizer que além do desenvolvimento físico e intelectual, o caráter lúdico do *Tag Rugby* favorece o desenvolvimento dos vínculos afetivos e sociais positivos como condição para que se possa viver em grupo, ou seja, constitui-se em um importante instrumento de educação para a vida.

Considerando o que foi exposto, entende-se que jogos como o *Rugby* ajudam a diminuir a exclusão dentro do contexto educacional, pois tiram o foco principal do jogo do ato de ganhar ou perder e passa a valorizar a criatividade dos alunos evitando confrontos individuais e coletivos uma vez que os alunos têm objetivos em comum, a relação de ganhador e perdedor não existe no jogo, os jogos cooperativos têm relação com, o jogar com o outro. Através do pensamento cooperativo, os jogadores são motivados a unir suas ações individuais em prol de um objetivo comum.

Ao trabalhar as questões da competitividade e cooperatividade nas aulas de Educação Física, o professor irá demonstrar que tal disciplina não tem apenas a característica

de educadora do corpo, mas também fará uma importante contribuição na sua função social, numa sociedade que fragmenta e torna o ser humano individualista, as aulas de Educação Física oportunizarão o relacionamento de diferentes comportamentos ensinando a conviver de maneira justa.

As aulas de Educação Física devem oferecer princípios básicos de ensino para a formação e construção de valores de seus alunos. Esses princípios devem proporcionar a garantia de inclusão e participação de todos, o respeito, a corporeidade singular dos alunos, o privilégio do caráter lúdico, a reflexão sobre as práticas competitivas, a problematização dos valores estéticos da cultura com relação às práticas corporais, entre outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Capinas, SP: [s.n.], 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br> Acesso em: 07/04/2017.

CENAMO, Gabriel Colini. **História do Rugby**. (Monografia). São Paulo: Universidade de São Paulo. Escola de Educação Física e Esporte, 2010. Disponível em: <http://www.portaldorugby.com.br/2015/wp-content/uploads/2010/04/Hist%C3%B3ria%20do%20Rugby%20-%20Gab%C3%B3.pdf> Acesso em: 31/03/2017.

DARIDO, S. C. Apresentação e análise das principais abordagens da Educação Física escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. UNESP-Rio Claro, SP, p. 58-65, set/1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2º edição. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2001.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4º edição. São Paulo, SP: Perspectiva, 1996.

KAMII, C. e DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil**: implicações da teoria de Piaget. São Paulo, SP: Trajetória Cultural, 1991.

MENDES, André da Silva. QUINTINO, Leonardo da Silva. FERREIRA, Rafaela Pereira. GOMES, Wagner Domingos Ferreira. **Rugby inserção nas aulas de Educação Física Escolar**. (Artigo *on-line*). 2015. Disponível em: http://www.portaldorugby.com.br/2015/wp-content/uploads/2010/04/RUGBY_INSER%C3%87%C3%83O_NAS_AULAS_DE_EDUCA

%C3%87%C3%83O_FISICA_ESCOLAR__Resumido.pdf Acesso em: 04/04/2017.

MORGATO, Felipe. **Rugby, sob o olhar da agressividade**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado – Educação Física). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

PINHEIRO, Eraldo dos Santos Pinheiro. JÚNIOR, Mario Renato Azevedo Júnior. MIGLIANO, Mauricio Migliano. BERGMANN, Gabriel Gustavo Bergmann. **Rugby no Brasil: Na escola! É possível?.** In: **Congresso Internacional dos Jogos Desportivos** /organizadores Kátia Lucia Moreira Lemos, Pablo Juan Greco, Juan Carlos Pérez Morales. Belo Horizonte: EEEFFTO/UFMG, 2015.

SAMBRANA, Joeci das Dores Gonçalves. **A Inserção do Tag Rugby na escola: Uma visão dos acadêmicos de Educação Física do CPAN/UFMS.** (Monografia). Corumbá – MS: UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: <http://cpan.sites.ufms.br/files/2015/02/JOICE-SAMBRANA-TCC.pdf> Acesso em: 04/04/2017.

SOLER, R. **Jogos Cooperativos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

TEIXIERA, Hudson Ventura. **Trabalho dirigido da educação física: 1º grau**. São Paulo: Saraiva, 1983.

BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA O HIPERTENSO

Autor 1: Bárbara Danielle Carneiro¹;

Autor 2: Daniel Ribeiro².

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer.

RESUMO

O presente estudo tem como tema os benefícios da atividade física para o hipertenso. Através da atividade física é possível amenizar e controlar a pressão arterial em repouso, de uma maneira fácil e saudável. Além de um acompanhamento médico com medicamentos, um bom ajudante para a diminuição e o controle da hipertensão é a atividade física. A atividade física é importante não só na prevenção, mas também trás benefícios no tratamento para quem já desenvolveu o problema. Tem como objetivo realizar uma revisão da literatura que apresente os benefícios da atividade física como opção para a prevenção e terapia não medicamentosa da hipertensão arterial sistêmica, tendo como metodologia o referencial bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física; hipertensão arterial; saúde.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, são inúmeras as pesquisas que buscam os benefícios da atividade física, para a saúde, em especial a sua ação sobre o sistema cardiovascular, onde os benefícios da atividade física são amplamente difundidos em diversos estudos realizados no Brasil e no mundo. A prática regular de atividade física vem sendo recomendada para a prevenção e reabilitação de diversas doenças cardiovasculares, desde que bem planejada e orientada por um profissional capacitado, a fim de proporcionar os reais benefícios para a saúde do indivíduo e não oferecer riscos ao praticante.

Entre as patologias que mais atingem o sistema cardiovascular, podemos citar a hipertensão arterial sistêmica, como um dos principais fatores de risco para complicações cardiovasculares, uma vez que sua atuação acontece diretamente na parede das artérias.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se pela importância da prática da atividade física para o indivíduo hipertenso.

De acordo com as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), a hipertensão arterial pode ser controlada desde que o paciente se envolva e dê importância para o tratamento medicamentoso, este de forma contínua e regular, e também o tratamento não

¹ Especialista em Fisiologia do Exercício e Prescrição do Treinamento pela FAESI/UNIGUAÇU.

² Especialista em Treinamento Desportivo pela FAESI/UNIGUAÇU.

medicamentoso (prática de atividade física, controle do peso, ingestão de dieta hipossódica, tabagismo). A terapêutica não medicamentosa vem sendo recomendada no tratamento da hipertensão arterial sistêmica de maneira isolada, no caso de hipertensos leves (estágio I), ou associada à terapia medicamentosa nos indivíduos com hipertensão moderada (estágio II) e severa (estágio III) (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2009).

Apesar de não haver dúvidas quanto aos benefícios da atividade física para a prevenção e tratamento da hipertensão, não há um consenso de qual seria a melhor atividade para essa população.

Os exercícios resistidos recentemente passaram a ser recomendados para indivíduos hipertensos em conjunto com o exercício aeróbio, mas são pouco utilizados, uma vez que os seus benefícios são conhecidos sobre a musculatura esquelética, mas ainda são poucos os trabalhos científicos existentes sobre o comportamento da pressão arterial durante esse tipo de exercício. Entretanto, não são objetos deste estudo.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura que apresente os benefícios da atividade física como opção para a prevenção e terapia não medicamentosa da hipertensão arterial sistêmica, tendo como metodologia o referencial bibliográfico.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pressão Arterial

De acordo com Guiselini (2006), a pressão arterial é responsável pela circulação, tendo início com o batimento do coração, e a cada vez que bate, o coração joga o sangue através das artérias, quando esse sangue passa pelas artérias, elas esticam e relaxam exercendo uma pressão sobre o sangue a fim de mantê-lo circulando e proporcionando que ele vá para frente e consiga chegar até as extremidades.

Essa é uma definição básica da pressão arterial, como acontece o processo com uma explanação bem simples e sucinta, esta mesma pressão arterial recebe duas conotações diferentes para cada situação, no momento de contração e relaxamento do coração.

A pressão sistólica é usada para estimar a pressão exercida contra as paredes arteriais quando o sangue é ejetado forçosamente durante a contração ventricular, reciprocamente, a pressão arterial diastólica é usada para estimar a pressão exercida contra as paredes arteriais quando o sangue não está sendo forçosamente ejetado através dos vasos (MAIOR *et al*, 2007).

Segundo Guiselini (2006, p. 88), “a pressão sanguínea resulta da iteração do trabalho cardíaco, mediante a ação de contração e relaxamento de seus músculos, e da propriedade de elasticidade dos vasos sanguíneos, destinados a absorver a força que o sangue exerce contra as suas paredes”.

2.1.1 HISTÓRICO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Segundo Luna (1999, p. 6), “sabe-se que a primeira medida experimental da pressão arterial foi feita, em 1711, por Stephen Halles, na Inglaterra”. A pressão foi medida em um cavalo, imobilizado por grande número de estudantes.

Halles colocou uma cânula na artéria crural do animal, conectando-a a um tubo de vidro de três metros de altura. A coluna de sangue se elevou a dois metros e meio de altura acima do animal, tendo sido esse o primeiro registro da pressão arterial. Assim se iniciava o processo cujo resultado nos leva a conhecer as medidas de pressão arterial individual.

De acordo com Ramos (1998, p. 230):

No fim do século 19, Mohamed descreveu a síndrome arterial hipertensiva. EM 1881, Riva-Rocci criou o primeiro esfigmomanômetro e em 1906, Korotkoff tornou prática à medida de pressão arterial. Em 1914, Volhard descreveu as síndromes de hipertensão maligna e benigna. Goldblatt, em 1934, descreveu a hipertensão renovascular e, em 1939, Page e Braun Menendez descobrem a angiotensina; Cohn, em 1955, descreveu o hiperaldosteronismo e, em 1959, ficou clara a inter-relação entre angiotensina e aldosterona.

No que concerne à história da terapêutica da hipertensão arterial, salienta-se que, em 1876, Ambard descobriu que os hipertensos excretavam menos cloreto pela urina, e, em 1922, Allen padronizou o tratamento da hipertensão utilizando dietas pobres em sal (RAMOS, 1998).

2.1.2 DEFINIÇÃO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL

De acordo com a VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), a hipertensão arterial sistêmica é caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial, associando-se frequentemente a alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo (coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos), sendo uma condição clínica multifatorial diagnosticada pela detecção de níveis elevados e sustentados de pressão arterial pela medida casual.

O ideal para validar que o indivíduo está em uma condição de Hipertensão, é realizar o acompanhamento ambulatorial, ou seja, inicia-se com a detecção e mantém uma observação contínua, não devendo ser diagnosticada com base em uma única medida da pressão arterial (PESSUTO; CARVALHO, 1998).

O indivíduo é considerado hipertenso quando, na ausência da terapia anti-hipertensiva, seus níveis pressóricos são mantidos cronicamente em valores iguais ou superiores a 140 mmHg para a pressão arterial sistólica ou 90mmHg para a pressão arterial diastólica (LATERZA; RONDON; NEGRÃO, 2007).

Conforme a VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), os valores da pressão arterial sistólica e da pressão diastólica são classificados como:

- Ótima = 110 mmHg PAD.
- Hipertensão sistólica isolada = 140 mmHg PAS e < 90 mmHg PAD.

2.1.3 HIPERTENSÃO ARTERIAL E DOENÇAS CARDIOVASCULARES

Segundo Mediano *et al* (2005, p. 338), “a hipertensão arterial, isoladamente, é um fator de risco para diversas doenças cardiovasculares, por outro lado, a redução da pressão arterial diminui o risco de desenvolvimento de tais enfermidades”.

Para Andrade *et al* (2002, p. 375), “a hipertensão arterial sistêmica é uma das mais importantes causas de morbi-mortalidade universal, e identificada como um dos mais prevalentes fatores de risco para o desenvolvimento de doença arterial coronariana, acidente vascular cerebral e doença vascular congestiva”.

De acordo com a VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), a mortalidade por doença cardiovascular aumenta progressivamente com a elevação da pressão

arterial a partir de 115/75mmhg, de forma linear, continua e independente, em 2001, cerca de 7,6 milhões de mortes no mundo foram atribuídas à elevação da pressão arterial, no Brasil as doenças cardiovasculares têm sido a principal causa de morte, em 2007, ocorreram 308.466 óbitos por doenças do aparelho circulatório.

Segundo Wilmore e Costill (2001), as doenças crônicas degenerativas do sistema cardiovascular são a principal causa de patologias graves e de morte, as doenças cardiovasculares afetam aproximadamente 60 milhões de americanos por ano e acarretam cerca de 1 milhão de mortes anualmente.

Pode ser percebido que a hipertensão arterial sistêmica, além de desencadear uma série de problemas a saúde, principalmente no que concerne ao sistema cardiovascular, também gera uma despesa exacerbada aos cofres públicos, através do sistema único de saúde.

A hipertensão arterial representa sério problema de saúde pública, pela sua elevada prevalência, de 15% a 20% na população adulta e mais de 50% nos idosos, além disso, junto com o tabagismo, diabetes e dislipidemia constituem-se em importante fator de risco para doenças cardiovasculares responsáveis por cerca de 30% das mortes (STRELEC *et al*, 2003, p. 343).

De acordo com a VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), entre 1990 e 2006, observou-se uma tendência lenta e constante de redução das taxas de mortalidade cardiovascular, atualmente no ano de 2009 ocorreram 91.970 internações por doenças cardiovasculares, resultando em um custo de R\$ 165.461.644,33 para o Sistema Único de Saúde (SUS).

2.1.4 FATORES DE RISCO E CAUSAS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

De acordo com Guyton (2002), existem os fatores de risco não modificáveis, como, a idade, a hereditariedade que aparece em 74% dos sujeitos e o sexo. Nos fatores modificáveis estão inclusos os hábitos sociais (Tabagismo e bebida alcoólica), uso de anticoncepcionais, padrões alimentares e aspectos físicos (FONSECA *et al*, 2009).

Entre 90 e 95% das pessoas que apresentam hipertensão arterial sistêmica, a causa é primária, ou seja, desconhecida, os outros 10% apresentam a hipertensão secundária, com origem relacionada a doenças renais, endócrinas entre outras, mas independente da etiologia,

o nível constantemente elevado de pressão arterial tem como principais causas o desenvolvimento de hipertrofia ventricular esquerda, hemorragias cerebrais e insuficiência renal, comprometendo órgãos-alvo como coração, cérebro e rins (GUYTON, 2002).

Fonseca *et al* (2009, p. 129) concordam que “a causa da hipertensão arterial primária não é conhecida na maioria dos casos, já a hipertensão arterial secundária deve ser investigada, uma vez que o diagnóstico etiológico significa, em muitos casos, a possibilidade de tratamento específico e cura ou controle por intervenção clínica ou cirúrgica”.

Sanchez, Pierin e Mion Jr. (2004, p. 91) afirmam que “a hipertensão arterial trata-se de uma doença crônica, na maioria das vezes assintomática, e requer tratamento para toda a vida para o seu controle”.

O controle da pressão arterial inicia-se com a detecção e observação contínua, não devendo ser diagnosticada com base em uma única medida da pressão arterial e após sua confirmação, deve ser classificada como hipertensão primária ou secundária (PESSUTO; CARVALHO, 1998).

“O diagnóstico e os tratamentos adequados proporcionam menores gastos com internações, invalidez, bem como com a assistência às cardiopatias, acidentes vasculares cerebrais e suas sequelas, reduzindo também a procura aos serviços de emergência” (SANCHEZ; PIERIN; MION JR., 2004, p. 91).

Assim, se faz necessário que todos os possíveis fatores de risco sejam conhecidos e detectados em um primeiro contato com o indivíduo, possibilitando a intervenção rápida e adequada.

Para Fonseca *et al* (2009), quanto aos fatores de risco conhecidos para a hipertensão arterial, os mais importantes são: Obesidade, fumo, ingestão de álcool, história familiar de hipertensão, fatores psicológicos, certos traços de personalidade e estresse, que podem ser importantes desencadeadores no desenvolvimento da hipertensão.

2.2 ATIVIDADE FÍSICA E HIPERTENSÃO

2.2.1 EXERCÍCIOS FÍSICOS

De acordo com Barbanti (1990, p. 27), “a atividade física, desde um simples movimento até uma complexa habilidade esportiva, só é possível por meio de forças desenvolvidas pelos músculos esqueléticos do corpo”.

O exercício físico caracteriza-se por uma situação que retira o organismo de sua homeostase, pois implica no aumento instantâneo da demanda energética da musculatura exercitada e, conseqüentemente, do organismo como um todo (BRUM *et al*, 2004).

O exercício físico é uma atividade realizada com repetições sistemáticas de movimentos orientados, com conseqüente aumento no consumo de oxigênio devido à solicitação muscular, gerando, portanto, trabalho (MONTEIRO; SOBRAL FILHO, 2004).

De acordo com Russo e Monteiro (2005), a prática de exercícios constitui uma importante estratégia na prevenção e tratamento da hipertensão arterial, ela é uma das principais modificações de estilo de vida que contribui para reduzir diversos outros fatores de risco associados às doenças cardiovasculares, além disso, níveis de condicionamento físicos mais elevados estão associados a uma menor incidência de hipertensão arterial.

Para Monteiro e Sobral Filho (2004) pode-se dizer que durante um período de exercício, o corpo humano sofre adaptações cardiovasculares e respiratórias a fim de atender às demandas aumentadas dos músculos ativos e, à medida que essas adaptações são repetidas, ocorrem modificações nesses músculos, permitindo que o organismo melhore o seu desempenho.

Os exercícios tanto aeróbios quanto os resistidos, promovem um aumento do metabolismo basal conhecido como metabolismo de repouso, que é responsável por 60% a 70% do gasto energético total, contribuindo para a perda de peso, e diminuição do risco de desenvolver diabetes, hipertensão, e outras doenças (CIOLAC; GUIMARÃES, 2004).

“O exercício físico pode efetivamente influenciar no controle e no tratamento da hipertensão arterial” (LATERZA; RONDON; NEGRÃO, 2007, p. 107).

Segundo Guedes *et al* (2006), a atividade física reduz a pressão arterial, a gordura, o metabolismo da glicose, reduz a osteoporose e os riscos de acidentes com quedas entre idosos.

O efeito do exercício físico sobre os níveis de repouso da pressão arterial de grau leve a moderado é especialmente importante, uma vez que o paciente hipertenso pode diminuir a

dosagem dos seus medicamentos anti-hipertensivos ou até ter a sua pressão arterial controlada (MONTEIRO; SOBRAL FILHO, 2004).

De acordo com Negrão e Rondon (2001), das diversas intervenções não medicamentosas, o exercício físico está associado a múltiplos benefícios, bem planejado e orientado de forma correta, quanto a sua duração e intensidade, pode ter um efeito hipotensor importante, uma única sessão de exercício físico prolongado de baixa ou moderada intensidade provoca queda prolongada na pressão arterial.

Segundo o I Consenso Nacional de Reabilitação Cardiovascular (GODOY, 1997) os efeitos fisiológicos do exercício são classificados como agudos imediatos, agudos tardios e crônicos.

Os agudos imediatos são aqueles que ocorrem pré e pós ao exercício, ex.: aumento da frequência cardíaca, ventilação pulmonar e sudorese (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2009). De acordo com o I Consenso Nacional de Reabilitação Cardiovascular (GODOY, 1997), os efeitos tardios são os que ocorrem até as primeiras 24 horas pós-exercício, ex.: discreta redução dos níveis tensionais, especialmente nos hipertensos; aumento do número de receptores de insulina nas membranas das células musculares.

Por fim, os efeitos crônicos, também denominados adaptações, são os que resultam da exposição frequente e regular às sessões de exercício, são aspectos morfofuncionais que diferenciam o indivíduo fisicamente treinado de outro sedentário (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2009).

De acordo com Aaberg (2002), um dos motivos que levam a prática do exercício resistido é a estética, devido à aparência física que causa o treinamento, modelando e esculpindo o corpo, relacionando a queima de gordura e o aumento da demanda metabólica.

De acordo com Uchida et al (2008), esse tipo de treinamento leva a reduções na pressão arterial sistólica, diastólica e também na pressão média em cargas absolutas e relativas ao trabalho realizado. Essa redução é atribuída a uma diminuição da atividade simpática e um aumento da atividade parassimpática, onde alguns estudos demonstram reduções em torno de 5% (UCHIDA *et al*, 2008).

Através da explanação dos autores é visível que independente da atividade física realizada, o importante é manter-se ativo para prevenir a hipertensão arterial sistêmica, e, realizar atividade moderada com a supervisão de um profissional capacitado para tratar e amenizar os efeitos da hipertensão arterial sistêmica.

Conforme Costa (2004), além do impacto funcional, preventivo e reabilitador do exercício, os benefícios estão acima da estética, já que sua prática ajuda na diminuição do estresse, aumenta a interação social, combate o sedentarismo, a aterosclerose, controla a hipertensão arterial, obesidade, diabetes, osteoporose entre outros.

O indivíduo que não treina pode ter seu percentual de massa magra reduzido atrofia muscular, densidade óssea reduzida, além de encontrar dificuldade de realizar tarefas do seu cotidiano (SILVA, 2004).

Portanto, a prática regular e adequada de exercício físico deve ser recomendada para a prevenção e o tratamento da hipertensão arterial, por fim, o treinamento físico pode se associar ao tratamento farmacológico minimizando seus efeitos adversos e reduzindo o custo do tratamento para o paciente e para as instituições de saúde (RONDON; BRUM, 2003).

Segundo Guedes *et al* (2006), o indivíduo com maior força muscular faz menos esforços para vencer uma mesma carga, conseqüentemente menor duplo produto e pressão arterial, acarretando menor estresse para todo sistema cardiovascular.

Com essas colocações, fica evidente que a atividade física está num âmbito acima da simples melhora aparente da estética, seus benefícios atingem todo o corpo e sistemas que o compõem, proporcionando melhora significativa na saúde do seu praticante, desde que realizada dentro dos padrões voltados para saúde, respeitando a especificidade da atividade e a individualidade do praticante.

2.2.2 EXERCÍCIOS AERÓBICOS

Segundo Weineck (2003), o exercício aeróbio é fundamentalmente ligado ao movimento, à energia necessária para executá-lo é proporcionada pelo uso do oxigênio, ou seja, o oxigênio funciona como fonte de queima dos substratos que produzirão a energia a ser transportada para o músculo em atividade.

Caracteriza-se como atividade aeróbia o exercício contínuo, dinâmico e, na maioria das vezes, prolongado que estimula a função dos sistemas cardiorrespiratório vascular e o metabolismo, porque aumenta a capacidade cardíaca e pulmonar para suprir de energia o músculo a partir do consumo do oxigênio, caminhar, andar, pedalar, nadar, dançar ou fazer qualquer atividade que obrigue a pessoa a sustentar seu peso corporal enquanto se movimentam são exercícios aeróbicos (GUISELINI, 2006).

De acordo com as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2009), um programa de treinamento físico aeróbio pode reduzir os níveis de pressão arterial, principalmente nos indivíduos classificados nos estágios 1 (hipertensão leve) e 2 (hipertensão moderada) de Hipertensão Arterial.

Exercício aeróbio se refere às atividades que são também comumente chamados de “cardio”, o que obviamente é ótimo para o coração, isto é devido ao fato de que exercícios aeróbicos se focam na resistência cardiovascular e são realizados por longos períodos de tempo em baixa e moderada intensidade.

O exercício aeróbio diminui a pressão arterial em aproximadamente 75% dos indivíduos com hipertensão arterial sistólica, com reduções de pressão arterial sistólica e diastólica de 11 e 08 mmhg, respectivamente, onde os maiores benefícios provêm do exercício físico aeróbio de baixa a moderada intensidade, praticado de 3 a 5 vezes por semana, com duração de 15 a 60 minutos (NEGRÃO; RONDON, 2001).

Um dos principais benefícios do exercício aeróbio em hipertensos e a resposta hipotensora, expressa por redução nos níveis pressóricos gerados por meio de um processo crônico e agudo, proporcionando reduções significativas após a realização de uma única sessão de exercício (BERMUDES *et al.*, 2003).

A hipertensão pode ser tratada de duas formas, a farmacológica com remédios e a não farmacológica que além dos remédios a pratica de atividades físicas, dependendo do nível da hipertensão ela pode ser tratada somente com as atividades físicas, orientadas por um profissional da área (WITCEL, 2006).

De acordo com Ferreira *et al* (2005), a prática regular de atividades físicas traz resultados positivos na qualidade de vida, evitando o aparecimento de doenças crônico-

degenerativas, os exercícios aeróbios praticados regularmente têm resultados iguais ao dos remédios, diminuindo a pressão arterial tanto em repouso quanto durante a sua prática.

A análise de diversos estudos realizados em hipertensos buscando melhorar o controle de sua pressão arterial com a prática de exercícios aeróbios, o resultado encontrado apresenta quase todos com resultado positivo indicando diminuição dos valores de pressão. Alguns resultados não foram tão animadores, mas nem por isso ocorreu prejuízo com a prática do exercício moderado e sob orientação (PIERIN, 2004).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos trabalhos presentes na literatura são congruentes em mostrar que um programa regular de exercício físico de intensidade leve a moderada deve ser usado no tratamento e manutenção da saúde de indivíduos hipertensos, e terapia medicamentosa se necessário. Há muitos autores que defende o uso dos exercícios aeróbios como opção mais eficiente para controle, prevenção e tratamento da hipertensão arterial sistêmica.

Portanto, pode-se concluir que, de fato, a atividade física se praticada corretamente e progressivamente acarreta muitos benefícios com relação à hipertensão, perceber-se que de fato a uma redução da pressão arterial após a atividade física isso ocorre devido o aumento da frequência cardíaca durante a atividade fazendo com que quando o indivíduo volta ao seu estado de repouso ocorra diminuição da pressão arterial.

Como consequência da prática da atividade física, pode-se verificar a redução de alguns agravantes com relação à hipertensão, como a perda de peso, melhora na frequência cardíaca e a diminuição da circunferência da cintura, proporcionando não apenas benefícios físicos, mas também psíquicos, uma vez que as pessoas não deixam mais tempo para lazer e para realizar algumas atividades diferentes. Importante salientar que, indivíduos que apresentavam quadros de depressão e baixo estima, com a prática da atividade física e socialização, houve uma melhora considerável também com relação à depressão, ocasionando diminuição do stress e bem estar mental.

Neste sentido, a prática de atividades físicas é um elemento eficaz com relação ao problema da hipertensão e os benefícios ocasionados por ela são muitos. Porém, se não houver uma continuidade à atividade física, os valores da pressão arterial e outros fatores que

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

agravam o problema, voltam a aparecer. Por fim, cabe destacar que, a prática da atividade física deve ser contínua e progressiva.

REFERÊNCIAS

AABERG, E. **Conceitos e técnicas para o treinamento resistido**. São Paulo: Manole, 2002.

ANDRADE, J. P. VILAS-BOAS, F. CHAGAS, H. ANDRADE, M. Aspectos epidemiológicos da aderência ao tratamento da hipertensão arterial sistêmica. **Arquivo Brasileiro Cardiologia**. v. 79, n. 4, p. 375-9, 2002. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/abc/2002/7904/79040005.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BARBANTI, Valdir José. **Aptidão física: um convite à saúde**. São Paulo: Manole, 1990.

BERMUDES, A. M. L. M.; VASSALLO, D. V.; VASQUEZ, E. C.; LIMA, E. G. Monitorização ambulatorial da pressão arterial em indivíduos normotensos submetidos a duas sessões únicas de exercícios: resistido e aeróbio. **Arquivo Brasileiro Cardiologia**. v. 82, n. 1., p. 57-64, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2004000100006. Acesso em: 18 mar. 2017.

BRUM, P. C.; FORJAZ, C. L. M. de.; TINUCCI, T.; NEGRÃO, C. E. Adaptações agudas e crônicas do exercício físico no sistema cardiovascular. **Revista Paulista Educação Física**. São Paulo, v. 18, p. 21-31, 2004. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/04/adaptacoes-agudas-e-cronicas-do-exercicio-no-sist-cardiovasc.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CIOLAC, E. G; GUIMARÃES, G. V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Niterói, Julho/Agosto, v. 10, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v10n4/22048.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

COSTA, A. J. S. Musculação e qualidade de vida. In: **Revista Virtual EF Artigos**. Natal, v. 2, n. 3, 2004.

FERREIRA, C.; FERREIRA, C. F.; MENEGHINI, A.; RIEIRA, A. R. P. **Benefícios do exercício físico na hipertensão arterial**. São Paulo, Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.fac.org.ar/ccvc/llave/c112/ferreira.php>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

FONSECA, F. C. A.; COELHO R. Z, NICOLATO R.; MALLOY D. L. F.; SILVA F. H.C. A Influência dos fatores emocionais sobre a hipertensão arterial. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 5, n. 8, p. 129, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852009000200011&lng=pt. Acesso em: 18 mar. 2017.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

GODOY, Milton. I Consenso Nacional de Reabilitação Cardiovascular (Fase Crônica). Departamento de Ergometria e Reabilitação Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 69, n. 04, 1997.

GUEDES, D. P. *et al.* Níveis de prática de atividade física habitual em adolescentes. **Revista Brasileira de Medicina Esportiva**. v. 7, n. 6, nov./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v7n6/v7n6a02.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GUISELINI, M. **Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos**. São Paulo: Phorte, 2006.

GUYTON, A. C.; HALL, E. J. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

LATERZA, M. C.; RONDON, M. U. P. B.; NEGRÃO, C. E. Efeito anti-hipertensivo do exercício. **Revista Brasileira de Hipertensão**. São Paulo, v.14, n. 2. p. 104-111, 2007. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/14-2/10-efeito.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

LUNA, R. L. **Aspectos históricos da hipertensão: aspectos históricos da hipertensão no Brasil**, PUC - Rio de Janeiro: v. 6, n. 1, Janeiro/Março de 1999.

MAIOR, AS; JR., CLA; FERRAZ, FM; MENEZES, M; CARVALHEIRA, S; SIMÃO, R. Efeito hipotensivo dos exercícios resistidos realizados em diferentes intervalos de recuperação. **Revista SOCERJ**. Rio de Janeiro, n. 1. p. 53-59, 2007. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/artigo/efeito-hipotensivo-dos-exercicios-resistidos-realizados-em-diferentes-intervalos-de-recuperacao/>. Acesso em: 18 mar. 2017.

MEDIANO, M. F. F.; PARAVIDINO, V.; SIMÃO, R.; PONTES, F. L.; POLITO, M. D. Comportamento subagudo da pressão arterial após o treinamento de força em hipertensos controlados. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. São Paulo, v. 11, n. 6. p. 337-340, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v11n6/a06v11n6.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

MONTEIRO, Maria de Fátima; SOBRAL FILHO, Dário C. Exercício físico e o controle da pressão arterial. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. v. 10, n. 6, Nov/Dez, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v10n6/a08v10n6.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

NEGRÃO, C. E.; RONDON, M. U. P. B. Exercício físico, hipertensão e controle barorreflexo da pressão arterial. **Revista Brasileira de Hipertensão**. São Paulo, v. 8, n. 1. 2001. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-1/010.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

PESSUTO, J.; CARVALHO, E. C. de. Fatores de risco em indivíduos com hipertensão arterial. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 1. p. 33, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n1/13919.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

PIERIN, A. M. G. **Hipertensão Arterial**. São Paulo: Manole, 2004.

RAMOS, O. **Aspectos históricos da hipertensão**: histórico do tratamento da hipertensão arterial. Escola Paulista de Medicina – UNIFES, São Paulo: v. 5, n. 4, Outubro/Dezembro de 1998. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/5-4/aspectos.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RONDON, M. U. P. B.; BRUM, P. C. Exercício físico como tratamento não-farmacológico da hipertensão arterial. **Revista Brasileira de Hipertensão**. Ribeirão Preto, v. 10, p. 134-9, 2003. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/10-2/exercicio3.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RUSSO, Kalline; MONTEIRO, Wallace. Hipertensão arterial: uma abordagem direcionada aos efeitos do treinamento, mecanismos hipotensivos e respostas a programas de exercícios. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**. v. 4, n. 1, 2005.

SANCHEZ, C. G.; PIERIN, A. M. G.; MION JR., D. Comparação dos perfis dos pacientes hipertensos atendidos em pronto-socorro e em tratamento ambulatorial. **Revista Escola de Enfermagem USP**. São Paulo, v. 38. n. 1, p. 8-90, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0080-62342004000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 mar. 2017.

SILVA, R. da. **Exercício Físico para Hipertensos**. Buenos Aires, Mar. 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 18 mar. 2017.

STRELEC, M. A. A. M.; PIERIN, A. M. G.; MION, Jr. D. A influência do conhecimento sobre a doença e a atitude frente à tomada dos remédios no controle da hipertensão arterial. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. São Paulo, v. 81, n. 4, p. 343-8, 2003. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/abc/v81n4/17716.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

UCHIDA, Marco *et al.* **Manual de musculação**: uma abordagem teórico-prática do treinamento de força. São Paulo: Phorte, 2008.

VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO. **Revista Brasileira de Hipertensão**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 10-14, 2009. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf. Acesso em: 18 mar. 2017.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**. Editora Manole, 2003.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. São Paulo: Manole, 2001.

WITCEL, A. V. **Hipertensão**: benefícios de exercícios físicos em hipertensos. São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/hipertensao-beneficios-de-exercicios-fisicos-em-hipertensos/28274/>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN E OS SEUS BENEFÍCIOS

Autor 1: Cariele Patrícia dos Santos Insfran¹.

Eixo Temático: Educação e Inclusão

RESUMO

Este artigo tem como objetivo coletar dados através de uma pesquisa bibliográfica informações em que a disciplina de Educação Física consiga de alguma maneira, encontrar metodologias para incluir alunos com deficiência, em que a síndrome de Down é o principal sujeito a ser estudado. No decorrer do artigo será relatado sobre a história da inclusão, o que é, por que fazer e como fazer a inclusão, a história de como surgiu a síndrome de Down, quais são suas características diferentes de pessoas sem deficiência, as capacidades que podem ser desenvolvidas através da atividade física, os benefícios para os alunos, o que os professores em geral a escola deverá enfrentar e como solucionar esta situação.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; Educação Física; Síndrome de Down.

1. COMO TUDO COMEÇOU

Quando se escuta falando de Educação Física, já se dá entendimento onde as pessoas são incluídas na disciplina, pois a maioria dos alunos gosta de fazer a aula, seja pelo fato que todos podem participarem fazendo qualquer atividade física, não precisa gostar de um esporte, mas pode se identificar com umas brincadeiras, no corpo humano e ou em outros conteúdos que são trabalhados na área da Educação Física.

Há um ano atrás vivenciei uma cena onde tive a oportunidade de conhecer um aluno com síndrome de Down, mas nenhuma matéria inclui o aluno, até mesmo o professor de Educação Física não incluía ele em suas aulas, foi então que através de referências bibliográficas obtive resultados onde mostra como incluir o aluno com síndrome de Down nas aulas de Educação Física, quais os benéficos que a disciplina traz para o aluno, mostrando por parte como surgiu a síndrome de Down, as características do aluno, entre diversas outras descobertas.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul.

2. HISTÓRICO DA INCLUSÃO

No mundo existem milhares de pessoas, incluindo aquelas que têm algum tipo de deficiência e por muito tempo a sociedade excluiu essas pessoas do mundo, eram considerados naquela época como fracos, tonto, entre outros nomes.

No século XX, dependendo da deficiência e da dificuldade que a criança nascia, poderiam passar um bom tempo em instituições, até mesmo em hospitais e em poucos casos podiam ser cuidada em suas próprias casa, quando ficavam na idade de irem frequentar uma escola não podiam assistir aula e de ter uma aprendizagem como as outras crianças sem deficiências, a não ser aquelas que eram consideradas uma incapacidade moderada (WISE; GLASS, 2013, p. 13).

De acordo com os mesmos autores acima, no ano de 1944, construíram escolas especiais para educar crianças com deficiência, surgindo uma Lei de Educação, em que se estabeleceu categorias de dificuldades, eram pessoas com deficiências visuais, com incapacidades na fala, em limitações físicas, e tinha também aqueles que era considerados que não tinha nenhuma capacidade de serem educadas. Anos depois, em 1970 houve uma alteração na Lei, em que virou obrigatório ter educação para todo tipo de criança com dificuldades.

Em 1981, a Lei de Educação começou a seguir muitas coisas que o Comitê de Warnock proporcionava, com objetivos de que a aprendizagem de alunos com ou sem deficiência, deveria ser as mesmas, com isto os alunos com qualquer tipo de deficiência poderia conhecer o mundo em que viviam, ter responsabilidades, como qualquer outro, para trabalhar e cuidar da sua própria vida.

Grupos de direitos das pessoas com deficiências, como o Independent Panel for Special Educatinal Advice (IP-SEA) foram uteis em ajudar a mudar a visão das criança com dificuldades de aprendizagem, de maneira que elas fossem vistas primeiramente, e somente, como crianças, o papel da escola era o de proporcionar as oportunidades aprendizagem mais adequada para cada criança. Apesar dessa filosofia, permaneceu uma grande preocupação nas escolas comuns em relação ao cumprimento das necessidades dessas crianças (WISE; GLASS, 2003, p. 14).

O que é a realidade, pois por mais que existam Leis e direitos para eles, ainda muitas escolas têm um pouco de receio em trabalhar com criança com qualquer tipo de deficiência,

talvez seja o medo de não conhecer as dificuldades que iram ter que enfrentar ou por não terem professores adequados para esse tipo de inclusão, mesmo nos dias de hoje.

De acordo com Mantoan (2003, p. 21)

a integração e inclusão vem sendo uma polêmica entre professores que trabalham com alunos com deficiência, existem também os pais de outros alunos que os filhos não tem nenhum tipo de deficiência, que acaba não vendo que o mundo mudou muito e acabam indo contra a inclusão, por acharem que o nível da escola vai cair de nível, não sendo mais a mesma qualidade e em alguns casos, por preconceito.

O aluno com deficiência tem total acesso para estudar em qualquer escola, pois a integração está mais voltada para inserir os alunos, seja como ele for, com ou sem dificuldades especiais, em escolas regulares ou especiais.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia do que está aptos a inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas o aluno tem de mudar para se adaptarem as suas exigências (MANTOAN, 2003, p. 23).

Os alunos com qualquer tipo de deficiência podem estar inseridos nas escolas, porém isto não significa que haja inclusão, eles têm o direito de frequentar a escola regular, mas nem sempre os professores procuram metodologias para que não haja exclusão, uma aula ou outra diferenciada para incluir o aluno não faria nenhum mal, mesmo nos dias de atuais não há muita inclusão como deveria acontecer. Não apenas por causa do professor, mas também por pais de outros alunos que não aceitam que seus filhos sem deficiência se junte com pessoas com síndrome de Down, até mesmo por falta de interesse do aluno.

Entretanto, existem aqueles professores que são totalmente ao contrário, que sempre acham maneiras de incluir seus alunos, tendo síndrome de Down ou qualquer outra deficiência, que busca meios para alcançar o papel de professor e ensinar sua disciplina e colocar em prática.

A inclusão não está voltada para os direitos de pessoas com deficiência, mas sim para incluir os alunos, não importando quais estratégias o professor fará para que isto aconteça, que as considerações devem ser que todos participem da aula. “O objetivo da integração é

inserir um aluno, ou grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário é de não deixar ninguém no exterior” (MANTOAN, 2003, p. 24).

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular, as escolas atendem as diferenças sem discriminar, sem trabalhar a parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação de aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidade educacionais especiais) (MANTOAN, 2003 p. 25).

O que deveria existir é a ligação entre a integração e inclusão, em que todos têm seus direitos e deveres, fossem aplicados tanto para o professor quanto para os alunos, com ou sem deficiência. O aluno com síndrome de Down participar de uma escola regular, sendo integrado nas aulas de do professor incluir todos.

Conforme Mantoan (200), todos tem direito a escola e a educação, seja como o aluno nascer, de acordo com a Constituição Federal, toda escola deve atender a política em relação aos direitos de todos alunos, aos princípios e não pode de maneira alguma excluir qualquer um que seja.

Na concepção inclusiva e lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral (MANTOAN, 2003, p. 38).

Em todo caso, a escola de certa forma acaba sendo base de onde as pessoas começam aceitar as diferenças umas das outras, não importando qual seja, aprendendo também há respeitar acima de tudo, para que não possa haver nenhum tipo de preconceito. O professor tem o papel de buscar novos cursos, novos métodos, para que esteja preparado quando tiver que incluir alunos com necessidades especiais, seja ela qual for, para que assim possa ter uma aula prazerosa, não apenas para os alunos, mas para si mesmo.

De acordo com Mantoan, (2003, p. 55) nada adiantaria que todos os alunos sejam integrados nas escolas si não houver aprendizagem para o aluno. “Aceitar um aluno com

deficiência não significa que ele está sendo incluído”, mas sim que a escola esteja fazendo seu papel de matricular qualquer aluno, já a inclusão estaria relacionado que todos fossem aceito do jeito que fossem e acima de tudo que o conhecimento das disciplinas cheguem para todos da mesma maneira. “Por isso, sou clara ao afirmar que falta muita vontade de virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso, e já faz tempo que estamos retendo essa possibilidade de revolucionar” (MANTOAN, 2003, p. 56).

Nas redes de ensino público e particular que resolvam adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocando por essa inovação; o das ações no sentido de afetiva- lá nas turmas escolares; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem a educação a educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos (MANTOAN, 2003, p. 56).

O professor e a escola em geral deveriam criar aulas e projetos com brincadeiras, atividades em que todos consigam realizar a atividade. Parece ser uma ideia muito simples para várias pessoas, mas para o professor que estará aplicando a atividade, será uma grande conquista, ao ver o seu aluno especial com os outros praticando sua aula, e também para o aluno, pois vai se sentir mais confiante, com isto, vai querer participar mais vezes, contudo ambas partes saíram satisfeito da aula.

“A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas” (MANTOAN, 2003, p. 57), ou seja, se a pessoa escolheu trabalhar na área da licenciatura, deve estar ciente que haverá desafios, tendo que encontrar meios para incluir seus alunos, seja qual for a deficiência da criança ou do jovem, isto não se encaixa só na parte de pessoas com síndrome de Down, ou com qualquer outro tipo de deficiência, até porque a palavra inclusão se refere a muitas coisas, sendo ela trabalhar com pessoas de raças, religião sexos diferentes uns dos outros.

3. HISTÓRIA DA SÍNDROME DE DOWN

Há muitos anos atrás, por volta de 1838, teve a primeira descrição de que existia a pessoa com Síndrome de Down, mais não foi concretizado. Alguns anos depois, em 1846, Edouard Seguin, descreveu um de seus pacientes com a aparência com as mesmas características, chamando ele idiota furfuracea.

Em 1866, Duncan descreveu uma menina com os olhos puxados como se fosse

chineses, a cabeça pequena e redonda, entre outros fatores. No mesmo ano, o médico chamado John Langdon Down, publicou um trabalho descrevendo características de uma pessoa com Síndrome de Down, como nos dias de hoje. “O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é achatado e largo. O olho posicionado em linha oblíqua” (PUESCHEL, 2003, p. 48).

Assim o mérito que o médico J. L. Down, ter dado o nome, pois foi ele quem conseguiu distinguir a diferença de uma criança com Síndrome de Down, de outra sem nada, ou seja, foi ele quem reconheceu as características físicas e a descrição de como entidade distinta e separada.

Depois de 1866, não houve mais nenhum registro que foi publicado, por quase uma década. Em 1876, J. Frase e A. Mitchell descreveram sobre o pescoço encurtado, eles receberam o mérito por terem feito o primeiro relato científico sobre os Down, em Edimburgo.

Em 1877, Willian Ireland incluiu pacientes com Síndrome de Down, em seu livro como crianças especiais. Anos depois, por volta de 1886, Shutteworh, descrevia como crianças inacabadas. No final do século XIX, cientistas notaram que crianças com SD, sofrem com mais frequência doenças cardíacas do que outras crianças normais (PUESCHEL).

No início deste século, muitos relatórios médicos foram publicados descrevendo detalhes adicionais de anormalidades encontradas em pessoas com síndrome de Down e discutindo várias causas possíveis causas possíveis. Os progressos no método de visualização dos cromossomos em meados dos anos 1950 permitiu o estudo mais preciso de cromossomos humanos, levando a descoberta d Lejeune, há mais de 30 anos, de que crianças com síndrome de Down têm um cromossomo 21 extra. (PUESCHEL 2003, p. 50).

Atualmente, as pessoas já tem um conhecimento de como são pessoas com Síndrome de Down, e que não são tão diferentes que pessoas sem deficiência, só devem ser tratadas com mais atenção, que conseguem desenvolver tudo que uma pessoa normal faz normalmente.

4. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A partir dos genes que é determinado a aparência e as funções do corpo, o mesmo acontece com um indivíduo que nasce com Síndrome de Down, as características físicas são influenciadas pelos genes, tanto da mãe, como do pai, se parecendo até certo ponto com os

pais, por exemplo, o corpo, cor dos cabelos e dos olhos, porem em um ritmo ais leto.

No caso de pessoas com Síndrome de Down, “adiciona um cromossomo a mais, e características corporais que acaba sendo diferentes dos pais, ou de qualquer outro da família sem deficiência, porem são semelhantes a crianças que nascem com a síndrome de Down”. (PUESCHEL, 2003, p. 77).

De acordo com Pueschel, (2003, p.79)

não sabem como acontece essas mudanças nos genes, que acaba interferindo no desenvolvimento mais lento, diferente de outra criança sem deficiência, as características de uma pessoa sem síndrome de Down. A criança com síndrome de Down tem a cabeça menor do que uma criança sem deficiência, e parte de traz é mais achatada na maior parte, as moleiras demoram mais tempo para fechar, pois são maiores. O rosto tem aparência de ser mais achatada, por causas dos ossos da face, pouco desenvolvidas e o nariz pequeno e afundado, entre outras diferenças como a boca, o pescoço e os pés. Aproximadamente 40% das crianças com síndrome de Down têm defeitos cardíacos congênitos, enquanto 60% são poupadas desse problema.

5. CAPACIDADES PARA SER DESENVOLVIDAS

Segundo Santos, Lamborguini e Lima, (2007, p. 17), “pessoas que nascem com síndrome de Down, possuem várias capacidades de desenvolvimento, e são bem inferiores de pessoas que não tem deficiência”. Sendo assim, desde crianças, deve-se dar uma atenção maior, para que eles desenvolvam o cognitivo, a fala e o desenvolvimento psicomotor, entre outros aspectos.

Segundo o informativo do Ministério da Saúde (1994), “ocorre a hipotonia, que é uma deficiência originada no sistema nervoso central capaz de afetar toda a musculatura e ligamentos” (SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA, 2007, p. 18).

Através do desenvolvimento psicomotor, todas as pessoas, inclusive o Down, desenvolvem vários fatores, tais como: equilíbrio, ritmo, os exercícios respiratórios, a coordenação dos movimentos, os hábitos de postura, entre diversas outros aspectos, que podem ser trabalhados através de atividades físicas.

Hebb (1949) afirmou que as experiências no desenvolvimento adquirem uma importância cada vez maior, na medida em que subimos na escala animal filogenética, em direção a espécie humana. Com esse conjunto de evidência é possível identificar a importância da Educação Física em oferecer experiências motoras adequadas para a criança (TANI *et al.*, 1988, p. 64).

A Educação Física não é apenas um momento de lazer, através de brincadeiras, recreações, jogos e esportes, a pessoa que nasce com ou sem deficiência, tem tendências de uma vida mais saudável, uma melhor psicomotricidade, do que uma pessoa que não pratica nenhuma atividade física, porém não adianta também fazer de qualquer jeito, o professor deverá respeitar os limites de seus alunos e suas diferenças.

Conforme Santos, Lamborguini e Lima (2007, p. 18), no cognitivo,

as pessoas com Síndrome de Down, apresentam muito mais dificuldades, mas isto não significa que seja impossível de trabalhar nesta área com eles, até mesmo porque qualquer um pode estudar em escolas regulares, há verdade é que precisam de oportunidades, incentivos de ambas as partes, tanto dos pais e dos professores, e que não sejam comparados com os outros alunos sem deficiência, precisam de mais atenção, eles podem sim ter um bom desenvolvimento no cognitivo.

Através do incentivo as pessoas com Down podem conseguir ter bons resultados no seu desenvolvimento, não importando qual é a área ele tenha mais dificuldades, se ser trabalhar com ele todos os aspectos do desenvolvimento, se tornará cada vez mais independente, adquirindo habilidades no decorrer dos anos, conseguindo levar uma vida normalmente, igual a de pessoas que não tem nenhum tipo de deficiência.

O professor de Educação Física, os pais dos alunos com síndrome de Down e o próprio aluno devem ter vontade para alcançar todos os desenvolvimentos, seja ele qual for.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Santos, Lamborguini e Lima, (2007, p. 22), “a recreação, jogos, brincadeiras e esportes são meios para que ocorra o desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down ou qualquer outra pessoa”.

Em relação a alunos com Síndrome de Down, eles têm muito mais dificuldades do que uma criança sem deficiência, e através da atividade física, acaba melhorando a coordenação motora, o controle da segmentação, em que acaba tendo que trabalhar mais a força do braço, com o ombro e também com o pescoço.

Conforme Lopes (2002 *apud* SANTOS; LAMBORGUINI E LIMA, 2007, p. 22), afirma que a atividade física acaba aumentando a concentração, o raciocínio lógico, a criatividade, entre outros benefícios, que melhora o desenvolvimento de todas as pessoas,

inclusive pessoas síndrome de Down.

“Tanto na escola regular ou na especial, as atividades de Educação Física são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa com Down ou qualquer outra necessidade especial” (SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA; 2007, p. 24).

É importante também porque melhora a autoestima e a interação social, uma vez que o corpo bem desenvolvido tem melhor estética e faz com que o indivíduo seja melhor aceito. Afinal vive-se numa sociedade que preza muito as aparências. Elas não devem ser os aspectos principais de atenção no desenvolvimento das atividades esportivas, mas é certo que não pode ser desprezada e implica nos relacionamentos (GORLA, 1997 *apud* SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA; 2007, p. 22).

De certa forma praticar atividades físicas não ajuda apenas no desenvolvimento motor, mas sim na integração e inclusão com outros alunos, melhorando sua autoestima, autoconfiança e outros diversos benefícios que já foram citados acima no decorrer do texto.

Ainda aponta-se que pessoas com Síndrome de Down tem muita tendência de desenvolver a obesidade, ter diabetes, problema no coração e ao praticar atividades, além de melhorar o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, ajuda a diminuir a tendência de desenvolver qualquer um desses outros problemas que podem adquirir no decorrer da sua vida. Logo, praticar atividade física é fundamental para eles, e devem cuidar também da alimentação.

REFERÊNCIAS

GLASS, Chris; WISE, Liz. **Trabalhando com Hannah**: uma criança especial em uma escola comum. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LAMBORGUINI, D. B.; LIMA E. D. N.; SANTOS, D. A. D. **Benefícios da Educação Física para alunos com Síndrome de Down da Associação Pestalozzi de Ouro Preto do Oeste, RO**. Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia), Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Ji-Paraná/RO, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, 2003.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

TANI, Go. *et al.* **Educação Física escolar:** Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.

O POLE DANCE COMO PRÁTICA ESPORTIVA NA ESCOLA

Autor 1: José Carlos do Nascimento¹

Autor 2: Deyvid Tenner de Souza Rizzo²

Autor 3: Ana Paula Moreira de Sousa³

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

O estudo objetiva demonstrar a importância de ensinar o esporte na escola e justificar a presença do Pole Dance enquanto uma prática esportiva escolar. Percebe-se que a sociedade possui uma visão rotulada sobre este esporte, e o mesmo não é incentivado no âmbito escolar. Será que faz sentido essa recusa? O que o Pole Dance pode propor para os seus praticantes? É possível ser praticado na escola? Foram realizados estudos bibliográficos acerca do esporte Pole Dance e Pedagogia do Esporte, e ficou evidenciado que a sua prática é possível no contexto escolar e pode trazer inúmeros benefícios corporais, mentais e sociais, aumentando a perspectiva de saúde e desempenho motor em que o pratica.

PALAVRAS-CHAVE: escola; esporte; Pole Dance.

1. INTRODUÇÃO

O estudo objetiva defender a prática do esporte Pole Dance na escola, cujo no ano de 2016 tornou-se um esporte confederado, em que possivelmente estará nos próximos Jogos Olímpicos de 2020, em Tóquio no Japão.

O Pole Dance é um esporte praticado em uma barra vertical, cuja finalidade é o praticante manter-se equilibrado nela, em que seu tamanho varia entre 2 e 3 metros de altura e 25 mm de circunferência. O objetivo é executar movimentos acrobáticos, acompanhados de ritmo e música, transparecendo que a barra e o praticante são um único corpo, que trabalham de forma harmoniosa. Além da barra, a prática é acompanhada de músicas e roupas específicas. (MUNDOPOLE, 2011).

Embora pareça fácil, esse esporte requer muita força, equilíbrio e concentração. E tudo isso deve-se agregar a leveza de movimentos, para que se tenha a alusão de que o indivíduo passeia sobre a barra. Em muitos países o Pole Dance é considerado um elemento da ginástica

¹ Graduando do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul.

² Doutor em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Portugal, docente do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul e orientador da pesquisa.

³ Mestre em Educação, docente do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul e coorientadora da pesquisa.

rítmica, pois comparam sua prática com barras simétricas, que são realizadas por ginastas. (MOURA; GONÇALVES; URBINATI, 2017).

De certa forma é possível afirmar que há semelhança entre ambos, contudo o que difere eles é: o Pole Dance trabalha acrobacias e danças com sensualidade e as barras simétricas devem demonstrar a perfeição de execução dos movimentos pré-estabelecidos (MOURA; GONÇALVES; URBINATI, 2017).

Conforme pesquisas bibliográficas feitas acerca deste esporte, verificou-se que o mesmo é praticado por crianças no Brasil, afim de buscar resultados no desenvolvimento corporal, porém o que muitos não sabem é que o Pole Dance traz consigo outros benefícios, além do desenvolvimento estrutural, quais sejam: ritmo, em que os praticantes fazem transições de movimentos acompanhados de pensamentos mais acelerados; equilíbrio, em que conseguem ter um domínio maior sobre o seu corpo; força e resistência, fortalecendo seus músculos em exercícios que requer manutenção de certo tempo em uma determinada posição na barra (Whitehead e Kurz, 2009).

Deste modo, o esporte Pole Dance pode ser considerado como uma prática esportiva, que engloba as competências necessárias para o desenvolvimento da criança, e se trabalhado de uma forma lúdica, pode satisfazer as necessidades básicas deste sujeito, que é aprender brincando.

2. METODOLOGIA

A metodologia caracterizou-se como um estudo bibliográfico, em que se busca dar resposta ao problema formulado a partir da análise de produções do referencial teórico sobre a temática investigada. Tem um caráter inventariante e descritivo.

A coleta de informações foi realizada através de artigos científicos que abordam sobre o tema Pole Dance e Pedagogia do Esporte. Para adquirir as respostas, foram levantadas hipóteses acerca desta prática no âmbito escolar, tais como: O que o Pole Dance pode significar para os alunos? Há a possibilidade de desenvolvê-lo no âmbito escolar?

A pesquisa foi motivada pelo fato de não haver publicações acerca do assunto na escola, a fim de construir um parâmetro aceitável a respeito do esporte não tradicional e os seus benefícios nesta instituição de ensino. Logo, trata-se de uma pesquisa original.

3. POLE DANCE: HISTÓRIA E PEDAGOGIZAÇÃO

Para compreendermos o Pole Dance é necessário conhecermos sua história, que dá-se a partir do século XII, em que originou-se o *Mallakhamb* (homem de força), uma espécie de ioga praticado num poste de madeira e com cordas, ginástica tradicional indiana (MALLKHAMB INDIA, 2006).

O mesmo também é relacionado ao Pole Dance *Mallastambha* (que significa “ginástica do pilar”), em que praticantes de luta livre ganhavam massa muscular. O *Mallastambha* não é mais praticado atualmente. O *Mallakhamb* do poste (pole) ainda é praticado por homens e meninos e o *Mallakhamba* da corda é praticado por mulheres e meninas (MALLKHAMB INDIA, 2006).

O Pole Dance teve sua origem em 1920, no ápice da Grande Depressão Americana. *Tour Fair Shows* (que se originaram do negócio dos tours de circo) viajavam de cidade em cidade divertindo as multidões. Como parte do espetáculo principal, também existiam outros *shows* paralelos em tendas pequenas ao redor do circo principal (Holland, 2010; Parizzi, 2008).

Uma das tendas mais famosas era conhecida como o *show* erótico das dançarinas *Hoochi Coochi*. A palavra “Hoochi Coochi” se originou do movimento que as dançarinas faziam com o quadril. As garotas dançavam sugestivamente em um palco pequeno em frente às multidões de assobios. Por causa do tamanho das tendas, o poste que segurava a tenda ficava próximo dos pequenos palcos e as dançarinas começaram a se aproximar dos postes e a dançar com eles (Holland, 2010; Parizzi, 2008).

O poste das pequenas tendas tornou-se conhecido como o poste de dança que ainda existe hoje (no entanto, de uma forma mais tecnicamente e socialmente aceitável). O estilo burlesque se originou no início da Era Vitoriana (1840) e é um estilo que está relativamente ligado à Comédia *Dell'arte* (em que os personagens principais carregavam um burle - um bastão com a ponta almofadada – que era usado para bater nos outros personagens com uma finalidade cômica (origem da comédia *slapstick*), (Parizzi, 2008).

A Comédia *Dell'arte* foi a fonte para quase tudo que se vê hoje em entretenimento (como balé, marionetes, ópera, teatro, tableau erótico, mímica, entre outros). O famoso *Moulin Rouge* em Paris (desde 1889) teve uma função essencial na disseminação do estilo buslesque sensual e no desenvolvimento da indústria erótica, que contava com

performances de artistas que vinham de todos os cantos do mundo para dançar no *Moulin Rouge* e ganhar a vida (Parizzi, 2008).

O Pole Dance se desenvolveu gradualmente, desde as tendas de circo até os bares, como o estilo burlesque, dos anos de 1950. O primeiro registro do Pole Dance como conhecemos atualmente foi em 1968 com a *performance* de *Belle Jangles* no Clube de *Striptease Mugwump*, em Oregon (POLE DANCE BRASIL, 2015).

O Pole Dance Moderno começou a ser documentado somente a partir dos anos 1980 no Canadá. Entre os anos de 1960 e 1970 muito pouco aconteceu em relação a ele e pouco se documentou, e foi quando o *striptease* e *poledancing* se tornaram populares no Canadá e nos Estados Unidos (Parizzi, 2008).

No decorrer do tempo, outros estilos de dança passaram por dificuldades para obter o reconhecimento e respeito que mereciam. Antes de serem abertamente reconhecidos, estilos de dança como o *Ballet*, a Salsa, o Tango e a Dança do Ventre, eram consideradas fundamentos na sexualidade e na luxúria, e sofreram criticismo durante anos (MUNDOPOLE, 2011).

A história do *Ballet* revela que, a princípio, mulheres não eram permitidas de dançar, mesmo que muitas escrituras mais recentes negam este fato. O Tango nasceu na França e se desenvolveu na Argentina, através de uma maneira de autoexpressão de rebeldia e se originou nos bordéis de Buenos Aires. Nos anos de 1990 testemunharam *Fawnia* (canadense), praticando o Pole Dance, trazendo a realidade para as mulheres comuns, que começaram a aprender a modalidade como uma maneira de manter a forma. *Fawnia* produziu o primeiro DVD com instruções de Pole *Fitness* e dança (MUNDOPOLE, 2011).

A partir do ano 2000, o Pole Dance se desenvolveu em gêneros diversos, do exótico ao Pole *Fitness* evoluído em 2006, que permitiu as mulheres comuns utilizarem-se da técnica dentro das suas rotinas diárias *fitness* (MUNDOPOLE, 2011).

Mais recentemente, o *Cirque du Soleil* passou a utilizar *performances* baseadas nos poles chineses. Inspirado no *Cirque du Soleil*, homens também começaram a utilizar a técnica dos poles chineses e possuem números acrobáticos em *shows* pelo mundo. Assim como o *Mallakhamb* e o *Pole Dance*, os poles chineses também se utilizam do atrito entre pele e equipamento (CIRQUE DU SOLEIL, 2014).

A diferença do pole chinês é que a pele deve estar coberta, pois o pole é composto por uma camada de borracha áspera que permite fixação. Muitas técnicas suas são parecidas, no

entanto as coreografias não possuem tanta fluência como as do Pole Dance. (CIRQUE DU SOLEIL, 2014).

Na aérea circense é possível possuir muitos pontos em comum com as técnicas de Pole Dance. Entre elas, as técnicas da corda bamba (que possui origens no *Mallakhamb*) e as técnicas de acrobacia em tecido. (MUNDOPOLE, 2011).

Levando em consideração que a mentalidade e atitude das pessoas em relação ao Pole Dance tem mudado aos poucos, contudo, mesmo quando se referem ao Pole Dance como Pole *Fitness*, ainda existe uma relutância em relação ao público em geral em aceitar o Pole Dance como uma atividade física ou esportiva. (OLIVEIRA, 2016).

O Pole Dance atualmente constitui uma modalidade de exercício físico e dança que envolve movimentos com e ao redor de uma barra vertical de metal polido. Essa modalidade incorpora movimentos de ginástica olímpica, movimentos livres, *ballet* e dança contemporânea, em dimensões diferentes, que incluem posições estáticas e em movimento, usando a barra e fora da barra. A atividade do Pole Dance desenvolve a força dos membros superiores e inferiores, das costas e área abdominal e firma todos os músculos, utilizando o próprio corpo como resistência.

Para contextualizarmos o Pole Dance na escola é necessário que tenhamos uma visão pedagógica dele, visto que:

A pedagogia é o campo do conhecimento que se interessa pelo estudo da teoria e da prática da educação; da prática educativa concreta que se realiza. Podemos analogicamente compreender pedagogia como o homem descrito por Freire, que vive simultaneamente três vidas: “o homem cria o passado e o futuro. Vive três vidas ao mesmo tempo. Transforma o passado em presente, projetando-o no futuro”. A pedagogia se ocupa daquilo que foi produzido pela humanidade ao longo de sua historicidade. E vivendo o homem que criou o passado no presente, a pedagogia analisa, interpreta e compreende a problemática educativa, para selecionar diretrizes no presente, que sejam orientadoras da ação educativa, projetando no futuro ingredientes para a configuração da atividade humana por meio da prática educativa concreta, em busca de um ideal pedagógico capaz de realizar nos sujeitos humanos a formação humana, por meio de saberes e modos de ações sistematizadas e organizadas culturalmente. Um processo de reflexão capaz de levá-los ao conhecimento. (SCAGLIA, 1999; REVERDITO; SCAGLIA, 2009).

Na ótica da Pedagogia do Esporte, o tratamento educacional da prática esportiva tem sido marcado por transformações significativas nos dias atuais, as quais começam pela análise da natureza do jogo, gestão das informações e procedimentos aplicados no âmbito da

intervenção, da iniciação, especialização, evolução da *performance*, vivência, recursos, instrumentos e principalmente o processo de ensino dos esportes em geral (BETTEGA *et al*, 2015; GALATTI *et al*, 2014; MESQUITA, PEREIRA, GRAÇA, 2009; REVERDITO, SCAGLIA, MONTAGNER, 2013; SADI, 2010; SOARES, MILLEN NETO, FERREIRA, 2013).

A pedagogia se interessa pelo conhecimento historicamente produzido pelo sujeito, ao longo de sua existência. E, logo, se interessa pelas práticas esportivas corporais, pois o esporte é um fenômeno social; é uma criação do homem, que surgiu e se desenvolveu simultaneamente com a civilização. Logo, “feito pelos homens, o desporto está aí para nos fazer” (BENTO, 2006, p. 14).

Para compreendermos o Pole Dance como uma prática esportiva é necessário que conheçamos sua história, entendamos o que ele é no presente e o que ele pode nos proporcionar no futuro. Sendo assim, analisamos o Pole Dance como uma prática que no passado seria somente um tipo de dança que direcionava a sedução e o lazer para quem o assistia.

Entretanto, recentemente trata-se de uma prática esportiva, em que sua finalidade traz a satisfação do próprio ego e no futuro uma prática que pode auxiliar no desenvolvimento corporal e social e que se aplicada na escola com a pretensão de desenvolver a prática esportiva, pode ser um elemento ou um recurso inovador e criativo.

A caracterização da abordagem em Pedagogia do Esporte se faz por meio da pedagogia, com o objetivo de transcender a simples repetição de movimentos, permitindo uma iniciação e formação esportiva consciente, crítica e reflexiva, fundamentada sobre os pilares da diversidade, inclusão, cooperação e autonomia, sustentando sua prática pedagógica sobre o movimento humano, as inteligências múltiplas, aspectos psicológicos, princípios filosóficos e aprendizagem social. A estratégia-metodologia está condicionada à essencialidade complexa do jogo, em que o jogar somente se aprende jogando. Desse modo, a aprendizagem dos jogos se faz por meio do Jogo Possível – atividades lúdicas, jogos pré-desportivos e brincadeiras populares, tornando-se jogos reduzidos, jogos condicionados e situacionais, envolvidos por um ambiente fascinante e estimulador. Sua fundamentação faz-se sobre o pensamento sistêmico, no seio do construtivismo e da teoria das inteligências múltiplas, na perspectiva de compreender o sujeito a partir de suas capacidades potenciais na dimensão de sua totalidade (PAES; BALBINO, 2005).

Compreendemos que a prática esportiva carrega consigo uma importância além das competências motoras que ela traz, ela possui uma importante função social no desenvolvimento do ser, ela nos demonstra o que o aluno ao praticar o esporte agrega conhecimentos críticos e reflexivos, que o auxiliam a compreender a sociedade como uma sendo inclusiva e cooperativa, ou seja, auxilia ele a tornar-se um cidadão o qual a sociedade busca ter como componente.

O processo ensino-aprendizagem pode ser visto como um sistema constituído pela interação de três componentes - professor, aluno e matéria - que tem por meta promover mudanças efetivas nos comportamentos, capacidades e competências do aluno, ou seja, aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Como é amplamente conhecido, o sistema pode ser definido como um conjunto de elementos em interação, ou ainda como uma unidade complexa constituída de subunidades que cooperam e preservam sua configuração de estrutura. Para que a meta de um sistema possa ser alcançada, os seus componentes desempenham diferentes papéis. No processo ensino-aprendizagem, o papel do professor implica, num primeiro plano, estabelecer relação entre o aluno e a matéria de ensino. Isto é, selecionar e propor um conteúdo adequado às características, necessidades, expectativas e interesses dos alunos; adequado no sentido de estar um pouco além das capacidades e competências já adquiridas e ser suficientemente desafiador para despertar a motivação e o entusiasmo para a aprendizagem (TANI *et al.*, 2012).

Observamos que no ensino do esporte o professor deve propor aos seus alunos novidades constantemente, para que possam desenvolver de forma ampla suas capacidades e competências, ou seja, propor ao aluno a máximo possível de experiências e vivências novas, para que ele tenha um amplo conhecimento acerca de muitos esportes, o que possibilita sua inserção em diversos grupos sociais.

Visto tudo isso, é mais que possível aplicar o Pole Dance na escola, pois o mesmo abrange as qualidades pedagógicas esportivas citadas acima. O único desafio é caracterizá-lo como um conteúdo pedagógico, com uma programação de iniciação, mediação e finalidade, também deixar claro seus objetivos (MOURA *et al.*, 2015). Esses autores elaboraram uma proposta metodológica para o ensino do Pole Dance *Fitness* na infância e adolescência (ver quadro abaixo).

Quadro 1 - Proposta metodológica para o ensino do Pole Dance

Nível	Competências
Básico	Base de força, flexibilidade e coordenação motora, posição de mãos, tronco e membros, preparação para o próximo nível.

Intermediário	Inversões (acrobacias)
Avançado	Movimentos conjugados, combinação de acrobacias
Profissional	Trabalho máximo de todas as competências, exige o grau máximo de habilidade.

Fonte: (MOURA *et al.*, 2015).

No nível de ensino básico são trabalhados exercícios de fortalecimento corporal e a aproximação do aluno com a barra, propondo a primeira interação entre o aluno e o esporte. Neste nível é ensinado ao aluno como segurar na barra e como girar em volta dela, também são realizadas atividades para agregar mais resistência física ao aluno após realizada essas tarefas e o professor pode identificar o desempenho dos seus alunos e passar para o nível que é o intermediário (MOURA; GONÇALVES; URBINATI, 2017).

No intermediário, o aluno que já estará íntimo da barra, começará a realizar manobras, e acrobacias, é fundamental que nesta parte do ensino o professor tenha o maior cuidado com o seu aluno, para que não ocorra possíveis acidentes, é de extrema importância que o aluno tenha confiança no professor e em si, para realizar as tarefas deste nível (MOURA; GONÇALVES; URBINATI, 2017).

No nível avançado, o aluno realiza giros e inversões na barra, tendo ritmo, onde haja o entendimento de que o aluno passeia por ela. No nível profissional são trabalhadas todas as competências. Neste nível o aluno demonstra toda sua habilidade e altruísmo no esporte, tornando a interferência do professor rara. É neste nível que damos conta de que o aluno domina o esporte por completo (MOURA; GONÇALVES; URBINATI, 2017).

É possível trabalhar o Pole Dance de modo construtivo e incentivador, pois quando expomos aos alunos que a prática possui níveis de execução, os mesmos se motivarão a alcançar o nível máximo, pois é natural do homem almejar o ponto mais significativo possível dentro da sociedade e no caso dos alunos, dentro da escola.

Para realizar este esporte, o professor necessita do apoio da escola e da comunidade, sendo assim também é válido a busca pelo conhecimento deste, pois para ensinar é necessário ter noções sobre o esporte, pois da mesma forma que o professor ensina o futebol, voleibol e basquetebol, ele pode ensinar o Pole Dance, o que é necessário é ter apoio, espaço e vontade de querer inovar as práticas esportivas na escola.

Vale lembrarmos que a motivação deve partir dos alunos ao esporte e influências de outros, que no caso do professor. Contudo, é necessário apresentá-lo de uma maneira lúdica,

em que primeiramente ressalta-se a diversão e o lazer, pois a criança ou adolescente aprende brincando.

Portanto, se expormos o Pole Dance como um esporte tecnicista, aqueles alunos que possuem um grau menos elevado de coordenação motora não vão se interessar em fazê-lo, correndo o risco do Pole Dance se reduza nos conceitos de outros esportes tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o grande desmotivador da prática do Pole Dance é o pré-conceito social por parte de pessoas que conhecem somente uma face estereotipada, a face da sedução e da erotização. Esse pré-conceito impede a sua inclusão na escola, pois os administradores e até mesmo os professores temem por possíveis represálias da comunidade. É difícil a aceitação do novo, pois o mesmo aos olhos dos leigos é tratado como um possível risco a Educação dos alunos na escola. Por isso apregoamos a necessidade da pedagogização desse esporte.

Tudo começa a partir da reeducação da sociedade, porém é difícil ensinar, reeducar aqueles que estão fora do âmbito escolar, por isso devemos começar a fazer um trabalho a longo prazo, com os alunos dentro da escola, formando cidadãos autônomos, com opiniões críticas e reflexivas sobre as novas práticas esportivas, como por exemplo o Pole Dance inserido na comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BETTEGA, O. B. Pedagogia do esporte: o jogo como balizador na iniciação ao futsal. **Pensar Prát. (Impr.)**, p. 487 - 501, 2015. www.revistas.ufg.br, 2015

GALATTI, L. R. *et al.* Sport pedagogy: tension in science and teaching of collective sports games. **Revista da Educação Física / UEM**, v. 25, n. 1, p. 153 - 162, mar. 2014. <http://www.scielo.br>

MEDEIROS, M. **Metodologia da pesquisa na iniciação científica**. Goiânia: E.V. Goiânia: E.V., 2006. portalrevistas.ucb.br

MESQUITA, I. M. R.; PEREIRA, F. R. M.; GRAÇA, A. B. S. Modelos de ensino dos jogos desportivos: investigação e ilações paraa prática. **Motriz Rev. Educ. Fís. (Impr.)**, v. 15, n. 4, p. 944–954, dez. 2009. [/www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br](http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br)

MOURA, G; GONÇALVES, V.C; URBINATI, K.S: Proposta metodológica para o ensino do pole dance fitness na infância e adolescência. **Revista Digital EFDeportes.com**. Buenos Aires, ano 20, n. 207, ago. 2015. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>.

OLIVEIRA, A.K.S. **Pole Dance: Conceitos e aproximações com os estudos de Rudolf Laban**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Licenciatura em Dança, 2016. monografias.ufrn.br

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. **Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. www.saraiva.com.br

REVERDITO, R.S; SCAGLIA, A.J; PAES, R.R: Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.15 n.3 p.600-610, jul./set. 2009. Disponível em: universidadedofutebol.com.br

RIZZO, D. T. de S. *et al.* Educação Física escolar e esporte: significações de alunos e atletas. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 2, jun. 2016. Disponível em: www.revistas.ufg.br

SADI, R. S. **Pedagogia do esporte: descobrindo novos caminhos**. São Paulo: Ícone, 2010.

SOARES, A. J. G.; MILLEN NETO, A. R.; FERREIRA, A. DA C. A pedagogia do esporte na educação física no contexto de uma escola eficaz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 2, p. 297–310, jun. 2013. Disponível em: http: www.scielo.br

TANI, G; BASSO, L; CORREA, U.C. O ensino do esporte para crianças e jovens: considerações de uma fase do processo de desenvolvimento motor esquecida. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 339 -350, abr./jun. 2012. Disponível em: www.revistas.usp.br

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM NA/COM A DIVERSIDADE CULTURA NA CIDADE DE PONTA PORÃ

Autor 1: RAMIRES, Adan Medina¹

Autor 2: LANGER, Adriana²

Autor 3: BARBOSA, João Antonio da Silva³

Autor 4: ALCALA, Reginaldo César⁴

Autor 5: RAMOS, Wanessa Pucciariello⁵

Eixo Temático: Prática pedagógica e Educação Física Escolar

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as representações e as identidades de professores que atuam com a diversidade cultural no contexto escolar, das escolas próximas da fronteira, de Ponta Porã-Brasil e Pedro Juan Caballero-Paraguai. Entendendo que a construção das identidades desses professores de Educação Física se faz com base em sua formação acadêmica inicial, de suas escolhas e de suas vivências culturais e sociais em contexto das múltiplas relações, compreendendo suas ambivalências. Como procedimento técnico-metodológico recorreu-se à pesquisa bibliográfica dos conceitos de identidade, diferença, representação, fronteiras e Educação Física, com um olhar para a diversidade cultural. A pesquisa de campo se fez através de entrevistas semiestruturadas. Como resultado, é possível destacar que as vivências desses profissionais da Educação Física, marcaram sua identidade, repercutem em suas ações no espaço escolar pontaporanense.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Educação Física e Diversidade Cultural.

INTRODUÇÃO

A presente temática surgiu de uma indagação sobre a construção das identidades dos profissionais de Educação Física atuantes na região de fronteira. Tendo em vista que eles trabalham num contexto marcado por diferenças culturais no seu dia-a-dia em especial com as

¹ Professora Esp. no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul de Ponta Porã-MS.

² Professora Mestre no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal e estadual de Ensino de Ponta Porã-MS..

³ Professor Mestre em Educação no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul de Ponta Porã-MS.

⁴ Professora Esp. no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul de Ponta Porã-MS.

⁵ Professora Mestre no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS..

crianças nas quadras e nas as salas de aula do Ensino Fundamental das escolas em Ponta Porã-MS.

Os estudos aqui descritos procuraram trazer como os professores tiveram suas identidades construídas? E, quais representações eles construíram durante sua formação para atuar no Ensino Fundamental na fronteira Brasil e Paraguai, no município de Ponta Porã, região sul do estado de Mato Grosso do Sul?

Partindo do pressuposto de que a identidade passa por uma complexa construção, neste caso, a identidade profissional do professor, entende-se que ela, se constrói a partir de sua formação acadêmica inicial, de suas escolhas, de suas vivências culturais e sociais num contexto de múltiplas relações.

As escolas atendem crianças brasileiras de diferentes origens, crianças paraguaias (com documentos brasileiros) que atravessam a fronteira para serem alfabetizadas no Brasil, crianças acampadas, assentadas, indígenas, crianças de diversas outras origens. Tais como chinesa, japonesa, coreana, libanesa, entre outros pequenos grupos que formam pluralidade na população da fronteira. É comum, por exemplo, a criança de origem japonesa frequentar a escola japonesa (existente no Paraguai), em um período e a escola brasileira em outro. Sem que ambas, escolas e professores conheçam o processo educativo pelo qual estas crianças permeiam.

Entendendo que as representações são aquilo que as pessoas ou uma pessoa tem sobre o outro, neste caso do professor de Educação Física, por exemplo. A representação(significados) que circula nas mídias (revistas, programas de televisão) é de um professor de Educação Física que malha, magro, alto, com o corpo sarado e conhecedor de todos os esportes. Porém, na região de fronteira esse professor lida com crianças, jovens e adultos de diversidade cultural, étnica, racial, linguística e religiosa, o que exige outras representações em relação ao corpo, que deve ser olhada numa perspectiva que considere as diferenças.

Esse olhar para a diversidade cultural considera o sujeito não como apenas uma estrutura física para trabalhar movimento, mas sim, um corpo/sujeito. Numa abordagem de cultura corporal onde, o lazer, a cultura, a mente, os jogos, as lutas, as brincadeiras, a ludicidade e suas histórias são questões a serem consideradas, bem como o contexto em que ela/eles foram produzidos/as. Para Gonçalves (1997), o corpo esconde e revela nossa maneira

de ser e estar no mundo, pois é pelo corpo que marcamos nossa presença no mundo, sendo que a cultura imprime nesses corpos a história acumulada na sociedade.

Para tanto é preciso entender o município, lócus da pesquisa identificando a fronteira em seus aspectos físicos e históricos. Pois ele faz divisa seca, com a cidade vizinha geminada, na qual a separação ocorre unicamente por uma “zona neutra”, que é a referida faixa pertencente aos Estados em contato e não pode ser ocupada. Nesses casos é comum ocorrer uma livre circulação de pessoas de um lado para o outro, bastando atravessar uma rua ou avenida.

É neste espaço fronteiriço, que para Souza (1999), principalmente, em núcleos urbanos mais populosos e com estrutura social mais complexa, encontramos uma integração informal sobrevivente às conjunturas políticas e formalidades legais. Os fatores responsáveis por tal convivência são vários, destacando-se relações de parentesco, como os de casamento, atividades econômicas de comércio e uma história partilhada de interação e complementaridade, que é construída por um sentimento comum e coletivo de pertencimento ao local.

1. EDUCAÇÃO FÍSICA: REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADES E PRÁTICAS.

Para Hall (1997) a identidade é um processo discursivo. Ela é formada culturalmente mediante circunstâncias históricas e experiências pessoais que levam o sujeito a assumir determinadas posições de sujeito temporárias. A identidade pode ser entendida como um conjunto de características pelas quais os grupos se definem como grupos e marca, ao mesmo tempo, aquilo que eles não são.

Entendendo que a Educação Física fundamenta a correta prática do conjunto de atividades físicas e esportivas com fins recreativos ou competitivos. A prática da Educação Física oferece um amplo campo de atuação que se preocupa com o relacionamento entre o movimento humano e outras áreas da educação, gerando integração entre o físico, o mental, o social e o emocional, na medida em que se desenvolvem.

A Educação Física na escola é entendida como uma área que trata da cultura corporal e que tem como meta introduzir e integrar o aluno nessa esfera, para propiciar a formação de um cidadão autônomo. Neste contexto o aluno estará sendo capacitado para usufruir de jogos, esporte, danças, lutas, ginásticas e de todo tipo de atividade para o seu desenvolvimento em

busca de bem-estar e crescimento saudável (BETTI, 1991; FREIRE; SCAGLIA, 2003).

Uma análise mais atenta mostra que essa forma de definir a Educação Física não é suficiente para esclarecer com profundidade o seu significado. Vejamos por que. Em primeiro lugar, cabe definir o que se entende por educar. O processo educacional tem sido definido e praticado de formas variadas, em diferentes sociedades e épocas. Em última análise, as concepções e práticas educacionais estão relacionadas a formas de conhecer o homem, a sociedade e o mundo. Em segundo lugar, é preciso compreender o termo físico. Neste caso, como ocorre com o conceito de educação, a resposta também depende dos pressupostos filosóficos de quem a utiliza, há diferentes entendimentos do significado da Educação Física. É importante que se compreenda que os diferentes significados atribuídos à Educação Física construíram-se a partir de práticas sociais concretas.

A Educação Física também pode ser um elemento no processo de transformação da sociedade, dependendo da consciência que se tenha de suas origens, suas possibilidades e seus limites no conjunto das práticas sociais.

Corroborando com essa ideia Neira (2000, p.94), a Educação Física na escola, precisa fazer o aluno entender e conhecer o seu corpo como um todo, não só como um conjunto de ossos e músculos a serem treinados, mas como um do indivíduo que se expressa através do movimento, sentimentos e atuações no mundo.

2. COMPREENDENDO OS TERRITÓRIOS QUE PERMEIAM OS ESTUDOS CULTURAIS

A discussão em torno do tema melhor aprofundada, há que se ter em conta os alguns preceitos como conceitualizações que ajudem a compreender o funcionamento tanto das identidades quanto das diferenças e se estas são fixas e imutáveis.

Hall (2003, p. 200) afirma que “[...] os estudos culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado”.

O compromisso com o momento histórico, a abertura em relação ao método, ainda que sem dispensá-lo, mas permitindo que ele seja elaborado junto com o desenvolvimento da pesquisa são importantes, pois permitem que o caminho seja revisto quando se perceber um caminho mais promissor. É um campo teórico preocupado com a compreensão dos processos

de construção das identidades/diferenças.

As diferenças dentro dos Estudos Culturais são vistas como diferenças produzidas histórica, social e culturalmente. Embora a exclusão racial seja justificada, muitas vezes, “em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza” (HALL, 2003, p. 68), essas distinções genéticas e biológicas também foram produzidas histórica e culturalmente.

Portanto, as identidades/diferenças são centralmente construções históricas e culturais. Nesse sentido, cabe destacar que elas são profundamente afetadas pelas transformações da cultura:

A cultura nacional promovida pelo Estado revelou-se uma proteção frágil contra a comercialização dos bens culturais e a erosão de todos os valores, exceto daqueles do poder de sedução, da lucratividade e da competitividade. [...] E há o medo e o ressentimento generalizados da experiência das identidades “desencaixadas”, “desobstruídas”, livremente flutuantes, desancoradas, frágeis e vulneráveis – experiência gestada em escala maciça numa situação em que a tarefa de construção e preservação da identidade é deixada à iniciativa individual, “desregulamentada” e “privatizada”, e a recursos individuais bastante inadequados. (BAUMAN, 2012, p. 60).

Tanto as transformações culturais quanto os efeitos delas para as identidades/diferenças afetam profundamente o espaço escolar. A escola é um “espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos” (CANDAUI, 2008, p. 15). Dessa forma, a escola é um espaço no qual aprendemos com os diferentes. De acordo com Backes e Nascimento (2011, p. 25), “a experiência de aprender a ouvir as vozes dos que estão posicionados nas fronteiras da exclusão, articuladas com as fronteiras étnico culturais, é uma experiência agonística”.

Essa experiência nos leva a compreender os desafios da escola para lidar com a diversidade cultural e com a multiplicidade de valores presentes nas manifestações dos grupos sociais, constituindo-se uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento das identidades/diferenças.

Nesse sentido, o ambiente escolar, muitas vezes marcado pela exclusão, pelas identidades e/ou diferenças, segundo Vieira (2011), pode ser um tempo de encontros, desencontros, de interculturalidade, de tensões sociais e culturais, enfim, um tempo para aprendermos a conviver com a diversidade. Para tanto, é importante termos uma concepção

de identidade/diferença como resultado de negociações permanentes. Identidades/diferenças cambiantes, ambivalentes, nômades, instáveis, diaspóricas, sempre sujeitas a mudanças. (HALL, 2003). O autor argumenta ainda que o campo dos Estudos Culturais vai além do “ser límpido do significado, da textualidade e da teoria, para algo mais sujo, bem mais embaixo”(HALL, 2003, p. 202).

Para os estudos culturais, o mesmo autor considera o compromisso com o momento histórico como algo nunca acabado e absoluto, o compromisso com o conhecimento como algo que não é neutro, sempre articulado com ideias e pensamentos, em intercâmbio em constante renovação que contribui para que se percebam as identidades/diferenças como uma “celebração móvel”, ou seja, sempre em movimento.

Essa renovação, esse não acabado me faz articular as leituras realizadas com o meu campo de investigação. Trata-se de uma viagem com pequenos pontos de divergência ou, até mesmo, da busca de novos contextos, que não tende a acabar com as especificidades do tema, mas revela a minha vontade de trilhar caminhos por meio dos quais o leitor possa perceber que a articulação dessas teorias se fazem necessárias para o desenvolvimento deste estudo.

Hall (2003) considera o conceito de identidade complexo, mas isso não o impede de formular discussões e suscitar a reflexão em torno da ideia de que as identidades estão sendo descentradas, ou seja, deslocadas, fragmentadas.

Entendendo desde já que é uma abordagem intrinsecamente ligada aos Estudos Culturais, partindo do ponto ou argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno que até aqui foi visto como um sujeito unificado”(HALL, 2003, p. 07).

Para Hall a identidade do sujeito pós-moderno, resultado de mudanças estruturais e institucionais que torna o processo de identificação instável e provisório, tornando a identidade pouco fixa e permanente “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2003, p. 13).

Enquanto para Silva (2000), a identidade que é marcada pela diferença tem símbolos concretos que ajudam a identificar nas relações sociais quem é, por exemplo, mulher e quem não é. Assim a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a luta para afirmar

uma ou outra identidade ou as diferenças que os cercam tem causas e consequências materiais.

Oportunamente, Silva afirma que “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis.”(SILVA, 2000, p. 68/69).

Evidentemente, esse processo estaria, segundo o autor, intimamente relacionado ao caráter da mudança na modernidade tardia, sobretudo aquela que se conhece, de modo genérico, pelo nome de globalização, fenômeno relacionado à própria essência da sociedade, uma vez que ela não é um todo unificado e bem delimitado, sendo constantemente descentrada ou deslocada por forças que lhe são exteriores.

A região de fronteira precisa ser considerada não como uma linha que separa dois países, mas como uma região de integração, que precisa ser solidificada a partir de relações existentes, de conflitos e negociações em todos os aspectos, considerando as dimensões culturais.

O fortalecimento da identidade cultural constitui um elemento essencial para que se enfrentem os desafios atuais da globalização; a antiga visão de fronteira encarada como separação, precisa se transformar em uma moderna visão de fronteira como cooperação entre povos. Para tanto se torna necessária uma mudança de mentalidade e de comportamento, um fortalecimento do processo educativo, uma vez que esbarramos nos desafios históricos e culturais e, nessa região as escolas recebem alunos brasileiros, paraguaios e de outras nacionalidades, incluindo os chamados brasiguaios.

Percebe-se, assim, a necessidade do fortalecimento da identidade cultural como um elemento essencial para que se enfrentem os desafios atuais da globalização.

Considerando a cultura como algo permanentemente reinventado, recomposto e investido de novos significados, a questão de fundo posta para essa pesquisa é buscar compreender as representações e os processos de produção das identidades ou os processos de produção das diferenças que marcam os professores de educação física no contexto de fronteira.

3. UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA NA FRONTEIRA

A fronteira está além da separação dois Estados-Nação abrange o estabelecimento de relações distintas, ou seja, existe um intercâmbio cultural, social e político que contribui para que na mesma o processo de diferenciação entre o “eu” e o “outro” seja perceptível. Dessa forma, tanto a identidade, e quanto a alteridade encontram-se presentes na estrutura do espaço fronteiriço, e é por meio de ambos, que os sujeitos constroem sua cultura, seus costumes e formas de vida, se diferenciando do “outro” que habita no outro lado da divisória, configurando as relações sociais perceptíveis na fronteira.

Por ser uma área limítrofe entre duas ou mais nações diferentes, implica numa realidade específica, marcada por uma relação de troca cultural entre os diferentes povos aí residentes. É importante destacar que a determinação de uma linha fronteiriça não delimita também a demarcação específica de “início” e “fim” de uma cultura, ou seja, as áreas de fronteiras podem representar áreas de conflitos culturais entre povos diferenciados, assim como também podem surgir como áreas de trocas interculturais e os consequentes hibridismos culturais.

Além das relações econômicas e políticas presentes nas faixas fronteiriças, não se deve esquecer das relações culturais desenvolvidas, nas quais os moradores de cada país estão em constante contato com culturas diferentes.

Nesse trecho da viagem vamos procurar compreender como essa fronteira intervêm na construção das identidades e das diferenças e que acabam se tornando um paradigma do espaço fronteiriço, pois é através desses elementos que surge a diferença tornando a fronteira um lugar de alteridade.

Com o intuito de enfatizar a abordagem do conceito de fronteira e a formação de “novas” identidades, que são construídas a partir da mesma, apresentar-se-á um paralelo das discussões dos principais pensadores que se dedicaram ao estudo da fronteira levando em consideração as relações identitárias que ocorrem em seu interior, e como essas contribuiriam para a construção e reconstrução de identidades, e também na percepção do processo de diferenciação frente ao outro por meio da alteridade.

Procurando dialogar com os Estudos Culturais, tentarei transitar através das perspectivas de conhecimentos produzidos na História, Antropologia, Filosofia e Sociologia, fundamentando com esse apoio, fora do campo da Pedagogia, a relação entre o homem e a cultura, assim como a relação de poder que se entrelaça na construção das identidades de

signos e significados e produzindo, reproduzindo signos e significados, que em outro momento acaba ressignificando essas identidades dos sujeitos, controle regulador, resultante de processos históricos e socialmente construídos.

A fronteira por muitos anos foi pensada e definida como uma ideia muito próxima ao conceito de limite territorial, mas é importante salientar que a mesma não é totalmente um limite, e sim uma condição para o estabelecimento de diferenças na relação entre “eu” e o “outro”.

Entretanto, a grande dificuldade em reconhecer o outro ocorre por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um parâmetro único de comparação, hierarquizando ou “desigualando” aquilo que apenas deveria ser visto como diferente. Assim, a partir da convivência com a diferença identitária e cultural que podem ser identificadas na fronteira ocorre à afirmação da diferença, que muitas vezes é visto com um olhar de inferioridade.

Nesse sentido merece destaque o pensamento de Martin (1994)⁶, que se preocupou em distinguir o limite e a fronteira. Em sua obra o limite é reconhecido como uma linha, e não pode, portanto ser habitado, já a fronteira ocupa uma faixa que constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes dos Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio. O que tem de essencial nessa análise é o fato de que a fronteira envolve relações entre pessoas e identidades diferentes o que nos remete a ideia de que essa ainda é uma condição que estabelece as diferenças.

Já Monteiro (2004)⁷, salienta que a fronteira é o espaço de acolhimento do outro, do diferente, do estranho. É um território de efervescência intensa. É ao mesmo tempo o local da dor profunda, da violência e da recriação da vida. Onde as diferenças necessariamente se tensionam e produz o plural, o novo. Pois a fronteira é a confluência do que já foi, do que esta sendo e do que pode ser isso se justifica pelas diversas relações que são estabelecidas na mesma a todo o momento existe a construção do diferente, até pelo fato dessa ser habitada por nacionalidades distintas. Dessa maneira percebe-se que a fronteira nasce da diferença, pois nela diferentes relações e concepções de vidas são identificadas.

⁶ MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

⁷ MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus. **Sobreviventes das Fronteiras: cultura, violência e valores na educação**. UFRRJ. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt06/gt061077int.rtf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2014.

Martins (1997) destaca, em seu entendimento sobre a fronteira, o lugar da alteridade, pois nela há embate de temporalidades diversas:

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1997, p. 150-151).

Tal argumentação rende interpretações relevantes acerca da fronteira, pois através da “alteridade” que permite uma identificação seguida do processo de diferenciação, que se estabelecem diferenças entre o “eu” e o “outro”, e essas não são apenas de concepções de vida, mas também de diferentes historicidades em diferentes tempos, fato esse que contribui para a formação de “novas” identidades frutos dessa relação.

Esse processo de alteridade é perceptível na fronteira a partir do momento em que é possível identificar povos colonizadores diferentes, com costumes e culturas diferentes dividindo uma mesma faixa territorial, pois é a partir desse momento em que o indivíduo assume uma identidade de diferenciação. É importante salientar o fato de que a fronteira pode ser vista também como um conjunto de múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Percebe-se então que a fronteira é marcada pela interação entre sujeitos diferentes que possuem práxis e construções simbólicas, culturais e identitária distintas, fato que contribui para a existência de múltiplas relações, e são essas que ressaltam a diferença entre os sujeitos que habitam a zona de fronteira, pois não parece possível compreender como se constitui uma fronteira sem levar em consideração as diferenças que a constituem.

Na fronteira não existe apenas convivência com sangue, língua ou capitais diferentes, mas a mesma abriga diferenças raciais, religiosas e culturais juntamente com uma separação social e barreiras linguísticas, além de uma hostilidade que é organizada pelo contato com outros grupos étnicos de outros Estados-Nação, sendo assim, pode-se afirmar que a fronteira é

um instrumento de grande absorção e transmissão cultural.

As relações desenvolvidas de um e outro lado de cada fronteira são marcadas por diferentes aspectos da vida social dos povos que convivem com este tipo de realidade. Dessa forma, cada fronteira apresenta características únicas principalmente pela diversidade de povos que podem estar na mesma, cada um com um conjunto de relações e práticas sociais, culturais e políticas que remetem ao seu país de origem, e é nesse sentido que Oliveira (2005, p. 380) afirma que cada fronteira é uma fronteira, em função de sua pluralidade e complexidade, que fazem com que seja impossível a classificação de uma fronteira (como espaço homogêneo), mas sim de fronteiras que se espalham por toda a extensão de um país. Assim, considera este autor: “(...) Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é uma fronteira” Oliveira (2005, p. 380).

Assim, a fronteira cria um ambiente, que é marcado por relações complexas, ou seja, culturas e identidades diferentes que criam condições para produção e reprodução de relações que levam a afirmação da diferença, pois na fronteira existe a convivência entre duas nacionalidades distintas que afloram o sentimento de diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações encontram-se entrelaçadas a identidade e a diferença e que ainda se ligam a sistema de poder. Dessa forma, é possível perceber que a identidade dos sujeitos se constitui e carrega influências históricas do seu mundo da vida, isto é, do lugar de onde esses sujeitos iniciam e discutem suas operações interpretativas, possibilitando tanto a reprodução quanto a renovação de sua cultura.

Entendendo aqui que essa pesquisa percebe como conceito de representação que segundo Silva (2000), está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o “real” presente – de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. De acordo com Silva (2000) é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade.

Nesse sentido, as relações mantidas com a área da Educação Física se mostraram como fatores significativos para essa escolha, a interiorização de valores e representações

sobre a sua docência, as relações gratificantes ou não com a profissão exprimem um processo que engloba fatores internos e externos que influenciam na opção profissional. A opção profissional, assim, envolve não somente um processo que define o que fazer, mas também quem ser, o que ser e como fazer para se inserir em um determinado contexto profissional e social.

Percebe-se a necessidade do fortalecimento da identidade cultural como um elemento essencial para que se enfrentem os desafios atuais da globalização. Esses recortes são provenientes dos saberes docentes, dando ao professor, a possibilidade de expor seus conhecimentos advindos da formação profissional, além de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.

O processo de construção e reconstrução desses professores de Educação Física que atuam ou atuaram nas escolas próximas à linha da fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, precisa ser revisto, compreendido e analisado se desejamos o progresso e a aprendizagem nessa região fronteiriça, considerando que com os achados da presente pesquisa, torna-se possível reafirmar que a docência se constitui na confluência de inúmeros espaços e tempos do mundo da vida de professores, e tanto o seu desenvolvimento profissional quanto as ações desenvolvidas para a formação desses alunos estão alicerçadas não somente em conhecimentos, saberes e fazeres, mas perpassam dimensões éticas, afetivas e valorativas da ação profissional e pessoal.

Portanto, diante desse contexto emergente, onde as identidades proclamam por mudanças contínuas, principalmente no que tange à educação, esta pesquisa em andamento apresenta relevância, pois tem como objetivo principal estudar a ação docente na região de fronteira frente à multiculturalidade, na perspectiva do processo civilizatório. Uma pesquisa que apresenta como eixo norteador a identificação das linhas metodológicas preponderantes na fronteira frente à diversidade cultural que a forma, auxiliando assim os professores na sua decisão pedagógica de melhor atender os alunos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, J. O. **As funções da educação física**. *Revista Horizonte*, n. 45, 1991.

BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 2001.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte* – 2002, 1(1):73-81.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**, Belo Horizonte, editora UFMG, 2007.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papyrus, 19ª ed., 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios a educação intercultural no Brasil. **Educação, sociedade & cultura**, n. 16, 2001, 45-62. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FREIRE, João Portela. **Terra, Gente e Fronteira** – Ponta Porã: Editora Borba, 1ª edição, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11 ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2006

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas*. São Paulo: Phorte, 2008. NOVOA, Antonio. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS¹

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo²

Leandro de Souza Silva³

Maurício José dos Santos Silva⁴

Deyvid Tenner de Souza Rizzo⁵

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar um breve levantamento sobre as práticas pedagógicas do professor de Educação Física para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todo o sistema de ensino brasileiro. Nesta perspectiva, enquanto metodologia de investigação optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde realizamos um estudo bibliográfico e documental. Os resultados apontam que os professores de Educação Física podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais por meio de suas práticas pedagógicas, valorizando a diversidade cultural, incluindo a cultura e identidade da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Lei 10.639/03; História e Cultura Afro-brasileira.

1. DESENVOLVIMENTO

Durante muitos anos os negros que chegaram ao Brasil foram considerados seres inferiores aos brancos em decorrência dos tempos de escravidão, fazendo com que seus traços culturais fossem marginalizados, discriminados ou até mesmo silenciados da sociedade em geral.

Um país caracterizado pela desigualdade baseada pela raça, considerando uma classe dominante, no caso do Brasil, em processo de construção desconsiderou as diversidades étnicas e culturais, conforme podemos ver na fala de Munanga (2002):

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Aluno do PPGEdu UFGD.

³ Aluno do PPGEdu UFGD.

⁴ Aluno do PPGEdu UFGD.

⁵ Prof. Dr. Curso Educação Física (MAGSUL).

No fim do século XIX e início do século XX, havia toda uma polêmica criada pela elite intelectual. Pensava-se que o único caminho para construir a identidade brasileira seria por meio da eliminação das diversidades tanto biológicas quanto culturais, e isso passaria pelo processo de miscigenação que acabaria com a existência do índio e do negro, teríamos uma nova raça, que não seria mais nem índia nem negra, mas que seria uma raça branca. Muitos autores desse período acreditavam que, no ano 2000, o Brasil seria totalmente branco e, se estivessem vivos poderiam ver que as suas previsões não deram certo, pois o Brasil não é branco, o Brasil é diverso (p. 12).

Com isso foram em busca de reconhecimento histórico, então após anos de indagações, lutas e reivindicações do Movimento Negro a comunidade negra brasileira conquistou reconhecimentos, como a implementação da Lei 10.639/03 que inclui na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação que torna obrigatório do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o sistema de ensino brasileiro.

É preciso modificações no contexto social brasileiro, sendo indispensável à aplicabilidade de leis que repudiem comportamentos racistas, em virtude disso este estudo tem como objetivo enfatizar como a educação física pode contribuir para a aplicabilidade da Lei 10.639/03 através de práticas pedagógicas antirracista, abordando a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: PERSPECTIVAS DA LEI 10.639/03

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e Africana no sistema educacional são resultados de muito tempo de discussões do Movimento Negro, sendo apenas em 2003 após anos de lutas criada a Lei 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Bem precisa, em seu Artigo 26–A estabelece que:

Art. 26–A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Enfatizando a magnitude da Lei 10.639, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Deste modo, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana definiu que:

[...] orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção nação democrática (BRASIL, 2004, p. 31).

Atribuindo assim, que as escolas por meio da educação abordem a temática com a devida importância, baseando-se na construção estratégias educacionais na tentativa de combater o racismo, formando uma sociedade com igualdade racial, sem discriminação, conquistando a valorização e respeito da diferença racial presente na sociedade brasileira.

Espera-se com Lei 10.639/03 a descolonização do currículo euro centrado, que segue o modelo europeu, fundamentado na cultura branca europeia, ocasionando o silenciamento da cultura negra.

O sistema educacional brasileiro em processo de constituição no início do século XX teve como uma de suas premissas o silenciamento sobre as tradições culturais africanas. O saber dominante reproduzido pela historiografia oficial ignorou e colocou na obscuridade a história e a cultura negra, e seus elementos não entraram, portanto, no ambiente escolar, através dos currículos. (Neves, 2008, p.97)

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Através da implementação da Lei 10.639/03 nota-se que trouxe avanços significativos para as questões étnico-raciais, promovendo um currículo multicultural e heterogêneo, como alega Souza, 'é preciso familiarizar-se com o tema':

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano. Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (SOUZA, 2012, p. 23)

Prontamente, ao incluir no currículo escolar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira propõe-se contribuir para uma educação antirracista e multicultural, contribuindo para os conhecimentos e a valorização de suas raízes, reconhecendo a população negra como um marco histórico social brasileiro.

Gomes (2003) referencia ao corpo como forma de expressão da identidade negra

A educação pode desenvolver uma pedagogia que destaque a riqueza da cultura negra inscrita no corpo, nas técnicas corporais, nos estilos de penteados e nas vestimentas, as quais também são transmitidas oralmente. São aprendizados da infância e da adolescência. O corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado (p. 81).

Como foco desse estudo, adentraremos as contribuições da educação física para o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, área que vem ganhando espaço, pois atualmente atua de forma ativa na formação do aluno, auxiliando no (re) conhecimento da diversidade cultural, formando cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Sabemos que as instituições escolares tem como papel servir a sociedade em uma de suas necessidades básicas a educação e que essas instituições se utilizam de um

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

currículo, ferramenta essa que é utilizada como meio de transmissão de conhecimentos, informações e saberes diversos, sendo que o mesmo é capaz de fixar posições de poder/saber na sociedade em que está instituído, por esse motivo acreditamos na necessidade de os estudos das relações étnico-raciais estarem presentes nos currículos escolares.

Sendo assim acreditamos que a Educação Física Escolar é uma das disciplinas que não deve ser privado ou negligenciado em seu currículo as atividades/conteúdos das relações étnico-raciais, pois essa disciplina escolar tem uma proximidade com o alunado que outras disciplinas não proporcionam.

Segundo Silva (1995) “o currículo não é [...] um meio neutro de transmissão de conhecimento ou informações, [...] e essas narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos”.

Marques (2010) afirma que “os estudos sobre temas decorrentes da história e cultura africana e afro-brasileira não se restringe apenas à população negra, mas diz respeito a todos os brasileiros, cidadãos atuantes numa sociedade plural e multiétnica, visando à construção de uma sociedade democrática e igualitária”.

A história registra que a educação brasileira foi construída em torno de conceitos eurocêntricos, fato esse que hierarquizou as culturas, os valores e as crenças, formando no nosso país uma cultura educacional centrada nas atividades/conteúdos de interesse de poder, ocasionando uma resistência a descentralização desses conteúdos que somados a falta de interesse por parte de todo corpo escolar resulta-se na fixação de valores e saberes.

Quando se pretende fazer algo de diferente a falta de conhecimento ou conhecimento estereotipado sobre as relações étnico-raciais, acabam por sistematizar ainda mais a discriminação e o preconceito aos cidadãos negros e afrodescendentes, por esse motivo ressaltamos da necessidade de formação continuada sobre a lei 10.639/2003 para todo corpo docente escolar.

Esse tipo de discriminação e preconceito esta presente no cotidiano escolar conforme apontados por diversos estudos e principalmente nos resultados iniciais apontados pelo GEPRAFE-UFGD (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Relações

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Étnico-Raciais e Formação de Professores e Educação), porém essa situação ainda é ignorada pela maior parte das instituições escolares, pois é comum entre o corpo escolar a negação de uma maioria quando se trata da existência discriminação e do preconceito contra as crianças negras, mesmo que o preconceito seja cordial ou discriminação oculta.

Nesse sentido observa-se que:

A instituição escolar esta construída sobre a afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular igualdade e diferença, a base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural, constitui hoje um grande desafio para todos os educadores (CANDAUI,2002, p. 9).

Quando pensamos em instituição escolar, devemos sempre abordar o principio de que esses sistemas educacionais são obrigados a obedecer e acatar as legislações existentes sabemos que existem legislações que prevê um currículo escolar capaz de reproduzir, descolonizar e reconstruir um ser humano capaz de conhecer, respeitar as diferenças e suas manifestações.

Considerando que os objetivos do componente curricular Educação Física, de acordo com Pinho (2007), devem influenciar na socialização dos/as educandos/as, os/as profissionais têm a possibilidade de desvelar as potencialidades físicas e intelectuais de todos os alunos independentemente da raça/cor. E assim, dependendo de sua prática pedagógica, eles/as podem ou não contribuir para o desempenho do alunado negro no sistema de ensino.

No documento oficial do governo federal o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, existem varias metas, objetivos, planos de ações e atribuições dos sistemas de ensino municipal, estadual e federal que visam um currículo que enfatize os temas em questão.

Para a disciplina de Educação Física Escolar que é o foco desse trabalho, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, do qual citamos abaixo alguns trechos referentes à construção de um PPP (Projeto Politico Pedagógico) que cumpra com objetivos estabelecidos por este documento.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

De acordo com o PCN (1997, v.7) o que se espera de um aluno no final do primeiro ciclo é que os mesmos sejam capazes de:

- Participar de diferentes atividades corporais procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.
- Conhecer, valorizar, apreciar, desfrutar de algumas manifestações culturais, corporal presentes no cotidiano.

O mesmo PCN (1997, v.7 p.77) cita que no final do segundo ciclo um dos critérios de avaliação do professor para o aluno é que: “o aluno reconheça as formas de expressão de cada cultura e espera-se também que o aluno tenha uma postura receptiva, não discrimine produções culturais por quaisquer razões sociais, étnicas ou gênero”.

Considerando a importância da cultura africana e afro-brasileira para o nosso país e de acordo com a negligência que a mesma tem sido abordada nas instituições escolares, por meio de estudos iniciais sabemos que as atividades/conteúdos étnico-raciais mesmo estando amparada por lei, não aparecem nos PPP's da maior parte das instituições escolares, quando aparecem não são de fato executados e quando executados estão sendo de maneira esporádica, estereotipada, sem continuidade, sem comprometimento e superficial.

Acreditamos que a escola, no papel de formação de novos cidadãos, tem apresentado falhas nessa função, segundo Fleuri e Souza (2003), “quando as diferenças culturais são trabalhadas de numa perspectiva estereotipada, focalizando-se apenas superficiais fenômenos culturais” e isso deixa “de valorizar devidamente e com isso não consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem”.

A Educação Física brasileira precisa, assim, resgatar a capoeira enquanto manifestação cultural, ou seja, trabalhar com a sua historicidade, não desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou. Conforme dito é necessário para o desenvolvimento do aluno o resgate dessas expressões corporais e também é preciso que a escola e professores tenham a capacidade de aprofundamento desse conteúdo, pois dessa maneira esta sendo a escola uma escola intercultural e de colonial do saber/poder (SOARES, 1992, p.53).

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Entende-se que são vários os elementos que constituem a cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, proporcionando aos alunos oportunidade de vivenciar diferentes manifestações culturais, assim o papel do professor de educação física denota a disseminação do respeito à diferença, valorização da diversidade racial, eximindo assim quaisquer posturas preconceituosas, de segregação e discriminação no contexto escolar.

De acordo com Souza (2005):

Podemos lembrar quando o assunto é esporte e população afro-brasileira é a divisão corpo e mente. A cultura escravista deixou como marca a distinção entre atividades intelectuais e braçais, de acordo como que a sociedade é dividida. A população afro-brasileira quase sempre está associada aos esportes ou profissões distintas das ocupações intelectuais. Esta representação enfatiza o corpo em detrimento do intelecto, o que pode levar à naturalização das desigualdades sociais (p. 81).

Neste sentido, nota-se a necessidade de considerar a Lei 10.639/03 para prosseguir buscando uma Educação Física antirracista, pois, há na escola práticas ocultas responsáveis por impor o “branqueamento”, tendo em vista as diferentes formas de se perceber os sujeitos. Assim, gênero e raça são percebidos como uma possibilidade de leitura das relações sociais no cotidiano da educação física escolar (CORSINO e AUAD, 2012).

Sabemos que estudos já vêm sendo realizados e desenvolvidos, pretende-se pelos quais verificar/analisar se a implementação da história e cultura africana e afro-brasileira estão de fato se efetivando de forma eficaz nas aulas de Educação Física nas escolas públicas e isso é tão importante que aconteça para que busquemos estratégias e assim dialogar com as instituições escolares e principalmente com os professores de Educação Física escolar “se os mesmos sentem-se preparados para atender a lei 10639/03 nas escolas?” O importante aqui é ressaltar que esses estudos não tem o foco apenas nos professores, mas também visam analisar os projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas se abrangem as atividades/conteúdos étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Este artigo visa propor uma reflexão aos leitores simpatizantes ou não das relações étnico-raciais com ênfase a comunidade da Educação Física Escolar, da importância para reestruturação e reconstrução dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições escolares a fim de materializar a aplicação de um plano de ação envolvendo toda a comunidade escolar, plano de ação esse que contemple o que já se encontra instituído em lei.

Faz-se necessário que a Lei 10.639/03 seja efetivamente aplicada, pois a mesma nos possibilita discutir ações pedagógicas educacionais para a educação das relações étnico-raciais e com isso reconstruir o currículo que hoje se encontra pautado pela cultura eurocêntrica de atividades e expressões que cada vez mais vem afundando a Educação Física Escolar e reduzindo a mesma ao estado de “rola bola”, em um currículo multicultural, descolonizado, descentralizado e democrático que valorize outros saberes, tornando assim o leque das atividades/conteúdos da Educação Física Escolar uma disciplina potencial para o rompimento do preconceito e da discriminação no ambiente escolar.

Esperamos que este estudo possa vir a contribuir para que os professores de educação física reflitam suas práticas pedagógicas e sintam-se estimulados a inserir o ensino da história e da cultura Afro-brasileira e Africana em suas aulas de educação física, esperamos ainda ampliar as discussões acadêmicas acerca da temática despertando anseios para novas pesquisas sobre as relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, v.7, 1997.

_____. *Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 abril 2017.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília. Secad /MEC, 2004.

CANDAU, Vera Lucia. *Sociedade, Educação e Culturas*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. *O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar*. São Paulo: Cortez, 2012

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. Revista Brasileira de Educação nº 23. Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. p. 75-85.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Movimento negro e educação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPED, n.15, p. 134-159, et./out./nov. /dez. 2000.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. *Políticas Curriculares Nacionais e Práticas Pedagógica: Possibilidades Abertas pela Lei 10639/2003 para o Estudo das Relações Étnico-Raciais na Escola*. Dourados. MS: Junqueira e Marin, 2012.

MUNANGA, Kabenguele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, secretaria da educação de ensino fundamental. 2001. 202p.

NEVES, Gilberto. *Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação*. Uberlândia, MG: Sincopel, 2008. 126 p.

PINHO, Vilma Aparecida de. *Relações raciais no cotidiano escolar: Percepções de professores de educação física sobre alunos negros*. (Coleção Educação e Relações Raciais, 9). Cuiabá: EdUFMT, 2007. 86 p.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Andréia Lisboa. *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiro*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2005.

SOUZA, Maria. Izabel Porto de; FLEURI, Reinaldo Matias, (2003). Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 53-84.

SOUZA, Marina de Mello e. *Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África*. Revista História Hoje, v.1, 2012. Disponível em <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em 31 março 2017.

O TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE PONTA PORÃ-MS¹

Autor 1: Keila Fernanda Farinelli Duarte²

Autor 2: Ana Paula Moreira de Sousa³

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

A presente pesquisa teve como escopo: compreender sobre saúde na literatura e nas aulas de Educação Física e observar se o tema transversal saúde é ou não trabalhado em turmas de 8º ano de uma escola estadual de Ponta Porã-MS. Visou também obter informações sobre a saúde através de um roteiro contendo 4 questões, entregues a 2 professores, identificados como A e B. Fizeram parte do estudo, 117 alunos, distribuídos em quatro turmas (A, B, C e D). Com relação aos resultados encontrados, os mesmos não foram favoráveis, pois, ainda existe a falta de interesse em desenvolver aulas relevantes. Torna-se mais viável ceder às aulas para que os alunos pratiquem apenas as atividades que mais gostam do que elaborar uma aula de qualidade. Portanto, verificou-se que a realidade precisa ser transformada, para que os alunos compreendam os objetivos da aula e conseqüentemente buscarão uma nova perspectiva de vida, que melhore sua própria saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; escola; saúde.

1. CONCEITUAÇÃO SOBRE SAÚDE

O tema saúde possui diversas concepções sobre seu processo saúde/doença. Silva (2013) ressalta que a saúde desde a história da humanidade significou a falta de doenças, a vida longa e o vigor tanto do físico quanto do mental. “A palavra saúde que originalmente é *salute* (do latim) que significa salvação ou conservação da vida” (SILVA, 2013, p.30).

Outra concepção vem da Organização Mundial da Saúde (OMS), ou seja, “saúde é o estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (BRASIL, 2000, p. 65).

Através desta citação entendemos que a saúde não é uma realidade, mas é considerado um compromisso. A saúde não é um processo estável, pois, não é porque foi atingido que irá se manter. Isso implica em algo “a mais”, isto é, a vida é repleta de mudanças, portanto, a saúde está inserida nesse contexto de transformações. A partir dessa ideia observamos que a mesma, não pode ser reduzida a uma imagem que complementa a

¹ Esta pesquisa é resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, defendida no ano de 2016.

² Graduada em Educação Física pelas Faculdades Magsul.

³ Mestre em Educação, docente do Curso de Educação Física das Faculdades Magsul e orientadora da pesquisa.

doença, mas deve ser vista como uma construção do indivíduo e da sociedade (BRASIL, 2000).

Temos em vista um conceito utilizado pela Organização Mundial da Saúde segundo Brasil (2000, p. 66), o qual: “[...] Nenhum ser humano (ou população) será totalmente saudável ou totalmente doente. Ao longo de sua existência, viverá condições de vida e sua interação com elas”.

Alguns fatores nos remetem como serão as condições de vida de uma pessoa como nascem, morrem e a relação entra saúde e doença, por exemplo: condição biológica (sexo, idade, genética), meio físico (fontes de água para consumo, alimentos, espaço geográfico e etc.), meio socioeconômico e cultural (renda, educação e lazer, e etc.). Tratar sobre saúde sendo assim, é “entender as condições citadas, além de incluir a melhora da qualidade do ar que se respira, da água que se consome e também da desnutrição que por sua vez, está nos direitos e deveres”(BRASIL, 2000, p. 65-66).

A saúde está na legislação como um direito de todos e dever do Estado, contudo, uma grande conquista para a incorporação da mesma na legislação foi à promulgação da Constituição Federal de 1988, que legitimou o direito de todos, às ações de saúde. Como cita Brasil (2000, p. 67): “a constituição legitima o direito de todos, sem qualquer discriminação, às ações de saúde, assim como explicita o dever do poder público em prover pleno gozo desse direito”.

Brasil (2000) trata que as políticas públicas voltadas para a saúde estão inteiramente ligadas para o tratamento médico, essa concepção resulta em tratar da saúde somente quando a doença já se encontra no indivíduo. Através disso, entendemos que ao tratar da saúde, estaríamos falando em doença com o vírus ou bactéria propriamente dita, instalada no organismo e não na prevenção da doença.

A partir desse conceito, a legislação difundiu à Constituição o Sistema Único de Saúde (SUS) que por sua vez, possui cunho público e é formada em redes regionalizadas, hierarquizadas e descentralizadas. Entretanto no mesmo documento é descrito: “um passo importante foi dado ao se promulgar a Constituição de 1988 que prevê a implantação do SUS” (BRASIL, 2000, p. 67).

A promoção da saúde se faz então através da educação, da mudança dos hábitos, da prática da vida ativa e do ambiente saudável. Portanto, é primordial que a sociedade garanta políticas públicas para a qualidade de vida e que promova transformações nas condições de

saúde.

Está estreitamente vinculada, portanto, à eficácia da sociedade em garantir a implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e ao desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente a realidade e promover a transformação positiva dos fatores determinantes da condição de saúde (BRASIL, 2000, p. 67).

Brasil (2000, p. 67), cita também sobre medidas que são importantes para proteger a saúde como: “(identificação, registro e controle da ocorrência de doenças), vacinações, saneamento básico, vigilância sanitária de alimentos, do meio ambiente e de medicamentos, adequação do ambiente de trabalho e aconselhamentos específicos como os de cunho genético ou sexual”.

Sendo assim, é desta maneira que entendemos que para manter uma boa saúde é imprescindível levar em consideração essas medidas, pois, através das mesmas podemos verificar se o indivíduo encontra-se em condições adequadas para a manutenção de sua saúde.

Para que os olhares voltem-se à saúde, é de suma importância realizar exames médicos e odontológicos, conhecer sobre a saúde da população e obter medidas em que previna a saúde e também que previna o agravamento de doenças, desta forma, a atenção é integral para a saúde (BRASIL, 2000).

Confirma Guiselini (2006, p. 70):

Junto com o retardamento da morte, a outra meta mínima de saúde para todos nós é obter um diagnóstico médico de que estamos livres de doenças (de que somos “aparentemente saudáveis”). Tentamos prevenir males, enfermidades e doenças conhecidas através da percepção, de avaliações de saúde e de hábitos saudáveis.

Portanto, através dessa concepção, além de retardarmos a morte levando uma vida com qualidade com hábitos saudáveis, outro ponto importante é a busca de resultados positivos na realização de exames clínicos, e é a partir disso, que podemos prevenir/evitar enfermidades.

2. TEMA TRANSVERSAL “SAÚDE”

Lômonaco (2004 *apud* SILVA, 2013, p. 30) aponta que o tema saúde foi trabalhado em diversos momentos, sendo o primeiro o higienismo, o qual se utilizava o uso de força

policial quando se tratava da saúde. No início do século XX, acreditava-se que através do higienismo se obtinha um bem-estar físico e também moral do ser. Ainda nos lembra de que, nesta época existiam regras dentro da escola: “Nesta época, o projeto pedagógico das escolas era composto por um conjunto de regras que, se bem seguidas, permitiriam ao indivíduo desfrutar de uma boa saúde apesar das desigualdades socioeconômicas da população”.

Através dessa ideia, denotamos que o ensinamento da saúde nessa época era voltado para o lado da higiene. Em meados da década de 20, o ensino da saúde abrangia temas como: “nutrição, desnutrição antropométrica, assistência médica-odontológica” (SILVA, 2013, p.30).

Tratar sobre a saúde, portanto, é levar em consideração seus outros fatores de influência, como cita Darido *et al* (2001, p. 23): “o meio ambiente, os aspectos biológicos, socioeconômicos, culturais, afetivos e psicológicos”.

De acordo com Darido *et al* (2001), é através desses fatores que tratamos da saúde como direito do cidadão, para que o mesmo possa desenvolver ideias, ser crítico tomando atitudes certas frente a diversas situações em sua vida e também ter ações saudáveis com relação à sociedade em que vive.

Os autores versam sobre a saúde ainda ter ligação com o biológico, mas afirma que após a reformulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a Educação Física deve rever a saúde de uma forma mais ampliem todas as suas dimensões psicológicas, sociais, culturais e afetivas.

Segundo Brasil (1997 *apud* SILVA, 2013, p. 30) trabalhar o “tema transversal saúde é um desafio, pois, não se pretende ensinar apenas o conteúdo higiene e saúde, mas sim, ensinar as mudanças de comportamentos, os hábitos que são prejudiciais à saúde, epidemias e endemias”.

Contudo, verificamos que não basta somente passar conteúdos sobre o organismo, nem sobre doenças e suas especificidades, mas é imprescindível conscientizar os alunos: “É preciso conscientizar, educar para a saúde, fazendo o aluno estabelecer a relação entre a teoria e a prática no seu dia a dia; por isso saúde é um dos temas transversais, devendo, como tal, permear toda prática educativa” (BRASIL, 1997 *apud* SILVA, 2013, p. 30).

A conscientização dos alunos sobre saúde deve abarcar o pensamento de que não se deve tratar somente das doenças, mas, que os mesmos sejam capazes de criar sua própria concepção sobre saúde, levando os mesmos a procurar um estilo de vida mais saudável e

consequentemente a melhora em sua qualidade de vida, sendo esta, um englobamento de bem estar físico, psíquico, social, ambiental e estético.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi de campo, de caráter qualitativo e descritivo. Foram buscadas informações através de uma entrevista com 2 professores de Educação Física da escola investigada, para obter respostas destinadas a um roteiro de 4 questões, tratando sobre o tema saúde.

O local escolhido para a pesquisa foi em uma Escola Estadual situada na cidade de Ponta Porã-MS, na área urbana, próximo ao centro da cidade. Com um número total de 1695 alunos matriculados. 321 estão matriculados no ensino fundamental, de 1º a 5º ano, 649 no 6º ao 9º ano e 724 alunos no ensino médio. A partir desse total, 736 estão no período matutino, 651 no vespertino e 308 no período noturno. Devido à sua localização, a escola atende alunos com diferenciadas classes sociais. Através disso, cerca de 15% são alunos paraguaios, contudo, há um alto índice de alunos que falam três línguas, as quais: guarani, português e espanhol (PPP, 2012).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2012), a escola conta com recursos do Governo Estadual e Federal para a merenda, tem por sua participação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE), participa do Programa Mais Educação e do Programa Escola Intercultural de Fronteira (PEIF) e a mesma ainda conta com uma promoção para arrecadar fundos através da Associação de Pais e Mestres (APM).

Os alunos escolhidos para a pesquisa foram de quatro salas do 8º ano do ensino fundamental e dois professores de Educação Física. A escolha das determinadas séries, justifica-se pelo fato dos alunos se encontrarem em um período de grandes transformações em vários setores de suas vidas, além de ocorrer à construção de sua identidade.

Nas aulas de Educação Física da escola investigada participou: turma A, B, C e D. As turmas A e B são alunos do professor B, enquanto C e D são da professora A. A turma A possui 31 alunos, a turma B 25 alunos, a turma C 33 alunos e a turma D 28 alunos. Entre as turmas, somente a turma A foi observada no período matutino, enquanto as turmas B, C e D foram observadas no período vespertino.

Na primeira turma, 16 alunos são do sexo masculino e 15 do feminino. Na segunda

turma 11 alunos são do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Na terceira turma, 15 alunos são do sexo masculino e 18 do sexo feminino. Na quarta turma, 11 alunos são do sexo masculino e 17 são do sexo feminino. A observação foi realizada durante (03) três meses, sendo eles Agosto, Setembro e Outubro.

A pesquisa em si conta com observação não participante de 18 aulas de Educação Física, sendo que 10 foram da professora A e 8 do professor B. A coleta de dados aconteceu através das aulas de Educação Física, como citado, nos períodos matutino e vespertino na Escola Estadual localizada no município de Ponta Porã-MS.

Além disso, uma entrevista também foi feita com os professores, sendo que foi repassado a eles, um roteiro contendo 4 perguntas com o assunto saúde (o que os mesmos entendem por saúde, se em suas formações acadêmicas perpassou conhecimentos sobre o tema, como trabalham a saúde em suas aulas e suas opiniões sobre o tema). Foi entregue para a diretora da escola o Termo de Autorização Institucional, além disso, com os professores, houve uma conversação sobre a observação da pesquisadora em suas aulas.

Todas as salas observadas apresentaram uma dificuldade com a prática de atividades físicas relacionadas à saúde, pois, as aulas de Educação Física resumem-se em futsal, voleibol e queimada, isto é, a professora A e o professor B não diferenciam suas aulas e possuem o famoso pejorativo de “rola-bola”. Acerca disto, observamos que as utilizações de esportes em suas aulas se dão pelo fato da maioria dos alunos gostarem da prática e assim facilitar o trabalho da mesma em não criar nenhum tipo de atividade para os estudantes.

Em contrapartida, Brasil (1998) *apud* Darido *et al* [s.d.], p. 3, trata que a Educação Física na escola deve proporcionar aos alunos à:

Participar de atividades corporais adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade; conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal; reconhecer-se como elemento integrante do ambiente adotando hábitos saudáveis relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva; conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia; reivindicar, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer.

Através da ideia dos autores acima, verificamos que os alunos devem participar de atividades dentro da Educação Física escolar que por meio desta, possam adquirir o

respeito ao próximo, compreender sobre as mais diversas manifestações da cultura corporal, entender sobre a saúde e aprender a organizar-se de forma autônoma frente às atividades corporais.

Desta forma, entendemos a devida importância de uma aula de Educação Física em que o profissional interfira diretamente em suas aulas. Os alunos por sua vez, encontram-se em estado preocupante pela falta de coordenação motora, flexibilidade, agilidade e destreza. Enfim, não realizam atividade física orientada sistematizada nas aulas de Educação Física e sim, só realizam movimentos e ações por meio do futebol, voleibol e etc.

A partir disso, notamos que além da falta de interesse tanto da professora quanto dos alunos, não há uma cobrança com relação a roupas adequadas nas aulas de Educação Física. Com isso, os alunos realizam a mesma usando calças jeans, sapatilhas e rasteiras. A escola conta com uma quadra coberta, porém apenas um professor do ensino médio usa a quadra esportiva, enquanto a professora A observada utiliza um espaço ao lado desta, sendo que não há cobertura, possui grama e uma rede de voleibol com o chão de areia, enquanto o professor B utiliza outro espaço que se situa atrás da quadra.

O espaço que é utilizado pelos dois professores para as aulas no período vespertino o sol é muito forte, contudo, com frequência muitos alunos, tanto da sala B, C e quanto da D, utilizam a pouca sombra que resta de salas ao lado do espaço para sentar e esperar a aula terminar, enquanto alguns alunos jogam futebol em outra parte do espaço tem outro grupo de alunos que utiliza a rede de voleibol.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da pesquisa foram utilizadas 10 aulas de observação na Escola Estadual investigada, com o professor A e 8 aulas com o professor B, os quais atuam em turmas de oitavos anos.

As aulas foram observadas no período vespertino com o professor A e com o professor B, foi necessário observar tanto no período matutino quanto no vespertino, pois, as aulas do professor B são poucas durante a semana, entretanto, foram observadas as 4 salas, pois, são somente 4 oitavos divididos no período matutino e vespertino na escola investigada. As observações duraram 3 meses e a aplicação da entrevista durou cerca de 30 minutos com cada professor.

A análise de dados ocorreu através da pesquisa de campo (diário de campo), com

observação não participante da pesquisadora, além da formulação de um roteiro de perguntas com os professores de Educação Física, contendo 4 questões relacionadas à saúde, sendo elas: Você sabe o que é saúde? Sua formação acadêmica te propiciou conhecimentos para trabalhar temas relacionados à saúde nas suas aulas na escola? O Referencial Curricular do Estado prevê o tema saúde? Se sim, você trabalha? Como? Descreva. Qual a importância que tem o tema saúde para suas aulas de Educação Física Escolar?

A seguir, observamos as respostas dadas pelos professores na questão: Você sabe o que é saúde, os professores responderam: “saúde significa o estado de normalidade do funcionamento do organismo humano. Ter saúde é viver com boa disposição física, mental e bem estar” (PROFESSORA A, 2016). “Sim, a palavra saúde pode ter muitas definições, seria como se fosse a união de diversos fatores para se obter saúde como por exemplo: o bem estar físico, mental e social” (PROFESSOR B, 2016).

A partir das respostas da primeira questão, percebemos que ao tratarem da importância da saúde como um tema que deve ser trabalhado na Educação Física Escolar, acabam esquecendo-se muitas vezes de utilizá-la em suas aulas, como foi observado nas mesmas. Contudo, confirma Selli *et al* (2012, p. 7), “que este liga-se com a maneira que o indivíduo cuida do seu corpo, de suas emoções e da forma que interage com outras pessoas”, ou seja, a saúde tem uma relação com os cuidados que o ser toma consigo mesmo.

Na questão: “Sua formação acadêmica te propiciou conhecimentos para trabalhar temas relacionados à saúde nas suas aulas na escola”, as respostas foram: “uma disciplina específica que tratasse sobre a saúde do indivíduo não tinha no currículo do curso, porém as diversas outras disciplinas, de alguma forma seus conteúdos nos faziam pensar em como agregá-la em benefício a saúde do indivíduo” (PROFESSORA A, 2016). “Sim, tive disciplinas que trabalharam sobre saúde/qualidade de vida” (PROFESSOR B, 2016).

Em torno dessas respostas, vemos que é responsabilidade da universidade proporcionar aos acadêmicos à possibilidade dos mesmos atenderem aos mais diversos segmentos da sociedade, assim como, trata que as profissões existem para auxiliar pessoas que necessitam de alguns serviços. Como cita Ghilardi (1998):

A Universidade tem como uma de suas principais funções a formação de recursos humanos que vão possibilitar o atendimento às necessidades da sociedade em alguma área específica. Isto quer dizer que a sociedade demanda diferentes tipos de serviços, cada qual com o seu grau de especificidade, e o profissional deve, fundamentado num conhecimento específico a respeito deste serviço, oferecer programas e projetos

que possam solucionar problemas existentes. Verificamos então que uma profissão só existe porque existe uma necessidade de se prestar um serviço específico à sociedade (p. 4).

Portanto, como citado acima, é papel da universidade abrir possibilidades para que o acadêmico após se formar, tenha conhecimentos para repassarão seus alunos, assim como cabe à Educação Física desenvolver programas que sejam voltados para sua qualidade de vida, para a atividade física ou para aumentar sua *performance* (GHILARDI, 1998).

Barros (1993 *apud* GHILARDI, 1998, p. 4) trata que existem alguns aspectos que definem a profissão e a diferencia da ocupação, são elas:

Em primeiro lugar, é fundamental que as atividades desenvolvidas numa profissão sejam essencialmente de natureza intelectual, onde as decisões e opções de atividades são pautadas por um conjunto de conhecimento. Em seguida, temos que toda profissão é prática, ou seja, é prestadora de serviços a sociedade. Uma profissão também é dinâmica, estando aberta continuamente a novas ideias e conhecimentos assim como é organizada, ou seja, deve possuir uma instituição que a represente, que discuta a qualidade dos serviços prestados, criando códigos e normas de conduta. Além disso, preciso comunicabilidade, ou seja, os conhecimentos e habilidades desenvolvidos na profissão precisam ser comunicados e ensinados. E por fim, a característica altruísta, ou seja, existir para prestar sempre o melhor serviço. Através desses critérios é que entendemos que a profissão deve auxiliar a sociedade, sendo assim, prestando serviços que sejam de qualidade e que os acadêmicos ao saírem da universidade repassem os conhecimentos obtidos aos seus alunos.

No que tange a terceira questão (o Referencial Curricular do Estado, prevê o tema saúde? Se sim, você trabalha? Como? Descreva), e as respostas foram:

Sim. No Referencial Curricular voltado tanto para a saúde alimentar como para a própria saúde corporal. Procuo trabalhar com pesquisas utilizando os recursos tecnológicos como recurso de busca para coleta de informações, depois discutimos em sala de aula as informações coletadas pelos alunos, sobre o que as atividades físicas em aulas práticas proporcionam para a saúde (PROFESSORA A, 2016).

“Sim, sim, através de trabalhos, projetos que estimulam a prática esportiva, boa alimentação, entre outros” (PROFESSOR B, 2016).

Com isso, notamos que a fala da professora A e do professor B em trabalhar a saúde é um meio de trazer os alunos para o assunto sobre o tema, porém, nas aulas observadas, não verificamos nenhum estudo realizado na sala de recursos tecnológicos e também nenhum projeto do professor B quanto a projetos voltados para a saúde.

De acordo com o Referencial Curricular do Estado, no 1º bimestre das aulas de Educação Física devem ser trabalhados “o conhecimento sobre o corpo, abordando sobre higiene, sistema respiratório, metabolismo, sistema circulatório e frequência cardíaca” (MS, 2012, s.p.).

A quarta e última questão trata sobre: qual a importância que tem o tema saúde para suas aulas de Educação Física Escolar? As respostas foram: “são dois temas que devem caminhar lado a lado. Primeiro a atividade física beneficia na qualidade de vida dos alunos, este já é um ponto que podemos colocar como importante da Educação Física em relação à saúde” (PROFESSORA A, 2016). “Com certeza o tema saúde é o principal objetivo das aulas de Educação Física, pois, é o momento em que os alunos podem fazer a prática de jogos, esportes e se socializar com o resto da turma, contudo, as atividades devem ser direcionadas e planejadas para cada turma” (PROFESSOR B, 2016).

A partir das respostas acima, notamos que os professores de Educação Física possuem o conhecimento da importância de trabalhar a saúde em suas aulas e, é através dessa ideia que entendemos a relevância de trabalhar o tema, pois, a educação é um meio, a qual dá ao professor a possibilidade de oportunizar seus alunos a obterem uma vida mais saudável.

Como confirma Silva (2013, p. 30):

Queremos aqui destacar este aspecto que é o da educação, pois como sabemos a responsabilidade do educador em trabalhar o tema transversal saúde é muito grande e a maneira como ele for abordado em sala de aula, principalmente no ensino fundamental, terá, certamente, muita reflexão no tipo de vida e no comportamento saudável que adotará quando o aluno adulto for.

Desta forma, analisamos que é através do ensino e dos conhecimentos que a educação proporciona ao aluno a consciência sobre a saúde, assim, mudará suas atitudes frente ao tema e conseqüentemente terá uma vida mais saudável quando tiver na fase adulta. Assim confirma Loureiro (1996 *apud* BARROS; MATARUNA, 2005, p. 05): “a educação para a saúde é um instrumento viável que deve ser utilizado por educadores na promoção de qualidade de vida na sociedade brasileira”.

Através das respostas obtidas analisamos que o tema transversal saúde é reconhecido, porém, não é utilizado nas aulas de Educação Física, e isso se constatou através das 18 aulas observadas na escola investigada.

Nas 10 aulas observadas da professora A no período vespertino, vemos que, em todas as suas aulas, realizava a chamada em sala, após a chamada levava seus alunos para um espaço que utiliza ao lado da quadra esportiva. Com relação à vestimenta, ambos os professores não a exigem, sendo assim, os alunos utilizam roupas que dificultam a realização adequada dos movimentos nas aulas de Educação Física.

Quanto à vestimenta, Titon (2012, p. 12) aborda que a adequação das roupas possui uma grande importância, porém, é algo preocupante para os profissionais de Educação Física, pois, apesar de exigirem aos alunos, muitos acabam não levando em consideração seu uso.

Após o alongamento, alguns meninos pegavam a bola e jogavam até o final da aula, enquanto as meninas sentavam e ficavam conversando a aula toda, pois, o sol neste período é muito forte. Os alunos foram questionados se o professor nunca passava aulas diferenciadas, no entanto as respostas eram sempre as mesmas: “às vezes ele passa alguma coisa, mas quase todas as aulas são assim, só dá a bola, além de que, fazer exercícios é muito chato”.

Sendo assim, percebemos a falta de interesse dos alunos pelas aulas, além da desmotivação na realização das práticas da Educação Física e também no ambiente extraescolar. Contudo, verificamos que existem muitas situações que levam os alunos à perda da vontade de realizar as aulas, pois, atualmente a mídia proporciona muitos assuntos que interessam os mesmos, como aborda Silva (2010):

No entanto, temos que levar em conta que estamos vivendo uma época repleta de atrativos, que todos os dias são oferecidos pela mídia, despertando interesses tecnológicos e eletrônicos. Nem sempre a escola consegue oferecer esses atrativos, e precisa enfrentar outros fatores que também contribui com a desmotivação dos alunos. A obesidade, a falta de habilidade na prática dos esportes, problemas psicológicos, físicos, sociais, a rejeição e incapacidade perante os colegas nas atividades que são desenvolvidas, podem gerar desinteresse e desmotivação (p. 19).

Deste modo, verificamos que os desafios em que os profissionais se deparam na realidade escolar são numerosos e um deles é motivar os alunos, mas, isso dependerá do professor em enfrentar esses obstáculos. Silva (2010, p. 20) corrobora que: “esse papel estimulador do professor é decisivo para que o aluno sintam-se motivado”.

As aulas do professor B foram realizadas em dois períodos, pois, o mesmo possui poucas aulas no período vespertino e no total foram observadas 8 aulas. O professor conversa com seus alunos antes de levá-los até a quadra, o espaço que ele utiliza situa-se na parte de

trás da quadra esportiva, um local que possui bastante sujeira, terra, grama, assim, como pedras, e uma cerca que separa o espaço utilizado da horta da escola e também das salas de um projeto, que a instituição possui.

O professor B utiliza atividades que necessitem de bolas e corda. Em uma das aulas observadas, foi percebido que, enquanto os meninos estão dispersos com a bola, o professor auxilia as meninas com a corda. Nesta mesma aula, alguns alunos machucaram-se, enquanto o professor verificava a situação, outros alunos ultrapassavam a cerca que separava o espaço utilizado e as salas de aula. A atitude do professor foi levá-los para a sala novamente, pois, não obedeceram as suas ordens. Esta é uma atitude que o mesmo adota sempre que situações como essas ocorrem em suas aulas.

Entretanto, vemos que a Educação Física Escolar tem seus objetivos de ensino e aprendizagem, os quais deveriam ser seguidos pelos professores colaboradores. Os objetivos dos PCN's da Educação Física:

Participar da vida social, cultural e esportiva, sendo capaz de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados da sociedade por meio, da reflexão crítica; Apropriar dos conhecimentos teóricos e práticos da cultura corporal de movimento: jogos, danças, esportes, ginásticas, brincadeiras e utilizar esses conhecimentos na construção de novas estruturas cognitivas; Vivenciar as práticas corporais e nessa ação demonstrar respeito ao próximo, solidariedade e justiça na resolução das situações de conflito; Identificar as diferentes manifestações de esporte: esporte-educação (esporte educacional e esporte escolar). Esporte-lazer e esporte de desempenho (esporte de rendimento e esporte de alto rendimento); Reconhecer, compreender e analisar criticamente alguns padrões de estética corporal imposta pela mídia no contexto sociocultural. (BRASIL, 2000, p. 244).

Portanto, concluímos que trabalhar a Educação Física é muito importante, pois, o aluno obtém diversos conhecimentos sobre si e sobre seu corpo através da Cultura Corporal de Movimento, ao que se contradizem as aulas observadas dos professores, pois, não utilizam os conteúdos propostos pelos PCN's, e acabam tornando as aulas de Educação Física sem sentido e sem relevância, e isso tem resultados muito negativos para os alunos.

Deste modo, Silva (2010, p. 22) aborda que os alunos: “[...] não conseguem enxergar sentido para continuar na atividade, ou seja, não persistem frente às tarefas”.

Contudo, se os professores utilizassem os conteúdos propostos pelo Referencial Curricular do Estado, sobre a saúde, os alunos aprenderiam muito sobre qualidade de vida, atividades físicas, vivenciariam diferentes culturas, saberiam como se portar frente a situações

preconceituosas, entenderiam sobre nutrição e hábitos mais saudáveis, higiene e adotariam a cooperação como forma de incluir todos os seus colegas, além de aprender sobre diversas outras coisas (MS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, compreendemos sobre a relação teoria e prática de trabalhar o tema transversal saúde nas aulas de Educação Física. Atualmente, encontramos muitos profissionais capacitados, que levam muitas diversificações para os escolares. Por outro lado, observamos que alguns professores preferem dar a bola para seus alunos e deixá-los jogar até o final da aula, do que preparar uma aula em que os mesmos possam expressar-se através da Cultura Corporal de Movimento.

Trabalhar o tema saúde na escola é abordar sobre atividades físicas, exercícios físicos, alimentação e higiene como trata o Referencial Curricular do Estado:

[...] compreender a relação entre as práticas corporais, alimentação e hábitos saudáveis de vida. Adotar atitudes de respeito mútuo e cooperação, buscando solucionar os conflitos entendendo-os como possibilidades de aprendizagem. Enfrentar desafios e solucionar conflitos nos contextos das práticas corporais. Adotar hábitos de higiene e entre outros (MS, 2012).

Existem muitas formas de trabalhar a Educação Física na escola, e é através das aulas dessa disciplina curricular que os alunos sentem-se mais a vontade para expressar suas ideias, pensamentos, emoções e críticas. Portanto, as aulas são um meio do aluno encontrar espaço para expor estas ideias e é neste momento que o profissional poderá perceber se o indivíduo está passando por algum problema, como por exemplo: depressão, estresse, problemas familiares e entre outros.

O papel do professor é muito importante, pois, deve entender o estudante e conhecê-lo, assim, deve proporcionar aos alunos situações em que estes, utilizem sua criatividade que resulte em uma boa aprendizagem, através das regras e através de atividades relacionadas ao corpo, além de trabalhar todos os conteúdos propostos pelos PCN's, DCN's e Referencial Curricular do Estado.

Trabalhar o tema transversal saúde, portanto, é um desafio, mas não impossibilita o professor de tratar sobre o mesmo. A mídia hoje expõe informações a todo tempo, e é um obstáculo encontrado, pois, muitas vezes trazem informações que não são verdadeiras. Desta

maneira, o professor pode utilizar assuntos que estão presentes na mídia, levar conhecimentos para dentro da sala de aula, debatendo com os estudantes sobre os mais polêmicos assuntos e abrir espaço para entender o que os mesmos pensam sobre os determinados temas.

Nas aulas observadas não encontramos resultados satisfatórios, pois, como aborda Darido [s.d.], (p. 23), “[...] os alunos apenas realizam o que desejam. Esse modelo denomina-se frequentemente de “rola bola”. A principal característica desse modelo é a falta de intervenção sistemática do professor durante a aula”.

A falta de intervenção do professor dá ao aluno a liberdade de realizar atividades que mais gostam, dessa forma, Darido [s.d.], ainda trata sobre algumas características:

Os alunos escolhem a atividade que desejam realizar, em geral os meninos preferem jogar futebol; as meninas, vôlei ou queimada. Os alunos que não desejam realizar a aula ficam tranquilamente sentados conversando (algumas vezes, com o próprio professor), esperando dar o tempo de subirem para outra sala. Os meninos costumam ser mais ativos e participarem dos jogos; e as meninas acabam se excluindo das aulas ou por não se considerarem habilidosas o suficiente, ou por medo de exporem o corpo, ou por receio de ficarem suadas. Os mais habilidosos têm a chance de escolherem os times e decidirem quem joga ou não e a nota é dada sem o uso de critérios refletidos e discutidos. O professor, quando tem a atribuição de dar uma nota, olha para o aluno e escolhe a nota na hora (p. 24).

Através da citação acima, encontramos a realidade vivenciada pelos alunos da escola investigada, pois, nas aulas observadas os alunos geralmente pediam futebol ou futsal e aqueles que não jogavam ou que não preferiam jogar voleibol, acabavam sentando para conversar até o término da aula.

A pesquisa tem suma importância para entendermos sobre o tema transversal saúde, abordando sobre as mudanças de hábitos ruins para os mais saudáveis, gerando conseqüentemente uma melhora na qualidade de vida, assim, entendemos também que é através dos hábitos saudáveis e de uma vida ativa que conseguimos retardar a morte.

Através disso, o meio responsável para que haja a promoção da saúde citada acima é a escola e os professores devem ensinar aos seus alunos sobre tal, ainda que para muitos seja um desafio trabalhar o tema, não os impossibilita de buscar conhecimentos para repassar aos seus alunos.

Desta maneira, vemos que os resultados obtidos foram negativos, pois, como foram destacados, os professores possuem o pejorativo “rola-bola” e acabam por deixar todas as

aulas livres para os alunos, assim, a aula de Educação Física termina sem relevância e sem propósito.

De acordo com as respostas dos professores no questionário, percebemos o conhecimento que os mesmos detêm frente ao tema saúde, desta forma, notamos através das observações realizadas nas aulas que a realidade encontrada se mostra totalmente diferente.

Atentamos esta afirmação principalmente na questão “O Referencial Curricular do Estado, prevê o tema saúde? Se sim, você trabalha? Como? Descreva”, pois, de acordo com a professora A, a mesma trabalha o tema utilizando os recursos tecnológicos que a escola dispõe aos alunos, porém, em vista de dez aulas observadas, em nenhuma delas, os alunos foram direcionados para a sala de tecnologia, todas as aulas foram práticas com o “tema livre” e foram realizadas em um espaço ao lado da quadra esportiva.

Ainda nesta questão, o professor B respondeu que trabalha o tema saúde através de trabalhos e projetos de práticas esportivas e boa alimentação, em vista ainda de oito observações, não existe nenhum projeto deste professor na escola e em relação aos trabalhos sobre práticas esportivas e alimentação, não foi constatado nenhum tipo de trabalho neste período e assim como a professora A, este professor também utilizou aulas voltadas para as atividades que os próprios alunos gostam de realizar como queimada, voleibol e futsal.

Através disso, os resultados alcançados foram insatisfatórios, pois, assim como citado, os alunos não realizam atividades físicas orientadas e sistematizadas propostos pelo Referencial Curricular do Estado e acabam perdendo todos os benefícios que a disciplina oferece.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** saúde. Secretária da Educação Fundamental. 2. ed., v. 9, Rio de Janeiro, 2000.

BARROS, L.O.; MATARUNA, L. **A saúde na escola e os parâmetros curriculares nacionais:** analisando a transversalidade em uma escola fluminense, 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>> Acesso em: 14 set. 2016.

DARIDO, S. C. *et al.* **A Educação Física, a formação do cidadão e os Parâmetros Curriculares Nacionais,** 2001. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/rpefglau.PDF>>. Acesso em: 15 out.2016.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola:** realidade, aspectos legais e possibilidades, [s.d]. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41547/4/01d19t01.pdf>>. Acesso

em: 16 nov. 2016.

GHILARDI, Reginaldo. **Formação profissional em Educação Física: a relação teoria e prática.** Disponível em: <www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/04n1_ART01.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos.** São Paulo: Phorte, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: SED, 2012.

PPP. **Projeto Político Pedagógico.** Ponta Porã-MS: Escola, 2012.

SELLI, J. C. M. *et al.* **Abordagem a cerca dos temas transversais na prática escolar.** 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/storage/25/5943664/5943664.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SILVA, Márcio Marcos da. **Razões da desmotivação nas aulas de Educação Física no ensino médio.** 2010. Disponível em: <www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000042/0000424F.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

SILVA, Tamar Vieira da. **Tema transversal saúde na escola: diagnóstico e possibilidades.** Rio Claro, 2013. 57 f. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121288/000797398.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

TITON, Thaisa Faiane de Oliveira. **A importância do uso de vestimenta adequada nas aulas de Educação Física Escolar: um estudo de caso na escola Mário Quintana.** Ariquemes, 2012. Disponível em: <http://bdm.und.br/bitstream/10483/6135/1/2013_ThaisaFaianedeOliveira.pdf>. Acesso em 27 out. 2016.

HISTÓRICO DA DISLEXIA: DIFICULDADES E QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS DISLEXICAS¹

Autor 1: Larissa Cristaldo de Lima.²
Autor 2: Wanessa Pucciariello Ramos³

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão

RESUMO

O trabalho é parte integrante de um trabalho de conclusão de curso que vem abordar a relação entre alunos disléxicos e a arte marcial chamada Karate-Do. Este trabalho tem como objetivo descrever a dislexia e posteriormente esclarecer alguns conceitos referentes ao estudo da dislexia, dando uma base teórica e histórica para as referências encontradas no Brasil e no mundo. Utilizando de uma metodologia de coleta e análise de dados bibliográficos o que torna os resultados restritos a uma introdução nos conceitos que permeiam a dislexia e seus pressupostos teóricos, tornando bastante evidente que grande parte dos trabalhos brasileiros tem embasamento nos trabalhos divulgados no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia, Educação Física, Karate-Do.

INTRODUÇÃO

A dislexia hoje esta entre as doenças mais diagnosticadas no meio escolar e a busca por melhores condições intriga pesquisadores e professores para uma melhor interpretação das condições de aprendizagem.

A dislexia hoje ganha cunho na esfera nacional, pois como muitos profissionais não a conhecem direito entendem que qualquer dificuldade pode ser enquadrada como dislexia, tornando assim mais difícil de identificar quem realmente tem esse distúrbio e quais as formas corretas de tratamento.

É notório que na escola temos diversos relatos de professores que colocam os alunos como disléxicos, por qualquer motivo, mas o motivo mais relevante é a dificuldade na aprendizagem. Algumas vezes esses alunos não possuem laudos e passam apenas pelo achismo das experiências dos profissionais, em alguns casos existe um laudo de um fonoaudiólogo que dá um parecer a respeito da dificuldade na aprendizagem dos alunos; Não sendo necessariamente um laudo final que comprove a dislexia, pois para que seja

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Acadêmica da Graduação em licenciatura em Educação Física (MAGSUL).

³ Professora Mestre em Educação no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS.

comprovado este aluno necessita de uma avaliação de um especialista e ainda de um neurologista.

Fui diagnosticada com dislexia com sete anos por um especialista em neurologia, como este distúrbio que ainda era pouco conhecido e tive algumas dificuldades de adaptação na escola e na vida social. O que me permitiu diminuir as dificuldade tanto na escola como nas relações sociais foi à prática do Karate-Do, o qual proporcionou experiências e conhecimentos muito ricos para meu desenvolvimento pessoal.

O problema que interpõem a este trabalho será uma pesquisa de revisão de literatura juntamente com um estudo de caso onde através da arte marcial chamada Karate-Do buscaremos meios para diminuir as dificuldades do dia a dia de pessoas que possuem Dislexia, assim nosso objetivo é buscar trabalhos que relate as dificuldades dos alunos disléxicos e assim relacionar a prática do Karate-Do para minimizar os efeitos deste distúrbio.

A pesquisa busca evidenciar e compreender relatos acerca dos alunos disléxicos e suas dificuldades na esfera cognitiva, afetiva e motora, pois buscamos mensurar quais os comprometimentos afins entre os alunos, identificando essas dificuldades em qualquer esfera e assim permitindo uma comparação com estudos na área das artes marciais buscando meios para proporcionar melhora em qualquer uma dessas esferas, integrando a pessoa e o tornando parte de algo que não somente fara bem para seu corpo, mas para seu intelecto e também para suas relações sociais.

O objetivo deste trabalho e mensurar meios de integrar alunos com dificuldades de relacionamentos, de aprendizagem cognitiva e motora. Usando relatos na arte marcial para proporcionar bem estar e qualidade de vida a pessoa disléxica.

No primeiro momento será necessária uma investigação para poder compreender quais os fatores que influenciam nas relações das pessoas disléxicas, permitindo assim um apanhado de trabalhos que contenham informações a respeito da dislexia. Com a avaliação dos trabalhos buscaremos evidenciar as dificuldades e também identificar através da arte marcial um meio para diminuir os comprometimentos que os alunos encontram nas esferas sociais, cognitivas e afetivas.

Buscando como objetivo geral identificar e quantificar quais as maiores dificuldades de uma pessoa dislexia e de que forma o Karate-Do pode auxiliar essa pessoa nas esferas cognitiva, motora e afetiva para proporcionar bem estar e qualidade de vida. Assim tendo como objetivos específicos conceituar quais as dificuldades são mais limitadoras para uma

pessoa disléxica; Identificar como Karate-Do atua na mudança da rotina e integração das pessoas atuando diretamente na qualidade de vida do disléxico; Mensurar e quantificar a melhoria nas relações sociais, afetivas e motoras de alunos disléxicos praticantes de Karate-Do.

A metodologia a ser utilizada será uma pesquisa de revisão de literatura associada à coleta de dados referente à dislexia e também um estudo de caso no qual serão utilizados procedimentos qualitativos para identificar quais as maiores dificuldades encontrados neste público, tornando assim menos complexa a identificação de uma intervenção coerente e eficaz para proporcionar a essa amostra bem estar e qualidade de vida.

A pesquisa será desenvolvida de maneira bibliográfica, conceituando e elencando os fatores que permitiram uma discussão a respeito do nosso objeto de pesquisa, sendo assim, nossos instrumentos de busca: os livros, trabalhos acadêmicos, especialização e ainda poucos trabalhos na área de mestrado que contenham o assunto a ser tratado. Posteriormente com um estudo de caso, buscaremos identificar quais as maiores dificuldades dos alunos disléxicos para possível intervenção com a prática do Karate-Do para melhoria da qualidade de vida destes alunos.

A primeira análise será objetiva para identificar quais as dificuldades e sendo elas muitas, trabalharemos apenas com as maiores dificuldades. Tornando o trabalho uma análise dos casos já relatados por profissionais. Em um segundo momento identificar como estas dificuldades poderão ser trabalhadas através da arte marcial chamada Karate-Do para proporcionar qualidade de vida a pessoa disléxica.

HISTÓRICO DA DISLEXIA

Iniciaremos um breve relato do que é a dislexia e de seus caminhos até chegar aos dias atuais, e ainda, citar alguns autores que tiveram seus trabalhos relevantes em âmbito mundial. “O termo dislexia sugere um problema de ordem médica, porém, é também vinculado com a área educacional, uma vez que o mesmo é avaliado sob a prevalência do contexto escolar” (FREITAS, *et al.* 2014, p. 3).

Em 2003, a Associação Internacional de Dislexia adotou a seguinte definição: Dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurológica. É caracterizada por dificuldade na correção ou fluência na leitura das palavras e por baixa competência ortográfica. Estas dificuldades resultam em um déficit fonológico,

inesperado, em relação as outras capacidades cognitivas e às condições educativas. (TELES, 2004, p. 714, 715)

Compreendemos que não se trata de um fator genético, fator de formação do feto e da criança, mas sim de uma disfunção cerebral que gera dificuldades específicas na parte identificação das letras e palavras e na pronúncia das mesmas. “Nessa perspectiva, esse assunto não se trata somente de um problema escolar, mas de um quadro importante que carece de um olhar educacional, clínico e pedagógico.” (FREITAS, *et al.* 2014, p.5)

A dislexia é um termo complexo que traz referências de seus transtornos desde os primeiros escritos sobre o desenvolvimento humano, tornando assim muito difícil conceituar de maneira específica a data de suas primeiras manifestações, porém alguns pesquisadores começaram a conceituar os preceitos que rodeiam a dislexia. Tentaremos expor de maneira objetiva alguns relatos que tem maior expressividade frente aos outros já relatados.

HISTÓRIA DA DISLEXIA NO MUNDO

“Embora o termo dislexia apareça como um assunto novo ou pouco conhecido na comunidade escola, a leitura revela que esse assunto é antigo, porém, pouco explorado pelos profissionais de educação.” (FREITAS *et. al.* 2014, p. 2) Assim entendemos que o assunto tem uma certa relevância em países europeus e tentaremos expor a realidade local acerca deste determinado termo.

O relato mais antigo encontrado é no trabalho de GONÇALVES (2012, p. 81) diz que:

Identificada pela primeira vez por Berkman, em 1881, o termo “dislexia” só foi usado em 1887 por Rudolf Berlin, um oftalmologista alemão. Ele usou o termo para se referir a um jovem que apresentava dificuldade em ler e escrever, mas apresentava habilidades intelectuais normais em todos os outros aspectos.

Além deste texto supracitado o autor Rudolf Berlin, ou ainda conhecido apenas como Berlin, é citado em diversos trabalhos sobre o tema, sendo um dos mais conceituados a cerca do assunto na Alemanha nas décadas de 80 e 90.

Segundo EVANS Apud OLIVEIRA (2004, p. 6) “A dislexia foi diagnosticada pela primeira vez em 1896, pelo neurologista inglês Pringle Morgan, que a chamou de cegueira verbal congênita e definiu-a como um transtorno de aprendizagem na leitura e na escrita”

E também segundo TELES (2004, p.3): “Em 1896, Pringle Morgan, descreveu o caso

clínico de um jovem de 14 anos que, apesar de ser inteligente, tinha uma incapacidade quase absoluta em relação à linguagem escrita, que designou de ‘cegueira verbal’”. Entendemos que Pringle Morgan foi o primeiro a diagnosticar e a escrever sobre um estudo de caso na Inglaterra.

De acordo com GONÇALVES (2012, p. 82) “Alguns anos mais tarde, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra (1915 – 1940), Samuel Orton, neuropsiquiatra americano, defendia que a dificuldade de ler se devia a uma disfunção cerebral de origem congênita”. Neste momento surge uma nova linha de pesquisa referente à dislexia, visto que os trabalhos na Europa já estavam avançados, alguns neurologistas e psiquiatras americanos montaram uma comissão para estudar os distúrbios da fala e da escrita, apontando que essa disfunção seria de origem cerebral congênita e não de aprendizagem.

HISTÓRIA DA DISLEXIA NO BRASIL

Dos autores brasileiros foram encontrados poucos trabalhos que permita um estudo pertinente ao nosso assunto, tornando assim dificultosa a pesquisa, o que fez possível a nossa base teórica são as leis que de uma forma geral amparam os distúrbios e deficiências e se enquadrando a essas a dislexia, além da LDB (Lei Diretrizes e Bases) que juntamente com a Constituição de 1988 dá o direito ao cidadão de estudo e apoio educacional necessário para a alfabetização.

O que percebemos em nossa pesquisa é a grande utilização de trabalhos de origem portuguesa para embasamento nos trabalhos brasileiros, uma vez que grande parte dos trabalhos específicos na área do desenvolvimento dos disléxicos parte de Mestrados e Doutorados, e tomando como referência a realidade social de crianças e jovens portugueses. Assim, como maioria das referências utilizadas temos Teles, P. e Morais, J. ambos de Lisboa e fazem parte de quase todos os trabalhos pesquisados na área da dislexia.

PRINCIPAIS DIFICULDADES DAS PESSOAS DISLÉXICAS

Buscaremos aqui relatar as dificuldades mais relevantes voltadas para os indivíduos disléxicos. Porém, não existe trabalho que nos permitam conceituar de maneira incisiva quais as deficiências de um aluno disléxico. “Mas existem diversas áreas de estudos e especialistas que buscam contribuir, por meio de suas interpretações, com tratamento do indivíduo como também para troca de conhecimentos entre os distintos campos” (FREITAS, *et al.* 2014, p. 5)

A dislexia segundo EVANS (2006, *apud.* BALLONE 2001, p. 6):

Fundamenta-se no eixo corporal, na base psicomotora, e se desenvolve anteriormente à escrita. É de conhecimento de profissionais da área que a criança para aprender a ler necessita da consciência de seu eixo corporal, seu lado direito e esquerdo etc., e a criança disléxica não possui essa capacidade, o que a faz confundir eternamente direita e esquerda.

Notamos que a consciência corporal é trabalhada antes da alfabetização, uma vez que as funções motoras básicas são desenvolvidas desde a primeira infância, o que torna a criança capaz de se locomover e executar tarefas de simples complexidade. Com essa motricidade básica é possível trabalhar a lateralidade, a partir dos quatro anos de idade, assim já se desenvolve a consciência corporal e assim é possível a execução de tarefas um pouco mais complexas que a de costume.

Em 1995, em uma definição bastante utilizada para dislexia foi apresentada como sendo um dos muitos distúrbios de aprendizagem que resulta em dificuldades que não são esperadas com relação à idade e a outras dificuldades acadêmicas cognitivas; e não um resultado de distúrbios de desenvolvimento geral nem sensorial. A dislexia se apresenta através de dificuldades em diferentes formas de linguagem, frequentemente incluindo, além das dificuldades com leitura, uma dificuldade de escrita e de soletração. (EVANS *Apud.* LYON. 2006, p.8)

Desta maneira, no cunho educacional podemos identificar algumas dificuldades de alunos disléxicos em graus como cita Teles, tornando mais fácil a identificação das fases desses alunos, assim TELES (2004, p. 14) aponta algumas particularidades nos primeiros anos de estudo como a “Recusa ou insistência em adiar as tarefas de leitura e escrita. Queixas dos pais e dos professores em relação às dificuldades de leitura e escrita. História familiar de dificuldades de leitura e ortografia noutros membros da família”. A dificuldade na identificação das letras e sílabas acaba gerando a dificuldade tanto na leitura como na escrita, essa dificuldade se mantém por vários anos.

A falta de estímulo para o desenvolvimento da consciência corporal nessa fase, gera uma deficiência psicomotora que serve como base para a construção de outros conhecimentos relacionados à aprendizagem.

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da Educação Básica, e assim considerada essencial, ela dá os fundamentos primordiais desta fase.[...] Brincando a criança (re) significa seu mundo, posto que o início da capacidade de significar não está nas palavras, mas nas brincadeiras. Enquanto brinca a criança, o jovem ou o adulto experimenta a possibilidade de reorganizar-se internamente de forma constante, pulsante,

atuante e permanente. Por isso, incentivar as brincadeiras na Educação Infantil é uma tarefa indispensável ao educador, pois na atividade lúdica o que importa não é apenas o produto da atividade, o que dela resulta, mas a própria ação, o momento vivido, possibilitando quem vivencia momentos de fantasia e de realidade. (DOS SANTOS e COSTA, 2015, p. 1)

Pelos motivos supracitados que entendemos como fase importante do desenvolvimento da leitura e da escrita, pois a criança tem a necessidade de experimentar novas perspectivas e isso leva a construção de um saber básico para a alfabetização de qualidade. O que não acontece na maioria das vezes com crianças que possuam dislexia, pois as mesmas se privam de momentos como esse por imaginarem não serem capazes de realizar as atividades propostas, mesmo sendo elas as mais simples.

Na idade escolar do ensino fundamental TELES (2004, p. 15) apresenta as “Dificuldades na leitura e interpretação de problemas matemáticos. Desagrado e tensão durante a leitura oral, leitura sincopada, trabalhosa e sem fluência. Baixa autoestima, com sofrimento, que nem sempre é evidente para aos outros”. Nesta fase é muito frequente brincadeiras e “piadinhas” a respeito de como os alunos executam suas tarefas dentro de sala de aula, tornando assim muito desagradável para o aluno participar de atividades de leitura ou resoluções de problemas no quadro. A baixa autoestima se deve ao constrangimento que as atividades a frente da classe gera nesses alunos, fazendo com que não se interessem por atividades desse tipo.

A aprendizagem da criança está ligada diretamente ao desenvolvimento psicomotor. Este fator é importante para unir a Psicomotricidade com a Educação Física, desenvolvendo a criança como um todo. Pois a educação psicomotora é baseada em uma ação educativa baseada e fundamentada no movimento natural consciente e espontâneo com a finalidade de normalizar, completar ou aperfeiçoar a conduta global da criança. (DOS SANTOS e COSTA, 2015, p. 4)

Nessa fase motora o fazer torna-se o maior desafio, pois antes da execução de qualquer atividade pratica já se tem o pensamento de fracasso, tornando assim muito limitado os movimentos ao que já se consegue executar. É necessário o estímulo para que esses novos movimentos sejam incorporados e fundamentados para que sejam tratados pelo aluno disléxico como um movimento natural. É notório perceber a diferença da lateralidade dos alunos disléxicos comparados aos outros alunos, pois as atividades executadas por disléxicos tendem a permanecer inalteráveis, uma vez aprendida será reproduzida integralmente com pouca progressividade e pouca melhora na coordenação motora deste aluno.

Nos anos que permeiam a juventude e a fase adulta TELES (2004, p 16) apresenta algumas colocações referentes aos disléxicos como: História pessoal de dificuldades na leitura e escrita. A ortografia mantém-se desastrosa preferindo utilizar palavras menos complexas, mais fáceis de escrever. Sentimentos de embaraço e desconforto quando tem que ler algo oralmente com tendência a evitar essas situações. No que tange a coordenação motora ainda não se definiu bem a estrutura espacial, tornando difícil a colocação de espaços em determinadas atividades, o distanciamento dos objetos sempre é um fator estressante, visto que, não se consegue definir com clareza a que distancia e a qual velocidade as coisas se deslocam, como exemplo os veículos nas ruas.

A QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS DISLÉXICAS

Nem tudo é ruim na vida de um disléxico, na maioria das vezes, existem dificuldades nas relações sociais, algumas funções motoras, etc. Porém podem surpreender em outras áreas, tornando-se excelente em atividades que não necessitem de leitura ou algo que é fator limitante para aquele indivíduo em específico. Assim TELES (2004, p. 16) aponta “Melhores resultados nas áreas que têm menor dependência da leitura: matemática, informática, artes visuais... Boa capacidade de raciocínio lógico, conceptualização, abstracção e imaginação. Boa compreensão dos conteúdos quando lhe são lidos”.

O que pode influenciar diretamente na qualidade de vida de alunos disléxicos é a atuação ativa e eficaz do profissional de educação física, pois permite através da pratica de exercícios em suas aulas a autoconfiança.

Quando o profissional permite que o aluno conheça seu corpo e suas capacidades, com a influencia para uma vida saudável passa a adotar hábitos saudáveis que possibilitaram lutar por uma qualidade de vida, mesmo que essa qualidade seja subjetiva aos outros alunos, visto que cada um desenvolve suas capacidades em diferentes níveis, possibilitando o aluno a pensar no que é a qualidade de vida para si. Permitindo que o aluno desenvolva um conhecimento cultural, com influencia e explanação nas aulas de educação física, ele terá conhecimento de sua identidade cultural, fazendo com que os conhecimentos adquiridos de seu país possa influenciar em seu modo de vida. Com a formação cultural desse individuo em fase escolar a pesquisa por outras culturas e outros meios socioculturais pode fazer com que ele correlacione sua realidade com a de outras culturas para formar seu modo de pensar. (SOUZA, 2014, p18, 19).

Na fase escolar é necessário que os professores estimulem a pesquisa de novas culturas e formas de viver para que os alunos possam buscar aquelas que se identificam e assim possibilitar uma forma diferenciada de adquirirem conhecimento.

Na fase adulta as especificidades são mais evidentes como aponta TELES (2004, p. 17) “Ideias criativas com muita originalidade. Sucesso profissional em áreas altamente especializadas como a medicina, direito, ciências políticas, finanças, arquitectura...”

METODOLOGIA

A pesquisa ocorrerá em duas fases, sendo a primeira a revisão de literatura para embasamento teórico sobre a dislexia e as dificuldades encontradas nas pessoas disléxicas.

A segunda fase da pesquisa será um estudo de caso com um ou mais alunos disléxicos e se possível uma intervenção através da arte marcial chamada Karate-Do para melhoria da qualidade de vida de alunos com dislexia.

Os materiais utilizados são trabalhos científicos e acadêmicos sobre a dislexia e sobre a arte marcial Karate-Do, além de pelo menos um aluno com Dislexia que tenha laudo comprobatório do distúrbio.

Para a intervenção será necessário espaço amplo para a prática das aulas de Karate-Do com toda a turma do aluno disléxico para que possa ser avaliado e também seja trabalhado a inclusão do mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado obtido é parcial, pois a presente pesquisa ainda está em andamento na fase de revisão de literatura e coleta de dados para produção do embasamento teórico para possível discussão na avaliação do estudo de caso que será a parte posterior da pesquisa.

O resultado final e conciso será divulgado juntamente com um estudo de caso e avaliação de uma possível intervenção através da arte marcial chamada Karate-Do para promoção de qualidade de vida para alunos disléxicos que será publicado como trabalho de conclusão de curso de Educação Física das Faculdades Magsul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira etapa do desenvolvimento psicomotor da criança é possível uma análise para identificar se existem dificuldades demasiadamente desiguais na formação das crianças na educação infantil, uma vez que esta fase é a fase de pré-alfabetização e onde as funções motoras podem proporcionar uma melhora no desenvolvimento que posteriormente será utilizado na alfabetização e desenvolvimento das atividades escolares.

É evidente que o transtorno sofrido pelos alunos disléxicos não é de origem congênita e sim por uma disfunção cerebral no que tange a área escrita e falada do indivíduo, tornando dificultosa a identificação das palavras e frases, o que torna a vida escolar mais difícil que dos outros alunos.

Podemos concluir que o trabalho atingiu seu objetivo que era gerar conhecimento para um suporte teórico para uma futura intervenção prática na realidade de alunos com dislexia, tornando explícita e evidente as dificuldades enfrentadas por alunos disléxicos e tornando a intervenção um caminho possível, uma vez que o trabalho traz algumas das principais dificuldades dos alunos com dislexia.

REFERÊNCIAS

COELHO, D. T. Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Dislexia, Disgrafia, Disortográfica e Discalculia. Revista Areal Editores. 2017

DOS SANTOS, A. COSTA, G. M. T. A Psicomotricidade na Educação Infantil: Um Enfoque Pedagógico. Revista de Educação do IDEAU. Vol. 10 – Nº 22 – Julho - Dezembro 2015.

EVANS, J. S. Um Estudo Sobre a Dislexia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2006.

FREITAS, F. M. HENRIQUE, M. D. C. GOMES, A. L. A Dislexia e as Leis Educacionais Brasileiras. II Congresso Nacional de Educação. 2014.

NICO, M. A. N. Dislexia. Texto de Apoio ao Curso de Especialização, Atividade Física Adaptada a Saúde Prof. Dr. Luzimar Teixeira. (sem ano)

PIMENTA, D. C. F. G. Dislexia: Um Estudo Sobre a Percepção de Professores do Ensino Fundamental. V Seminário Nacional de Educação Especial. Universidade Federal de Uberlândia. (sem ano)

SOUZA, M. V. TELES, P. Dislexia: Como Identificar? Como Intervir? Revista Portuguesa de Clínica Geral – Dezembro de 2004.

GONÇALVES, D. L. S. Como Trabalhar com Crianças Disléxicas. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar. Nº 7, p. 81 – 85. 2012.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

Autor 1: Natália Taís Escobar Flores¹;
Autor 2: Deyvid Tenner de Souza Rizzo²
Autor 3: João Antônio da Silva Barbosa³.

Eixo Temático: Práticas Pedagógicas e Educação Física Escolar

RESUMO

O estudo objetiva através de pesquisa bibliográfica afirmar a importância da prática pedagógica da Educação Física no Ensino Médio a fim de reafirmar sua necessidade em oposição à divulgação da Medida Provisória, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram realizadas buscas em obras de autores renomados na área da educação. O estudo identifica o impacto social positivo de maneira mais ampla e aspecto individual dos alunos, nas escolas em que a prática pedagógica da Educação Física é aplicada, desconstruindo a imagem concebida da disciplina como apenas recreação ou formação de atletas.

PALAVRAS-CHAVE: Impacto Social; Importância; Individual.

1. INTRODUÇÃO

Impor que o aluno permaneça apenas sentado, imóvel, para melhor aprendizado, ou mesmo, forçá-lo a praticar atividade física em excesso, de maneira mecânica, são violências desnecessárias e prejudiciais à sua formação.

É necessária que haja uma desconstrução da arcaica crença de que se deve apenas concentrar-se no aprendizado da mente e manter o corpo inerte para obter melhor resultado. Revelar que ambos, corpo e mente, devem trabalhar juntos.

Os estudos mostram que apesar não ser possível definir de maneira concisa o que é Educação Física (MARINHO, 1983), é possível apontar uma unanimidade em se tratando de

¹ Graduanda pelo Curso de Educação Física, pelas Faculdades Magsul.

² Doutor em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal.

³ Docente e coordenador do Curso de Educação Física das Faculdades Magsul

benefícios ao ser humano, em especial ao aluno que está em processo de crescimento e formação de caráter.

Nos dias atuais finalmente são percebidas as preocupações com a saúde. Com o aumento da expectativa de vida, é legítimo que as pessoas busquem gozá-la com qualidade, ou seja, utilizando a atividade física como medicina preventiva.

Considerando o fato que a grande maioria dos adolescentes que estão no ensino médio, tem a oportunidade de praticar atividade física apenas nas aulas de Educação Física. Não seria digno privá-los desta prática.

O objetivo do estudo foi analisar o ponto de vista dos autores em relação às implicações da prática da educação física escolar enfatizando o Ensino Médio, a fim de opor à intenção da aplicação da Medida Provisória publicada em Diário Oficial no dia 23 de setembro de 2016, que reformula o ensino médio e acaba com a obrigatoriedade das aulas de educação física no ensino médio. Em um novo texto o Ministério da Educação volta atrás e mantém a obrigatoriedade da disciplina até que uma nova etapa da reformulação seja concluída.

2. METODOLOGIA

No estudo, optou-se por uma abordagem bibliográfica, a fim de demonstrar que há décadas, estudiosos tem-se aprimorado em teorias e conhecimentos nas esferas: fisiológica, sociológica e antropológica, para evidenciar a substancialidade do ensino da disciplina de educação física no âmbito escolar.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122) .

3. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1996)

No Art. 26 é previsto que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

No §3º está respaldado que: A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

3.1 MEDIDA PROVISÓRIA (nº 746, 2016)

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

4. A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Através do estudo realizado é possível perceber que a educação física auxilia na formação do cidadão. Com o passar dos anos, após a fase do militarismo, os profissionais de educação física têm buscado cada vez mais novas abordagens, realizando eventos científicos acadêmicos e congressos permitindo ampliar as discussões na área. E quanto mais se discute a área, maior a certeza de que a disciplina de educação física é um componente indispensável à matriz curricular do aluno.

Em relação ao seu papel pedagógico, a Educação Física deve atuar como qualquer outra disciplina da escola, e não desintegrada dela. As habilidades motoras precisam ser desenvolvidas, sem dúvida, mas deve estar claro quais serão as consequências disso do ponto de vista cognitivo, social e afetivo. Sem se tornar uma disciplina auxiliar de outras, a atividade da Educação Física precisa garantir que, de fato, as ações físicas e as noções lógico-matemáticas que a criança usará nas atividades escolares e fora da escola possam se estruturar adequadamente (FREIRE, 1997, p. 24).

A relevância da atividade física para o desenvolvimento humano e condutas motoras, foi fortemente demonstrado por autores como Piaget e Wallon. É possível enfatizar a importância para motricidade, desenvolvimento da inteligência, dos relacionamentos e sentimentos. Considerando o aspecto da interdisciplinaridade, é necessário relacionar atividades físicas às intelectuais, trazendo ao pressuposto que quem pratica atividade física apresenta maior facilidade para aprender as outras matérias.

A importância de demonstrar as relações entre os conteúdos da disciplina Educação Física e os das demais disciplinas reside, não na sua importância

como meio auxiliar daquelas, mas na identificação de pontos comuns do conhecimento e na dependência que corpo e mente, ação e compreensão, possuem entre si (FREIRE, 1997, p. 183).

Não é incomum a Educação Física ser associada a entretenimento, como momento de lazer entre as aulas teóricas. Visto de fora, o ato de reproduzir brincadeiras, para muitos implica em nada mais que diversão, não sendo de conhecimento popular as aptidões trabalhadas, posto isso, os próprios pais não dão importância a aniquilação da disciplina ao ensino de seus filhos.

Deveria ser considerado que a atividade realizada na escola não é a mesma que a praticada fora. E que os conteúdos ministrados em aula correspondem a ementa preparada com propósitos para os específicos desenvolvimentos e por etapa da criança e adolescente.

Os PCN's da área da Educação Física sugerem que as atitudes, os conceitos e os procedimentos dos conteúdos sejam trabalhados em toda a dimensão da cultura corporal, envolvendo, dessa forma, o conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas (DARIDO, 2001, p. 55).

Habilidades como socialização e afetividade precisam ser exploradas na escola, tendo por finalidade a desenvolvimento do indivíduo particular e do indivíduo inserido na sociedade. O respeito ao ser humano é uma prática que requer aperfeiçoamento em especial na faixa etária a que analisamos. O aluno do ensino médio passa por diversas transformações biológicas, sendo a puberdade um momento penoso que antecede a vida adulta, que é repleta de responsabilidades.

A escola exige que a criança leia, escreva, calcule, enfim, que compartilhe símbolos, linguagens comuns a uma sociedade. Paradoxalmente, essa atitude socializada deve ser praticada em carteiras que isolam as crianças umas das outras e através de tarefas individuais. Em resumo, exige-se uma atitude socializada através de práticas individualizantes (FREIRE, 1997, p.183).

5. UM PAÍS OBESO

Não é segredo que o Brasil se encontra em um momento crítico em se tratando de obesidade. Dados do IBGE de 2013 apontam que quase 60 por cento da população encontram-se com sobrepeso ou obesidade. Esse número é preocupante, tendo em vista os malefícios que estes causam a saúde, gerando doenças e limitações, resultando em maiores gastos com a saúde pública e previdência.

Em um país onde é notável o desleixo em relação a saúde, a ponto de prevalecer o percentual de indivíduos obesos e com sobrepeso, não deveria dar-se ao luxo de extinguir a disciplina Educação Física da matriz curricular dos adolescentes que estão passando por transformações corporais e psíquicas, incentivando o sedentarismo.

Muitas crianças e adolescentes apesar de pouca idade já apresentam essas condições de sobrepeso e obesidade, indicando sua má alimentação e pouca prática de atividade física, resultando em adultos sedentários e com a saúde comprometida. É de conhecimento que com o avanço da tecnologia, as crianças estão deixando de brincar exercitando o corpo para utilizar meios tecnológicos como entretenimento.

A maioria dos adolescentes do ensino médio, tem como única oportunidade de praticar atividade física na escola, concluindo que se privados dessa condição a prática física por estes adolescentes tornar-se-ia nula.

6. A EDUCAÇÃO FÍSICA E A DESIGUALDADE

Partindo do pressuposto que a Educação Física é o único momento em que os alunos do ensino médio podem desfrutar da prática física, entra em ênfase que, o aluno da escola pública, estadual e municipal, ficaria vedado dessa prática enquanto o aluno da escola privada, teria a opção de arcar com aulas extracurriculares.

As habilidades da educação física assumiram papéis sociais em diferentes períodos. No nomadismo, como método de sobrevivência; na antiguidade utilizadas nas guerras e entretenimento na Grécia antiga; no militarismo como treinamento da população buscando a excelência; na tendência higienista, derivando de uma influência médica e biológica. Como nos mostra Marinho (1983).

Desde o fim da Idade Média houve uma secundarização do corpo. No século XVIII, durante o Renascimento, Rousseau introduz as práticas corporais na escola, defendendo o caráter funcional da atividade física em favor do desempenho intelectual. “Rousseau assim como Locke, dedicou especial atenção aos exercícios físicos para crianças. Sua teoria evidenciava os aspectos benéficos da vida do campo e ao ar livre, com a prática de jogos, esporte e ginástica natural” (MARINHO, 1983).

No século XX, Pierre de Frey, o Barão de Coubertin, introduziu o esporte no sistema educacional e restaurou os Jogos Olímpicos com a adesão de diversos países. Nesse momento a ginástica demonstra grandes avanços. O século XX enfatizou o esporte de rendimento priorizando o lucro e desumanizando o homem. A educação física passou a ter por finalidade

gerar atletas (TUBINO, 2002). Este autor divide o esporte em duas dimensões: rendimento e lazer.

Tendo em vista que a Educação Física ao longo das eras vem contribuindo para o desenvolvimento do homem pensante e laboral, seguindo o conceito marxista, de mais valia, em que o homem só poderia elevar seu bem-estar através do aumento da produtividade, cria-se uma dúvida da relevância da intenção da reformulação do ensino médio, eliminando disciplinas essenciais à formação de caráter do ser humano.

7. INDIVÍDUO PSICOSSOCIAL

O homem movimenta-se desde a pré-história por motivos distintos, sendo um aspecto natural e cultural. Cientes de que corpo e mente trabalham juntos. “Para fins analíticos, podemos observar o ser humano sob seus diversos aspectos – afetivo, psicomotor e intelectual. Não devemos aceitar, porém, o fato de, isoladamente, qualquer desses componentes manter-se incólume à ação dos demais” (MARINHO, 1983).

A disciplina Educação Física, segundo Marinho, deveria trabalhar a fim de não tratar apenas o físico do aluno, visando benefícios que vão além do corporal, como a interação físico-mente. A instituição de ensino tendo como preceito de que as habilidades nos esportes são meios para fins maiores desmantelando a cultura de gerar atletas que trazem honras e troféus para a escola. O movimento tecnicista afasta a educação física do desenvolvimento da inteligência, pois o professor passa a pensar no lugar do aluno, que apenas recebe ordens.

“O professor não deve dar soluções prontas para a criança, mas fornecer pistas que levem a soluções, propondo questões mais simples que facilitem a resolução das questões mais complexas” (FREIRE, 1997, p. 87) .

Aspectos prescindíveis para a educação física no ensino médio, enquanto disciplina integrante na formação psicossocial do aluno tem como encargo fazer a aproximação do indivíduo à sua realidade existencial. Tencionando que o ensino médio é a fase que antecede a vida adulta, o aluno sairá da escola para encarar o mundo e irá se deparar com um universo desconhecido, que poderá resultar em sérios transtornos em decorrência de desconhecimento de si mesmo e conflitos da mente, em tal grau que é considerado como o mal do século, a depressão.

Quando se fala em corpo, a ideia que prevalece costuma ainda ser a de um corpo que se opõe ou se contrapõe a uma mente ou uma alma. É preciso pôr abaixo essa construção realizada por nossas consciências. Tal visão

representa, a meu ver, um erro de percepção com prejuízos a compreensão do ser humano. Apesar de serem essas divisões interpretadas como procedimentos didáticos para auxiliar o entendimento, na verdade o prejudicam se estacionarmos nesse processo divisório. A divisão só é válida na medida em que não se perca de vista a totalidade na qual a particularidade se manifesta (MEDINA, 2010, p. 50).

A experiência na escola é uma das bases para a formação de caráter da sociedade futura, as metodologias utilizadas na aplicação das disciplinas podem traçar perfis que resultarão no adulto de amanhã. Considerando a visão darwinista em que todo indivíduo é único, apresentando variações em todos os caracteres. Tem como função a educação física escolar desempenhar o papel de desenvolvimento físico e mental, auxiliando o desenvolvimento total do homem.

8. A EDUCAÇÃO FÍSICA APLICADA POR OUTROS

A disciplina de Educação Física ainda é vista por alguns que não a compreendem em sua magnitude, como uma atividade de recreação aplicada na escola, para descanso das aulas teóricas e para as crianças gastarem sua energia, nessa concepção algumas escolas não avistam a importância em se ter um profissional da área para ministra-la, atribuindo a prática à outros profissionais, como pedagogos e licenciados em outras áreas, principalmente, na educação infantil, como resultante a aplicação de conteúdos desprezando etapas das fases de desenvolvimento, chegando os alunos ao Ensino Médio com suas habilidades não desenvolvidas.

A Educação Física aplicada por outros profissionais é, um tanto perigosa, pois estes apesar de em seus anos de instrução terem estudado a disciplina em algum semestre, não aprenderam todos os aspectos e implicações alusivos à disciplina, que um profissional graduado em licenciatura de Educação Física vê ao longo de toda a sua formação acadêmica. Em se tratando de qualidade de ensino, que é o que buscamos para as crianças e adolescentes do país, é necessário uma busca por excelência em cada matéria. Caso contrário não seria necessária a setorização das disciplinas.

“A fórmula mais barata, como sempre, será utilizada, pois trata-se de Educação, e, nesse aspecto, a área da Educação Física leva nítida desvantagem. Dificilmente a questão será julgada em função da competência e responsabilidade para com a Educação Infantil” (FREIRE, 1997, p. 79).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a Educação Física possibilita experiências de interação com indivíduos distintos, amplia o conhecimento acerca das diversidades e promove o respeito mútuo, transfigurando o aluno em um ser social mais evoluído.

Ao término do estudo, com base nas obras dos distintos autores citados no decorrer deste manuscrito, podemos perceber a amplitude das significações da Educação Física ao longo das eras e a evolução e mérito dela nos dias atuais, captamos a magnitude das implicações por ela desenvolvidas ao longo do ensino escolar.

Identificamos que, ao contrário do que muitos acreditam ser a Educação Física, incluindo até alguns que se dizem profissionais da área, a Educação Física vai muito além de recreação e também que o esporte, não representa a disciplina, mas trata-se de um componente dela, visto que ela abrange atividades elaboradas para serem trabalhadas habilidades específicas, levando em consideração a realidade do aluno, suas particularidades e ambiência.

A Medida Provisória publicada no mês de setembro no ano de 2016, que remove a disciplina como componente obrigatório, em seguida foi revogada pelo Ministério da Educação. Entretanto a intenção de retirá-la da matriz curricular do Ensino Médio, quiçá de todo o ensino escolar, permeia dentre as autoridades políticas.

Constatamos que cabem aos profissionais da educação, em especial os da educação física, levar a cunho popular a importância da Educação Física escolar, baseando-se nas aptidões por ela trabalhadas no desenvolvimento físico, cognitivo, social e mental, explicitando o desfalque que a privação desse aprendizado faria ao aluno, em especial ao adolescente do ensino médio.

A luta pela permanência da disciplina deveria mobilizar não apenas a classe de professores de Educação Física, mas toda a população que ao invés de fechar os olhos às medidas descabidas dos governantes e deixarem-se engambelar pela justificativa governamental fornecida, de que seria melhor para a população, eliminar matérias, a fim de concentrar o Ensino Médio em disciplinas específicas destinando os alunos para áreas de trabalho.

REFERÊNCIAS

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola – implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan, 2015.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1997.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**. Campinas: editora Papyrus, 2011.

MOREIRA, Wagner Wey. **Educação Física e Esportes – perspectivas para o século XXI**. Campinas: editora Papyrus, 2002.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Luís Henrique; DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física escolar e meio ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas. **Revista Digital** - Buenos Aires, ano 11, n. 100, 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd100/ma.html>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortes, 2007.

AVALIAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA EM ADOLESCENTES

Autor 1: Rafael Antunes Carvalho¹

Autor 2: Raphael Oliveira Ramos Franco Netto²

Autor 3: Maria Larissa Mattoso da Mota³

Autor 4: Moniky Mirian da Silva⁴

Autor 5: Ronan Camilo Souza Corrêa⁵

Eixo Temático: Prática Pedagógica e Educação Física Escolar

RESUMO

O presente estudo aborda sobre a importância da prática de atividade física regular, dando ênfase na importância para o período da vida do ser humano que essa prática pode ser iniciada, demonstrando os principais benefícios da atividade física e os principais fatores que possa interferir na prática dessas atividades. Partindo disso pode-se começar a entender o papel fundamental que a Educação Física escolar exerce na vida do indivíduo, na promoção de saúde, prevenindo inúmeras doenças e principalmente motivando e incentivando a prática da atividade, partindo da escola e continuando durante toda a vida, contribuindo principalmente para a qualidade de vida e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida ; Atividade física ; Educação física escolar.

INTRODUÇÃO

A aptidão física dos adolescentes tem sido cada vez mais interferida devido a diversos fatores socioeconômicos e também culturais, com as mudanças de hábitos na sociedade os jovens e adolescentes deixaram a prática corporal de lado e mergulharam de cabeça no mundo das novas tecnologias, com isso a obesidade não só no Brasil como em diversos países vem surpreendentemente aumentando, mas ela não vem sozinha trás consigo diversos malefícios causados pela não prática de atividade física, má alimentação e sedentarismo.

Sabendo que os jovens são o futuro da geração, como pensar em futuro se não houver qualidade de vida, foi com essa preocupação que o presente estudo foi desenvolvido, com

¹Aluno do Programa de Graduação em Educação Física (MAGSUL).

² Docente da Faculdade de Educação Física (FAMAG). Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de Jundiaí (2014)

³Aluna do Programa de Graduação em Educação Física (MAGSUL).

⁴Aluna do Programa de Graduação em Educação Física (MAGSUL).

⁵Aluno do Programa de Graduação em Educação Física (MAGSUL).

objetivo de pesquisar se os jovens estão se preocupando com a sua saúde, sendo motivados nas aulas de Educação Física, induzidos a pratica de atividades físicas, verificar se estão dentro dos parâmetros ideais de aptidão física de acordo com sua faixa etária.

Diante disso, outra preocupação que assombra, é: O que o Profissional De Educação Física tem feito para melhorar a aptidão física dos adolescentes nas aulas de Educação Física, fica a duvida se até mesmo esse profissional sabe a grande importância que lhe é empregada em suas mãos, pois seu papel é fundamental para o resto da vida desses adolescentes .

Tendo como objetivo conscientizar, professores, alunos, pais e escola da importância da atividade física e todos os benefícios que ela pode trazer na vida de jovens, adultos e idosos quanto antes começar a sua pratica melhor, para garantir um futuro melhor e uma ótima qualidade de vida

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi baseada na análise da literatura disponível em capítulos de livros e bases de dados para visualização on-line: BIREME, PubMed, SciELO e LILACS. Foi realizada uma revisão da literatura, com o qualitativo e preliminar seleção dos artigos na sua totalidade, concentrando diretamente ao tema e todos reconhecidos pelo portal QUALIS/CAPES e classificados com estrato entre A2 e B5 (o ano-base de referência no portal corresponde ao ano de 2016). As palavras-chave utilizadas foram: Qualidade de vida, Educação Física Escolar, Desenvolvimento Motor, Habilidades Motoras o período utilizado para a pesquisa foi 1990-2016. Todos os trabalhos que realçavam tal relação foram considerados para análise e discussão neste artigo.

3. BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES

Segundo a Organização Mundial de Saúde, há vários benefícios com a prática regular de atividade física, sendo elas: prevenção da obesidade, redução da hipertensão arterial, promoção do bem estar, diminuição do stress, depressão e ansiedade. Podendo também atuar na redução de risco de mortes prematuras, diabetes tipo 2, interagindo positivamente para adotar uma dieta saudável, desestimulando o uso de álcool, drogas e tabagismo, reduzindo a violência, promovendo integração social (OLIVEIRA *et al.*,2010).

Araujo e Oliveira (2008) mostram que a atividade física em adolescentes está cada vez

mais sendo estudada por pesquisadores da motricidade humana, contribuindo com estudos de crescimento, desenvolvimento e aptidão física associado a saúde, citam também que a aptidão física acima da média da população indicam menor exposição a várias doenças crônicas-degenerativas, como: câncer, dislipidemia, hipertensão, coronariopatas, diabetes, osteoporose e obesidade, associadas a dietas hipercalóricas e vida sedentária tornam-se muito mais graves.

Avaliar a aptidão física escolar acarreta conhecer suas qualidades físicas e classificá-las de acordo com os parâmetros estabelecidos e aceitos como referência, as variações da aptidão física relacionadas á maturação biológica é considerável, e nem sempre dependem apenas da idade cronológica, a rapidez com a qual os caracteres sexuais alcançam o estado de maturação biológica faz a diferença entre adolescentes com a mesma idade cronológica (ARAUJO; OLIVEIRA, 2008).

A aptidão física aborda á capacidade de desempenhar atividades diárias de forma adequada, podendo ser vinculada com saúde e aptidão motora, com índices regulares e satisfatórios podem proteger o desenvolvimento de distúrbios orgânicos, melhorando índices de força/resistência muscular, flexibilidade e gordura corporal, sendo assim a prática de atividades físicas na infância e adolescência ecoa de forma positiva na saúde e aptidão física durante a vida adulta (LUGUETTI; RÉ; BOHME, 2010).

Para Tassitano *et al* (2007) há indícios que a atividade física na adolescência traz melhorias na saúde esquelética (conteúdo mineral e densidade óssea) e controle da circulação sanguínea e obesidade, se iniciada na infância ou na adolescência torna mais consistente na vida adulta, ainda assim os Índices de pessoas de todas as idades que não praticam atividades físicas é muito alto, no Brasil, de acordo com a região analisada dão conta que 29% a 97% dos adultos parecem estar com baixos níveis de atividade física, estudos expressivos e de base populacional são restritos em adolescentes.

A atividade física se ainda iniciada na adolescência pode colaborar com a saúde de várias formas, a curto prazo com a saúde óssea, no trato de morbidades, melhoria de peso corporal, aspectos psicológicos podendo aumentar a autoestima, reduzir stress e ansiedade, longo prazo na preservação da saúde óssea, câncer de mama, sedentarismo, portanto a atividade física se mostra muito importante, havendo evidências que se praticada desde a adolescência será muito mais fácil continuar a prática na vida adulta, ficando claro que essa fase da vida é ideal para a aquisição de hábitos e comportamentos saudáveis e deixando evidente que merecem grande atenção de grupos de pesquisas e de toda sociedade por

tamanha influência nas diferentes dimensões de saúde, partindo desse pressuposto considera-se a escola um local de suma importância na contribuição de hábitos de atividades físicas, e precisa usar essa habilidade para promoção de saúde e vida ativa entre os escolares (DAMBROS; LOPES; SANTOS, 2011).

3.1 FATORES QUE INTERFEREM A PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES

Para Oliveira *et al* (2010) o fato das crianças e adolescentes terem se tornado menos ativas nas últimas décadas foi motivado pelos avanços tecnológicos, com isso pode observar a estreita relação entre o tempo gasto assistindo televisão e o aumento da gordura corporal em escolares, o autor cita também que o The American Heart Association fez um levantamento e concluiu que crianças e adolescentes assistem 17 horas de televisão por semana, sendo que em outro estudo concluiu-se que se assistirem a mais de cinco horas de televisão por dia o risco de obesidade é cinco vezes maior comparada as que assistem de zero a duas horas diárias.

As preocupações com o desenvolvimento da saúde, cada vez mais são prioridades em países desenvolvidos e em desenvolvimento, dentro desse questionamento se destaca o sedentarismo como fator de risco determinante em doenças, tendo a se agravar em países mais ou menos industrializados ficando evidente que com o crescimento tecnológico e informativo esse fenômeno tende a se acentuar. Apesar disso, sabemos que a prática de atividade física influencia a saúde dos adultos, o que gera a obrigação de promover hábitos de vida fisicamente ativos e saudáveis, por outro lado não há certeza, que com o aumento da atividade física nas crianças e adolescentes influenciaria na diminuição do sedentarismo nas futuras gerações, mesmo sabendo que ela seja abundantemente benéfica sendo praticada desde jovens. Uma viável explicação para o baixo índice de atividade física na adolescência são as barreiras que dificultam a participação, dificuldades que a pessoa percebe e com isso reduz seu empenho com condutas saudáveis (SANTOS *et al.*, 2010).

Dentre os fatores que contribuem para a redução de adolescentes com uma vida mais saudável fisicamente, assistir, jogar vídeo game e usar computador não são os únicos, pois há envolvimento demasiados em atividades intelectuais, cursos, formação, trabalho (remunerado ou não) e a ausência nas aulas de Educação física, contribuindo ainda mais para tais mudanças de comportamento, gerando divergências entre pesquisadores, pois ora

propõem diminuir á atividades sedentárias, aumentando com isso a atividade física, ora acreditam que o declínio de um não envolve no crescimento do outro, embora tenham vários estudos, investigando fatores que influem na prática de atividade físicas entre os jovens, poucos buscaram saber a correlação entre comportamento sedentários e a educação física escolar (SILVA *et al.*, 2009).

Buscando fatores para auxiliar á promoção da saúde, vários autores e pesquisadores se dedicaram a estudar sobre as barreiras na prática de atividade física, resumindo seria a razão, motivo que influenciam negativamente na tomada de decisão ou que podem ser motivo para resistir ou até mesmo desistir de praticar a atividade física, realizado vários estudos com estudantes ficou claro que tais barreiras podem ser preditivas na participação das atividades físicas, entre alguns fatores pesquisados por meio de questionários as mais destacadas foram: muito tempo dedicado aos estudos, falta de companhia, falta de clima adequado, jornada de trabalho muita extensa, sendo essa a mais citada entre todas, ficou evidente que a atividade física está mais presente no sexo masculino tendo um numero menor de barreiras comparado ao sexo feminino, e que os estudantes das redes estaduais são mais ativos que os das redes federal e privada (DAMBROS; LOPES; SANTOS, 2011)

Contudo nota-se a importância da prática da atividade física, sabendo que ela é essencial na prevenção de doenças físicas e psicológicas, fica claro que com quanto menos idade se começar, menores as chances de desenvolver males como: sedentarismo, doenças coronárias, diabetes entre outras. Mesmo sabendo dessa importância, há muitos não praticantes de atividade física, devido alguns fatores que interferem na prática, como: avanços tecnológicos, falta de tempo devido ao trabalho, falta de companhia para praticar, muitas atividades intelectuais ou cursos e o pior, ausência nas aulas de educação física.

3.2 APTIDÃO FÍSICA E SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A aptidão física juntamente com o exercício físico em adolescentes e crianças tem ganhado ênfase no objeto de pesquisa na área das ciências da motricidade humana, contribuindo fortemente no estudo do crescimento, desenvolvimento e aptidão física relacionada a saúde, com foco especial em estatura e massa corporal, além de componentes morfológicos e funcional, mensurar a aptidão física em escolares, nada mais é que conhecer as qualidades físicas por eles apresentadas e classifica-las, levando em conta que esse período de vida passa rápido e que a aptidão associada a maturação biológica são muito importante e

não depende unicamente da idade cronológica (ARAUJO; OLIVEIRA, 2009).

Araujo e Oliveira (2009) asseguram que o ato de exercer atividades físicas de forma enérgica e vigorosa sem excesso de fadiga, demonstrando também que ela conduz ao menor risco de incapacidades funcionais e doenças descrevem claramente a aptidão física, sendo assim avaliar a aptidão física em escolares, se resume em conhecer suas qualidades físicas e classificar de acordo com parâmetros ajustados e aceitos como referência.

Darido (2004), pergunta por que poucas pessoas se esforçam para praticar atividades físicas regularmente, mesmo sabendo de seus benefícios, qual seria o papel nas aulas de educação física nesse contexto, sabe-se que muitas pessoas não tem conhecimento e nem acesso à educação, não possuem condições mínimas, apesar disso uma grande parte tem esse conhecimento, dispõe de condições e mesmo assim não praticam, talvez pelas práticas anteriores nas aulas regulares de Educação Física, não encontram a felicidade e se distanciam ainda mais quando adultos, hoje em dia a Educação Física atua introduzindo e integrando o aluno sobre o culto do corpo, com isso o aluno deveria ser induzido a praticar diversas modalidades com intuito de melhorar sua qualidade de vida, e o papel da Educação Física na escola seria assegurar situações para o aluno ter liberdade com relação a prática da Atividade Física, mantendo uma prática regular informal após as aulas de forma espontânea, pois haveria uma correlação com prazer.

Os níveis de aptidão física em crianças e adolescentes estão cada vez mais baixos chegando a ser cada vez mais preocupante para toda comunidade científica da área da saúde, com isso alguns pesquisadores estão discutindo sobre o papel da Educação Física escolar na prevenção e promoção da saúde no Brasil, sabendo que a escola é um dos primeiros locais a prevenir e a promover a saúde, sendo assim o profissional de Educação Física pode fazer um acompanhamento e saber as alterações em componentes como o crescimento e a aptidão física de forma periódica facilitando assim a diagnosticar qualquer alteração, sugere-se que a escola fique em alerta aos níveis de aptidão física das crianças e adolescentes e que por entre meio com a Educação Física, e destine parte das aulas para aprimorar os componentes da aptidão física relacionado a saúde e que de forma sucinta capacite seus alunos conscientizando-os sobre os benefícios, e estimulando a continuar com uma vida fisicamente ativa por um longo período de suas vidas (BERGMANN *et al.*, 2005)

É preocupante o baixo índice de praticantes de atividades física, dentro e fora do âmbito escolar seja em criança ou adolescentes, é complicado imaginar como estimular a

prática de atividades física, oferecendo limitadas oportunidades nas aulas e também fora dela, jovens inativos fisicamente certamente vão se tornas adultos sedentários que por sua vez visto do ponto de vista epidemiológico, podem acarretar diversos males, como: obesidade, doenças coronarianas, entre tantos outros, com isso a necessidade de buscar estratégias metodológicas que possam mudar os hábitos das crianças e adolescentes se torna fundamental para a prática de hábitos saudáveis diários ao longo da vida (TOIGO, 2007).

Para Ferreira (2001) praticar exercício físico de forma regular e orientada se torna um grande aliado para uma vida saudável, sabendo disso em meados da década de 80, acontece o movimento denominado aptidão física relacionada a saúde (AFRS) voltado a educação física escolar, traz o conceito de mudar o estilo de vida das pessoas, ou seja, aptidão pra vida toda, tornando as pessoas ativas ao longo de suas vidas, visando melhorar não só a saúde mais também a qualidade de vida da população, mesmo sendo um avanço na educação física escolar ele esta plausível de criticas, dentre elas a ideia de causalidade entre exercício saúde e caráter, com isso seria importante incorporar o caráter multifatorial da saúde que seria agregar sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do exercício, da aptidão física e do desporto, tornando a compreensão desses fatores uma das principais influências para os alunos aderirem ao exercício físico e o grande papel da educação física escolar.

Segundo Ferreira (2001) é na oportunidade do exercício contribuir para a melhoria da saúde que se apoia o movimento da " Aptidão Física relaciona a saúde", pois em meados da década de 80, vem garantindo seu espaço em vários países, destaque para Grã-Bretanha que utilizou os níveis de Aptidão Física relacionada à Saúde para contribuir na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais, a sugestão desse trabalho foi fazer com que os alunos compreendesse os benefícios da prática regular do exercício físico, conhecendo as formas de chegar a prática e mantê-la ao longo da vida. No Brasil a AFRS considera duas tendências na qual a aptidão física se manifesta como referencia na questão de saúde na educação física, aptidão física relacionada a habilidades, de acordo com as necessidades do dia-a-dia, aptidão física relacionada à saúde que procura qualidades que precisam ser melhoradas para obter níveis ideais, como força e resistência muscular, condicionamento aeróbio, flexibilidade e composição corporal ideal.

De acordo com Ferreira (2001) a aptidão física para toda vida abre a discussão sobre os conceitos de estilo de vida, com objetivo de contribuir na saúde e na qualidade de vida da população, por isso a educação física tem o importante papel de despertar nos alunos o prazer

e o gosto pelo exercícios e pelo desporto incentivando-os a um estilo de vida saudável e ativo, é importante dar autonomia para as pessoas, para que realizem atividades do seu interesse e conforme suas necessidades, para que aprendam a resolver seus problemas de aptidão física e avaliar seus próprios níveis de aptidão.

Há vários fatores que podem beneficiar o indivíduo se ele praticar atividades físicas regularmente, não só na escola como fora dela, sabendo disso o Profissional de Educação Física tem o papel primordial na conscientização e no incentivo dessa prática, ainda mais nos dias atuais que vem aumentando o número de doenças precoces devido a falta da prática, tornando um grande desafio de todos em prol de um bem maior, a qualidade de vida.

Diante disso é muito importante que o Profissional de Educação Física seja um ser inteligente e use todas as suas armas para conscientizar esses adolescentes, inclusive os fatores que interferem nessa prática, ou seja, as tecnologias é um exemplo sólido disso, pois vem sendo usada de forma errada, é uma ferramenta indispensável no cotidiano de todas as pessoas, com isso o papel do Profissional de Educação Física é usar como uma grande aliada na hora de incentivar a prática de atividades físicas, dando exemplos visuais e concretos, depois demonstrando na prática e explorando de inúmeras possibilidades, formando assim um indivíduo, com o corpo livre de tensão nervosa, uma mente equilibrada capaz de atender todos os complexos problemas da vida moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi verificar o nível de aptidão física em adolescentes, a partir disso, saber como está a qualidade de vida do indivíduo e sua saúde, propondo também os benefícios que a atividade física pode trazer ao longo da vida, saber lidar com todos os fatores que interferem nessa prática.

Diante disso, saber como a Educação Física Escolar possa apresentar e entusiasmar os adolescentes a praticar tais atividades, para que use toda a sua autonomia na hora de escolher a prática, começando em sala com o professor e continuando durante o seu dia, levando um estilo saudável durante toda a vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. S.; OLIVEIRA, A. C. Aptidão Física em escolares de Aracaju. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Aracaju, v. 10, n. 3, p. 271-276, 2008.

BERGMANN, G.; ARAÚJO, M. L.; GARLIPP, D. C.; LORENZI, T. D.; GAYA, A. Alteração anual no crescimento e na aptidão física relacionada a saúde de escolares **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Canoas-RS, v. 7, n. 2, p. 55-61, 2005.

DAMBROS, D. D.; LOPES, L. F. D.; SANTOS, D. L. Barreiras percebidas e hábitos de atividade física de adolescentes escolares de uma cidade do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Santa Maria, v. 13, n. 6, p. 422-428, 2011.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.18, n.1, p.61-80, jan./mar, 2004.

FERREIRA, M. S. Aptidão física e saúde na educação física escolar: Ampliando o enfoque. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 41-54, jan 2001.

LUGUETTI, C. N.; RÉ, A. H. N.; BOHME, M. T. S. Indicadores de aptidão física de escolares da região centro-oeste da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 331-337, 2010.

MARQUES, A. T.; GAYA, A. Atividade física, aptidão física e educação para a saúde: Estudos na área pedagógica em Portugal e no Brasil. **Revista paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 83-102, jan./jun. 1999.

OLIVEIRA, T. C.; SILVA, A. A. M.; SANTOS, C. J.; SILVA, J. S.; CONCEIÇÃO, S.I.O. Atividade física e sedentarismo em escolares da rede pública e privada de ensino em São Luís. **Revista Saúde Pública**, São Luís, v. 44, n. 6, p. 996-1004, 2010.

SANTOS, M. S.; HINO, A. A.; REIS, R. S.; RODRIGUEZ-ANEZ, C. R. Prevalência de barreiras para a prática de atividade física em adolescentes. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São José dos Pinhais-PR, v. 13, n. 1, p. 94-104, 2010.

SILVA, K. S.; NAHAS, M. K.; PERES, K. G.; LOPES, A. S. Fatores associados à atividade física, comportamento sedentário e participação na Educação Física em estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n. 10, p. 2187-2200, out, 2009.

TASSITANO, R. F.; BEZERRA, J.; TENÓRIO, M. C.; CORALES, V.; BARROS, M. V.; HALLAL, P. C. Atividade física em adolescentes brasileiros: Uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Recife, v. 9, n. 1, p. 55-60, 2007.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

TOIGO, A. M. Níveis de atividade física na educação física escolar e durante o tempo livre em crianças e adolescentes durante o tempo livre em crianças e adolescentes. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Canoas- RS, v. 6, n. 1, p. 45-56, 2007.

AVALIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS PRATICANTES DE HANDEBOL

Autor 1: Alexsandro Anunciação Santos¹;

Autor 2 : Raphael Oliveira Ramos Franco Netto²

Autor 3: João Antônio da Silva Barbosa.³

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento motor na modalidade esportiva handebol. Nos fundamentaremos a partir dos autores Gallahue, Ozmun e Goodway, Magill, Schmidt, Wrisberg, que abordam sobre esta temática. Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do tema, baseada em literaturas de bancos de dados e revistas. Deste modo, o foco principal é analisar juntamente com os autores, se o treinamento de handebol pode ou não influenciar nas habilidades especializadas e fundamentais dos alunos, ou até mesmo aperfeiçoar as habilidades que os mesmos já possuem. Para isso, utilizaremos a escala de Rosa Neto, com as seguintes habilidades: coordenação viso-manual, coordenação motora global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno; Desenvolvimento motor; Handebol.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento motor é uma área ampla, com varias definições. Neste artigo colocaremos as concepções de vários autores/pesquisadores como, Gallahue, Ozmun e Goodway, Magill, Schmidt, Wrisberg que abordam sobre esta temática para que se chegue a um consenso, desenvolvimento motor não esta voltado somente na maturação do desenvolvimento ao longo da vida, outros fatores são inclusos aspectos motores, psicológico, genético e ambiente. Certo que tudo isso é avaliado de forma a seguir idades, onde é separado por faixa etária e estágios, para maior entendimento.

Contudo, o desenvolvimento motor tem grandes valores na vida de todos, nesta fase que se inicia desde o primeiro reflexo na barriga da mãe até ao longo da vida, percebemos como um bom trabalho na fase inicial da criança faz toda a diferente com o passar dos anos. Este estímulo do ambiente influencia no desenvolvimento de cada um, devido que esta

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul.

² Docente do Curso Educação Física, das Faculdade Magsul.

recebendo um estímulo diferente, já uma criança que não receber nenhum estímulo durante sua fase inicial não terá a aquisição nas habilidades de movimento.

Contudo partindo deste princípio surgiu uma inquietação, esta aconteceu ao ter um olhar mais centrado a respeito deste tema, percebemos que muitas crianças têm dificuldades em relação ao desenvolvimento motor de acordo com sua idade. Sendo assim o intuito desta pesquisa é investigar se a modalidade esportiva handebol pode ou não influenciar no desenvolvimento motor dos praticantes de handebol com o auxílio de uma escala de desenvolvimento motor de Rosa Neto.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi baseada na análise da literatura disponível em capítulos de livros e bases de dados para visualização on-line, tais como: BIREME, PubMed, SciELO e LILACS.

Foi realizada uma revisão da literatura, com o qualitativo e preliminar seleção dos artigos na sua totalidade, concentrando diretamente ao tema e todos reconhecidos pelo portal QUALIS/CAPES e classificados com estrato entre A2 e B5 (o ano-base de referência no portal corresponde ao ano de 2016).

As palavras-chave utilizadas foram: desenvolvimento motor, habilidades motoras, handebol, atividade física. O período utilizado para a pesquisa foi 1990-2016. Todos os trabalhos que realçavam tal relação foram considerados para análise e discussão neste artigo.

3. UM BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR

As habilidades motoras estão presentes em totalidade em nossas vidas como, por exemplo, (arremessar, correr, saltar, etc.), coisas que necessitamos e utilizamos corriqueiramente, fazemos tudo de maneira automatizada, sem se quer saber como funciona ou de que maneira foi que adquirimos. O meio ambiente e os estímulos podem vir a interferir no desenvolvimento motor de cada um.

E, contudo ao falarmos sobre o histórico do desenvolvimento motor, as pesquisas feitas anteriormente eram muito mais restritas a ele ignorando o desenvolvimento cognitivo e afetivo, sendo assim os primeiros estudos sobre o tema foi dado por psicólogos e segundo Gallahue (2013, p. 21) “é natural que esse tema tenha sido observado e tenha influência de outras áreas”.

Todavia Gallahue em seus estudos afirma que as pesquisas mais relevantes foram realizadas pelos maturacionistas Arnold Gesell (1928) e Myrtle McGRsw (1935), em que eles defendiam que o desenvolvimento é processos biológicos inatos, que resultam em uma sequência universal de aquisição das habilidades de movimento para bebês (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013, p.23). Assim sendo, mesmo que o ambiente influencie, as características do genótipo prevaleceriam, na pesquisa de Gallahue ele cita dois autores (GESELL; THOMPSON, 1929,1934; MCGRAW, 1935,1940, 2013, p. 24) que confirmam:

[...] Se para dois bebês com conjunto de gene idênticos fossem dadas experiências diferentes, seria possível demonstrar a influência relativa tanto da hereditariedade como do ambiente sobre aprendizado de habilidades específicas, incorporadas no design do estudo. Os resultados de seus estudos mostraram que, embora a taxa de aquisição das habilidades de movimento selecionadas pelo gêmeo treinado tenha sido mais rápida do que do gêmeo não treinado, a sequência não variou e a vantagem de um sobre o outro durou pouco.

Ainda nos estudos de Gallahue; Ozmun e Goodway (2013), a primeira pesquisa sobre o desenvolvimento padrão foi feita por Monica Wild em 1938, onde observou o arremessar em crianças de idade escolares. Posteriormente a este estudo houve pouco descaso no interesse de pesquisa a respeito do desenvolvimento motor. Logo após a Segunda Guerra Mundial surgiu três pesquisadores do desenvolvimento motor, formados em Educação física onde estavam interessados na compreensão do desenvolvimento motor em suas atividades.

A partir dos estudos desses pesquisadores permitiu se compreender que os indivíduos possuem estágios de desenvolvimento de suas funções psicomotoras, essas que estão relacionadas as suas faixas etárias, além do que, foi considerado que cada pessoa possui habilidades motoras diferentes, que se evoluem de acordo com as necessidade de cada um, em decorrentes períodos de tempo. E que existem processos causadores de alteração no comportamento motor ao longo da vida dos seres humanos (ROSSI, 2012, p. 5).

Inclusive, se os professores tiverem um breve conhecimento sobre o desenvolvimento motor será bem mais fácil montar atividades para cada faixa etária, assim trabalhando as habilidades exigidas em cada atividade. “Ao entender o desenvolvimento motor, o ser humano está aprimorando o autoconhecimento” (GABBARD, 2000, *apud*

UNESCO).

Seguindo ainda a linha de pesquisa de Gallaheu, Ozmun e Goodway (2013), a partir de 1960, que os estudos do desenvolvimento motor cresceu com regularidade, através de Lolas Halverson e seus estudantes reavivou o interesse pela investigação de crianças, e em 1980 e 1990, a ênfase do estudo mudou de forma drástica. Em vez de continuar na mesma linha de pesquisa normativa/descritiva, os pesquisadores passaram a enfatizar outra vez a compreensão dos processos subjacentes. Entretanto, eles não se propuseram a focar ao produto do desenvolvimento, que vinha sendo seguidos há três décadas anteriores.

Para Clark e Whitall (1989, *apud* GALLAHUE; OZMUN E GOODWAY, 2013, p. 25):

O período que vai desde a década de 1930 até a Segunda Guerra Mundial pode ser caracterizado como “maturacional”, enquanto os anos de 1946 até a década de 1970 seriam o “período normativo/descritivo” no estudo do desenvolvimento motor. A partir da década de 1980 até os dias de hoje temos o “período orientado para o processo”.

Percebemos que ocorreram grandes mudanças na pesquisa a respeito do desenvolvimento motor, só que ao passar dos anos o estudo que mais se sobressaiu foi o período orientado para o processo, onde há “a explicação dos processos que causam mudanças no comportamento motor ao longo do tempo” (GALLAHUE; OZMUN e GOODWAY, 2013, p. 25).

3.1 DEFINIÇÕES DESENVOLVIMENTO MOTOR

Ao falarmos de definições de desenvolvimento motor, pensamos em evolução, certo que evolução é sinônimo de desenvolvimento, contudo é algo que adquirimos com o passar dos anos. Nos estudos de Isayama; Gallardo (1998, p. 76) é pontuado:

O desenvolvimento motor tem sido, ao longo do tempo, utilizado para tentar entender aspectos relacionados ao desenvolvimento humano. A origem dos estudos, em desenvolvimento motor, deu-se com o intuito de entender o desenvolvimento cognitivo a partir do movimento e não com o interesse de entender as mudanças no comportamento motor. Gradualmente, o desenvolvimento motor tornou-se uma área de interesse dos profissionais da educação física, que buscavam, e ainda buscam contribuir para o entendimento do desenvolvimento humano como um todo.

Já no ano de 2013 Gallahue; Ozmun e Goodway definiram desenvolvimento motor como “[...] um processo contínuo que começa na concepção e cessa com a morte. Ele envolve todos os aspectos do comportamento humano e, em consequência, só pode ser separado em domínios, estágios ou faixa de forma artificial” (p.22).

Marques *et al.*, (2013) afirmam que “o desenvolvimento motor dá-se por um processo contínuo de alterações no nível de funcionamento do indivíduo, adquirindo, ao longo do tempo, uma maior capacidade de controlar movimentos.”

Com isso entendemos que o desenvolvimento motor não para, sempre será contínuo de maneira progressiva, não sendo subdivido, ele é caracterizado como um todo, só para estudos que se separam com o intuito de facilitar a compreensão. Dessa forma, Gallahue; Ozmun e Goodmay (2013, p. 30) salientam que “o desenvolvimento embora seja visto como o surgimento e ampliação da capacidade em um nível elevado têm de reconhecer que o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo e que ele é um processo que se estende pela vida toda”.

O desenvolvimento motor pode ser estudado de três formas, com três métodos diferentes sendo método longitudinal, método transversal e método longitudinal misto. Método longitudinal procura explicar as mudanças de comportamento ao longo do tempo e envolve a demonstração gráfica dos vários aspectos do comportamento motor de um indivíduo ao longo de vários anos; Método transversal possibilita ao pesquisador coletar dados de diferentes grupos de pessoas e faixas etárias, em um mesmo momento no tempo, apresentando diferenças médias em grupos; Método longitudinal misto combina com os estudos transversal e longitudinal ele engloba todos os possíveis pontos de dados necessários a descrição das diferentes mudanças e das funções do desenvolvimento ao longo do tempo. E ainda Gallahue afirma que o ideal para pesquisas de comportamento motor ao longo do tempo é método longitudinal (GALLAHUE; OZMUN; GOODMAY, 2013).

Piaget (1996) ao falar de desenvolvimento, conceitua-o em 4 estágios. Os estágios da inteligência sensório-motora, que vai de 0 a 2 anos. Neste período a criança passa de ações de reflexos para ações sensório-motoras. Estágios de pré-operação, que vai deste os 2 aos 7 anos. Neste período a criança realiza suas primeiras tentativas desorganizadas. Estágios de operações concretas, que vai dos 7 aos 11 anos. Neste período a criança começa a parecer

mais racional e bem organizadas em suas adaptações. E em último, o estágio das operações formais, que vai dos 11 a 15 anos. Durante este período ocorre uma reorganização nova e definitiva.

Percebemos que os autores mesmo com diferentes conceitos e nomenclaturas, por algum momento ou outro entram em acordo, devido que o tema desenvolvimento motor é algo muito amplo, então necessita de muitos outros estudos para se chegar a um consenso.

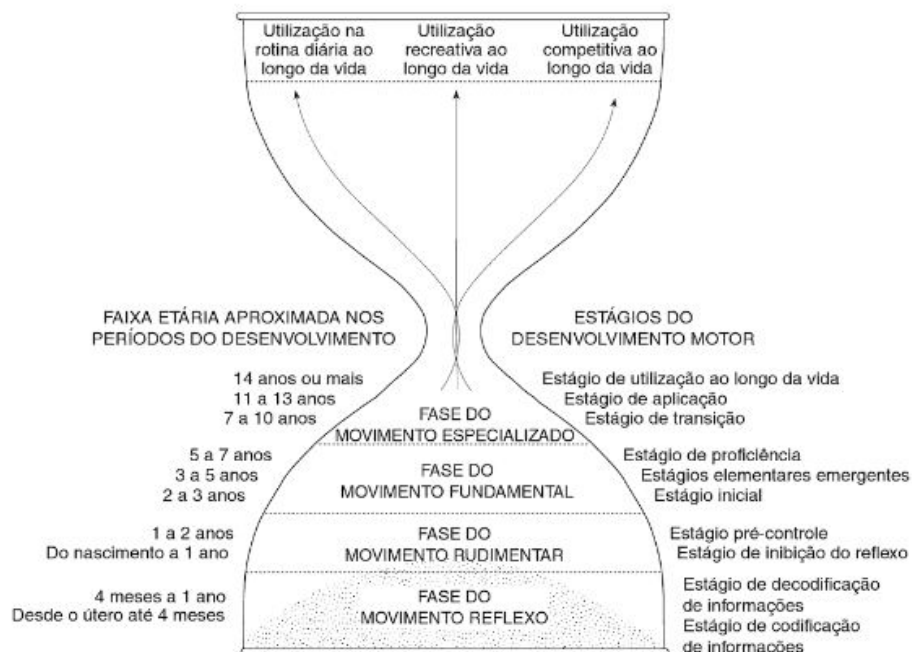
3.2 FASES E ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO MOTOR

Como dito acima, o desenvolvimento motor não depende apenas da maturação, mas da biologia, do comportamento e do ambiente. “O processo do desenvolvimento motor revela-se principalmente por mudanças dos movimentos ao longo do tempo” (GALLAHUE; OZMUN e GOODWAY, 2013, p. 67).

E segundo os mesmos autores, um dos modos básicos de observação é através do comportamento do movimento, pois através dele percebe-se as mudanças que estão ocorrendo no corpo humano e com isso facilita na observação do desenvolvimento motor.

Para maior entendimento, Gallahue; Ozmun e Goodway (2013) apresenta em sua obra em forma de ampulheta (figura 1), que se refere a uma representação das quatro fases e dos estágios correspondentes.

Figura 1 - Fases do desenvolvimento motor



Fonte: Gallahue (2013)

Fases do movimento reflexo: são os primeiros movimentos que o feto realiza. Movimentos reflexos são aqueles involuntários, controlados subcorticalmente e que formam a base das fases do desenvolvimento motor. Dentro desta fase esta está subdivida em Estágio de codificação e decodificação.

Estágio de codificação de informações (desde o útero até 4 meses): é a coleta de informações da fase do movimento reflexo. Caracteriza-se pela atividade de movimento involuntário.

Estágio de decodificação de informação (4 meses a 1 ano) - é o processamento de informações da fase anterior que foram agrupados, a transição estado do reflexo para o compreensivo. Neste estágio a criança começa a interpretar e a compreender.

Fase do movimento rudimentar: os movimentos rudimentares são determinados pela maturação e são caracterizados por uma sequência de surgimento bastante previsível. São as primeiras formas de movimento voluntário, são movimentos rústicos, incompleto. A fase do movimento rudimentar esta subdivida em dois estágios.

Estágio de inibição do reflexo (do nascimento a 1 ano): considera-se que o estágio de inibição do reflexo da fase do movimento rudimentar começa ao nascimento, quando os reflexos dominam o repertório dos movimento do bebê, a partir daí que os

movimentos começam a ser influenciados cada vez mais pelo córtex em desenvolvimento. É onde há eliminação dos reflexos, uma transição do estágio involuntário para o voluntário.

Estágio pré – controle (1 ano a 2 anos): onde o bebê começa a ter maior precisão e controle desses movimentos. Neste estágio a criança aprende a adquirir e a manter equilíbrio, a manipular objetos e se locomover-se no ambiente.

Fase do movimento fundamental: essa fase onde as crianças estão ativamente em descobertas, exploração e experimentação. As habilidades locomotoras, como correr pular, as manipulativas, como arremessar e pegar, e as estabilizadoras, como caminhar sobre a barra e equilibrar-se em apenas um pé, são exemplos de movimentos fundamentais. Esta fase também está subdividida em estágio inicial, elementar e proficiente.

Estágio inicial (2 a 3 anos): este estágio representa as primeiras tentativas infantis orientadas para o objeto de executar uma habilidade fundamental. Começos dos movimentos com controle, coordenados.

Estágio elementares emergentes (3 a 5 anos): neste estágio envolvem a aquisição de maior controle e coordenação rítmica das habilidades do movimento fundamental.

Estágio de proficiente (5 a 7 anos): esta fase é caracterizada por performance mecanicamente eficientes, coordenadas e controladas.

E por último, a fase do movimento especializado (14 anos ou mais): é um produto da fase do movimento fundamental. Ao longo desta fase especializada, o movimento torna-se uma ferramenta aplicada a uma série de atividades de movimento complexas para a vida diária, recreação e resultados esportivos. Neste período em que as habilidades de estabilidade, locomoção e manipulação são progressivamente refinadas, combinadas e reelaboradas. Está subdividida em 3 estágios, sendo eles de transição, aplicação e utilização ao longo da vida.

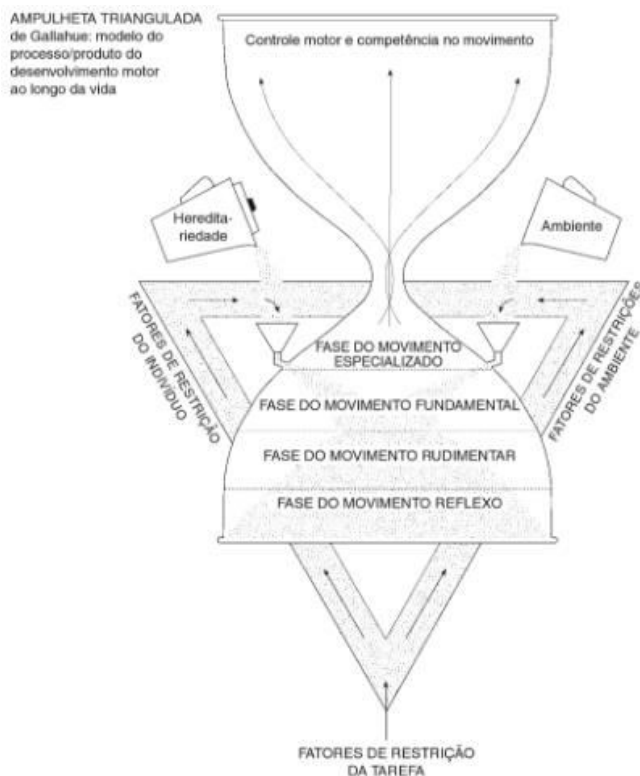
Estágio de transição (7 a 10 anos): neste estágio o indivíduo começa a combinar movimentos e habilidades motoras para executar em habilidades especiais em ambientes jogos e brincadeiras.

Estágio de aplicação (11 a 13 anos): diante deste estágio há um aumento na sofisticação cognitiva e da tomada de decisão.

Estágio de utilização ao longo da vida (14 anos ou mais): este estágio é considerado como ápice do processo do desenvolvimento motor e é caracterizado pelo uso do repertório adquirido ao longo da vida.

No desenvolvimento motor dizem ainda sobre os fatores que podem vir a influenciar que neste caso seriam fatores de hereditariedade e ambiente, encontrados em uma ampulheta de cabeça para baixo (Figura 2), em que os fatores hereditários você já traz consigo fator que não podem ser mudados, já os de ambiente pode ser adquirido, em que bebês, adultos, adolescentes ou adultos se tiverem um estímulo maior promoverá um maior aprendizado e habilidades.

Figura 2 - Ampulheta Triangulada



Fonte: Gallahue (2013)

3.2 HABILIDADES MOTORAS E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Ao falarmos em habilidades motoras, logo vem à mente (correr, pular, saltar, arremessar e etc.), não que este primeiro pensar esteja errado, mas as habilidades motoras perpassam isso, tendo várias classificações. Assim vejamos as concepções sobre as habilidades motoras:

Existem pelo menos duas formas de conceituar o termo habilidade motora. Primeiro você pode pensar a habilidade motora como uma tarefa, tal como dar uma cortada no voleibol, jogar sinuca ou destrinchar um peru. Vista assim, as habilidades motoras podem ser classificadas com base em uma variedade de dimensões ou de acordo com características proeminentes. A segunda forma de conceituar a habilidade motora é em termos da proficiência que a pessoa demonstra quando está executando um movimento, tal como Michel Jordan fazendo um arremesso no basquetebol (SCHMIDT; WRISBERG, 2008, p. 26).

Este primeiro autor classifica as habilidades de duas maneiras. No caso ele caracterizou as primeiras como características que se sobressai no indivíduo; a segunda é habilidade motora que o indivíduo já tem conhecimento e tem certo domínio.

Segundo Magill (2000), quando uma pessoa corre, caminha com uma perna artificial, lança uma bola, atinge uma bola de tênis, toca piano, dança, ou trabalha num torno, a pessoa esta utilizando uma ou mais habilidade humanas chamadas de habilidades motoras. Ainda conceitua habilidade motora como habilidade que exige movimentos voluntários do corpo e/ou dos membros para atingir o objetivo.

Para Magill (2000), Schmidt e Wrisberg (2010), as habilidades motoras são divididas em:

- Habilidades Motoras Grossas
- Habilidades Motoras finas
- Habilidade motora discreta
- Habilidade motora seriada ou serial
- Habilidades motora contínua
- Habilidade motora aberta
- Habilidade motora fechada

Habilidades motoras grossas (grifo nosso), em que as pessoas precisam utilizar das musculaturas grandes. **Habilidades motoras finas** que necessitam de pequenos grupos musculares. **Habilidade motora discreta**, tem um início e fim bem definido. **Habilidade motora seriada ou serial**, é quando a pessoa consegue ordenar um sequência de movimentos. **Habilidade motora contínua**, é constituída por movimentos repetitivos, guiar um carro seria um bom exemplo. **Habilidade motora aberta**, são habilidades que são variáveis e

imprescindíveis durante o desempenho. **Habilidade motora fechada**, é quando o ambiente é estável e não muda. E tem mais uma habilidade, em que Schmidt e Wrisberg (2010, p. 29) classifica como “**habilidade cognitiva**, que enfatiza, principalmente, o saber o que fazer, enquanto uma habilidade motora enfatiza, principalmente, o fazer efetivamente”.

Cabe citar aqui novamente Segundo Gallahue; Ozmun e Goodway (2013), a fase do movimento fundamental, que se inicia a partir dos 2 anos, em que os bebês já tem um domínio no movimento rudimentar. Nesta perspectiva, os padrões básicos do comportamento são os movimentos observáveis, sendo:

- Movimento de estabilidade.
- Movimento de locomoção.
- Movimento de manipulação.

Os movimentos de estabilidade aborda qualquer movimento que aconteça como fator de ganho ou manutenção do equilíbrio da pessoa em relação à força de gravidade. Locomoção, retrata os movimentos que envolvem mudanças na localização do corpo em reação a um ponto fixo na superfície. Manipulação, trata-se tanto da manipulação motora ampla quanto a fina. A manipulação motora ampla envolve conferir forças a, ou receber força de objetos. As tarefas de lançar, pegar chutar etc. A manipulação motora fina envolve o uso intrincado dos músculos da mão e do punho, como costurar, cortar, digitar.

Estes movimentos são movimentos considerados básicos, mas que fazem toda a diferença, que se não ser bem desenvolvidos nas series iniciais, a criança poderá levar consigo dificuldades para a vida toda, por algo simples que todos já fazem, mas que precisa ter um olhar mais crítico e atencioso, para que não se queimem etapas e prejudique o desenvolvimento motor da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos então que o desenvolvimento motor é algo muito intrigante, sendo que com o passar dos anos vamos adquirindo movimentos e gestos sem mesmos nunca termos feito antes, somos seres muito observadores. Passamos por todas as fases e estágios da ampolheta de mero reflexo inocente para uma habilidade especializada, adquiridos ao longo da vida.

O profissional de Educação Física é a pessoa que esta muito ligada ao

desenvolvimento de cada um, é ali na fase inicial escolar que ele deve ter uma atenção maior para não queimar etapa, e sempre respeitando as fases de desenvolvimento de cada um, para que com o passar dos anos a criança não seja prejudicada. O desenvolvimento motor não é apenas maturação do sistema nervoso, mas da biologia do ambiente. Por exemplo, se uma pessoa não tiver estímulo em casa e nem na escola, provavelmente demorará mais que o comum, então o fator meio ambiente interfere bastante no desenvolvimento.

E é dentro desta concepção do desenvolvimento motor, voltado para o handebol que notaremos, se este profissional poderá ou não colaborar no desenvolvimento motor dos alunos praticantes e não praticantes, pois ali no ambiente de treinamento ele estará recebendo novos estímulos proporcionados pelo esporte de acordo com seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

FLAVELL, John H. **A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.

ISAYAMA, Hélber F.; GALLARDO, Jorge S. P. Desenvolvimento motor: análise dos estudos brasileiros sobre habilidades motoras fundamentais. **Revista da Educação Física/UEM**, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3855>. Acesso em: 05 abr. 2017.

GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, David L; Jhon C; Jacqueline D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Porto Alegre: Amgh editora. 2013.

MAGILL, Richard A. **Aprendizagem motora: conceitos e aplicações**. São Paulo: Edgard blucher, 2000.

MARQUES, Taillon S. *et al.* Desenvolvimento motor: padrões motores fundamentais de movimento em crianças de 4 e 5 anos de idade. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v.18, n. 186, nov. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd186/padroes-motores-fundamentais-de-movimento.html>. Acesso em: 05 abr. 2017.

ROSSI, Francieli S. Considerações sobre a psicomotricidade na educação infantil. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**, Minas Gerais, v.1, n.1, 05/2012. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-Psicomotricidade-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SCHMIDT; WRISBERG, Richard A; Craing A. **Aprendizagem e performance motora**.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Porto Alegre: Artmed, 2013.

UNESCO, Fundação Vale. **Aprendizagem motora**, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002249/224990POR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autor 1: Roseli Bitencourt Proença¹
Autor 2: Deyvid Tenner de Souza Rizzo²

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

A prática esportiva como instrumento educacional visa o desenvolvimento integral das crianças capacita a criança a lidar com suas necessidades, desejos e expectativas. Além de estimular seu desenvolvimento intelectual, pois nesta fase é fundamental estimular a prática do esporte ou atividade física que resultarão e uma vida adulta com mais qualidade, promove o desenvolvimento básico, e também melhora auto- confiança. Inserir estas crianças no esporte de maneira saudável na educação infantil, onde ela irá desenvolver valores de cooperação e respeito as diferenças, conseguira conviver com suas conquistas e frustrações, conhecendo seus limites e potencialidades. Os benefícios inúmeros entre eles contra algumas doenças cardiovasculares, mas acima de tudo proporciona uma infância mais ativa, saudável e alegre contribuindo assim para o desenvolvimento integral da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Educação Infantil; Esporte Educação.

INTRODUÇÃO

A importância do Esporte na Educação Infantil pela possibilidade de proporcionar às crianças uma diversidade de experiências através de situações nas quais elas possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações. Além disso, é um espaço para que, através de situações de experiências com o corpo, com materiais e de interação social – as crianças descubram os próprios limites, enfrentem desafios, conheçam e valorizem o próprio corpo, relacionem-se com outras pessoas, percebam a origem do movimento, expressem sentimentos, utilizando a linguagem corporal, localizem-se no espaço, entre outras situações voltadas ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e afetivas, numa atuação consciente e crítica. Dessa forma, essa área do conhecimento poderá contribuir para a efetivação de um programa de Educação Infantil, comprometido com os processos de desenvolvimento da criança e com a formação de sujeitos emancipados. Para isso, entendemos que o ensino não pode ser concebido como uma mera aplicação de normas, técnicas e receitas pré-estabelecidas, mas como um espaço de vivências

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física das Faculdades MAGSUL.

² Doutorando em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD). Professor do Curso de Educação Física das Faculdades MAGSUL.

compartilhadas, de busca de significados de produção de conhecimento e de experiências na nação.

Dentro do esporte lazer, o jogo é valorizado e destacado por sua infinita forma de variações e adaptações, que favorecem as crianças a participar independente de sua aptidão física, habilidade, sexo, idade, raça e cultura. A esporte participação respeita as particularidades e limitações de cada criança, democratizando a prática esportiva.

DESENVOLVIMENTO

A importância do esporte na Educação Infantil é uma forma de organizar a atividade física, que possui regras e benefícios específicos ao desenvolvimento da criança, os benefícios que o esporte traz na infância enquanto atividade física organizada, é importante não apenas para o desenvolvimento físico e motor, mas também o desenvolvimento social da criança. E com enfoque da utilização do esporte no ambiente formal de ensino, ou seja, na escola que temos o intuito de direcionar os nossos estudos, pois o esporte está presente na vida dos indivíduos, nada mais significativo ele estar inserido na escola, mas especificamente na disciplina de Educação Física. Assim a sua presença na escola tem como objetivo a formação do cidadão para a atuação direta na sociedade em que pertence.

Acredito que o esporte deva estar presente na Educação Física escolar, pois este fenômeno está culturalmente enraizado em nossa sociedade, portanto, necessita de uma atenção especial para que possamos oferecer aos alunos condições de entendê-lo e refletir sobre suas variadas possibilidades, pois da mesma forma que os acontecimentos da sociedade exercem influência na escola, reciprocamente a escola também possui a propriedade de intervir nesta sociedade.

O ensino do esporte na escola está amparado legalmente em vários documentos, cujos teores apresentam algumas diferenças dependendo do nível governamental (federal, estadual, e também municipal) em que se realiza. Neste momento não cabe apresenta e discutir sobre todos eles.

É com enfoque da utilização do esporte no ambiente formal de ensino, ou seja, a escola, como se referem Paes (2001) e Tubino (1999) que temos o intuito de direcionar os nossos estudos, pois se o esporte está presente na vida dos indivíduos, nada mais significativo ele estar inserido na escola, mais especificamente na disciplina Educação Física. Assim, a sua

presença na escola tem como objetivo a formação do cidadão para atuação direta na sociedade em que pertence.

O esporte apresenta várias possibilidades de manifestação, sendo que para este estudo, estaremos direcionando o nosso olhar para a utilização do esporte na escola. Temos o objetivo de refletir sobre o esporte nas aulas de Educação Física escolar, analisando historicamente a sua inserção, bem como a forma de aplicação no ambiente formal de ensino. Faremos uso da técnica da pesquisa bibliográfica, procurando discutir a importância de uma Educação direcionada para a cidadania e sinalizando para a necessidade de uma Educação Física escolar voltada para a possibilidade de todos terem acesso ao conteúdo esporte, sem restrições de condições físicas ou níveis de habilidades motoras, respeitando as diferenças entre os alunos. Elegendo a cultura corporal de movimento como referência para a Educação Física escolar, procuramos garantir o acesso a essa cultura, propiciando ao aluno condições de conhecê-la, reproduzi-la, reconstruí-la e transformá-la.

Uma escola que assume por missão consolidar a capacidade e a vontade dos indivíduos de serem atores e ensinar a cada um a reconhecer no outro a mesma liberdade que em si mesmo, o mesmo direito à individualização e à defesa de interesses sociais e valores culturais, é uma escola de democracia (TOURAINÉ, 1998, p. 339).

A Educação Física na Educação Infantil também pode se ocupar dos grandes temas das práticas corporais, entre eles, o esporte, no sentido de apresentar esse mundo às crianças, oportunizando o diálogo com as variadas formas de expressão corporal presentes na sociedade, tematizando com elas novas formas de relação com os objetos culturais que contam a história. A aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde que a criança passa a ter contato com o mundo, na interação com o meio social e físico a criança passa a se desenvolver de forma mais abrangente e eficiente. Isso significa que a partir do desenvolvimento com seu meio social são desencadeados diversos processos internos que permitiram um novo patamar de desenvolvimento. A criança por meio da observação, imitação e experimentação das instruções recebidas de pessoas mais experientes, vivencia diversas experiências físicas e culturais, construindo dessa forma um conhecimento a respeito do mundo que a cerca.

A partir de suas regras e condições as crianças conseguem compreender formas de relacionarem-se com os outros. Alguns autores defendem que a prática esportiva

infantil é capaz de prevenir muitos adoecimentos futuros, como o estresse, problemas respiratórios, cardíacos, de coluna e vários outros. Isso por que, a partir desta prática de esportes as crianças desenvolvem força óssea e muscular, além de melhorarem o desenvolvimento físico.

Outro aspecto importante é a variedade de como a criança tem energia e curiosidade, é importante explorar mais de um esporte, não apenas para que ela tenha contato com diferentes regras e organizações de atividade física, mas para proteger o corpo de repetições que possam ser prejudiciais ao desenvolvimento motor.

Faz parte da natureza da criança, a curiosidade de aprender. Uma criança que ao procurar a escola de esporte na maioria das vezes revela seu interesse em aprender a fazer cestas, gols, saques etc. Portanto, os aspectos técnicos, táticos e físicos da pedagogia do esporte tornaram-se o foco do processo de iniciação esportiva. Entretanto, o profissional não deverá limitar a prática do esporte somente a questões da metodologia; é preciso considerar a possibilidade educacional do esporte.

A opinião dos adultos sobre a prática esportiva de crianças e de adolescentes é unânime, ou seja, os pais não se opõem a que seus filhos pratiquem esporte. Além disso, devido à valorização da atividade física para a qualidade de vida, a tendência em considerar a prática esportiva tão importante quanto as atividades intelectuais tem crescido bastante nos últimos anos. Pois os pais consideram a prática de esportes benéfica para a saúde de seus filhos e favorável ao rendimento escolar.

Deve-se se destacar também a importância do papel da família no desenvolvimento da relação da criança no esporte, é sempre bom lembrar que não há benefícios nas exigências e cobranças exageradas dos pais em relação ao rendimento, a forma de como as crianças vão se relacionar com a pratica esportiva em muito depende da forma de como seus pais o fazem. É bastante complicado para uma criança entender porque ela tem que se exercitar, se os pais não gostam de fazer exercício, porém essa prática de sedentarismo está cada dia menor, pois nas ruas, parques, clube e academias há pessoas fazendo ou praticando algum tipo de exercício ou esporte. Que automaticamente estimula a criança a vivenciar esta experiência. O esporte ajuda muito, e é muito importante na Educação Infantil por amenizarem com alguns problemas onde as crianças tem dificuldade de relacionar-se umas com as outras, e também a descobrir o corpo. Deve-se ser introduzido na vida da criança de uma forma gradual, para que ela se dê

por satisfeita de uma maneira lúdica.

O esporte tratado e privilegiado na escola pode ser aquele que atribui um significado menos central ao rendimento máximo e a competição, e procura permitir aos educandos vivenciar também formas de práticas esportiva que privilegiem antes o rendimento possível e a cooperação.

A negação do esporte não vai no sentido de aboli-lo, fazê-lo desaparecer ou então negá-lo como conteúdo das aulas de E.F. Ao contrário se pretendemos modifica-lo é preciso exatamente o oposto, é preciso tratá-lo pedagogicamente. (BRACHT, 2000, p. 19).

A importância do esporte na Educação Infantil pode configurar-se como um espaço em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo, movimento aprendendo assim esta nova linguagem, brincar com essa linguagem corporal significa criar situações nas quais as crianças entre em contato com diferentes manifestações da cultura corporal, tanto elas relacionadas aos jogos.

O fato de o esporte apresentar características muito ricas a serem exploradas pelos profissionais da área de Educação Física escolar. Não podemos mais ficar restritos apenas a transmitir aos alunos o saber fazer determinados movimentos, e ainda assim privilegiando os que apresentam certas facilidades, mas sim oferecer condições que todos, independente das diferenças, possam ser possibilitados de aprender e também dar-se em conta de como e importante o conteúdo esporte na educação infantil, nas aulas de Educação Física, sob o aspecto da abordagem em saber o que está sendo desenvolvido através da dimensão conceitual, aprender a saber fazer pela dimensão procedimental, refletir e agir sobre como se deve ser com a dimensão atitudinal.

Apresenta-se de forma essencial que o profissional de Educação Física quando estiver trabalhando com o conteúdo esporte, propicie aos alunos condições de vivenciá-lo, não descartando a importância do aprender a realizar movimentos e gestos característicos das modalidades esportivas, porém ele não deve se restringir apenas a saber fazer.

É importante que o esporte receba também uma atenção especial quanto aos seus procedimentos conceituais, abrangendo origem, evolução, alterações para assumirem determinados comportamentos perante a sociedade, como os de participação, cooperação, comprometimento, responsabilidade, respeito, honestidade.

[...] partindo do princípio de que é desejável que todos os jovens tenham oportunidades iguais para se familiarizarem com uma série de aspectos da cultura motora no seio da qual crescem, parece óbvio que a escola tem de desempenhar um papel central no processo de socialização do movimento (CRUM, 1993, p. 143).

Evidencia-se que o esporte é um forte integrante cultural de nossa sociedade, e a partir do momento que foi inserido na escola, sempre teve grande influência na Educação Física Escolar, inclusive sendo inúmeras vezes praticamente o único conteúdo ministrado nesta disciplina, entendendo o esporte deve sim estar presente na escola, essencialmente na disciplina Educação Física pois é um conhecimento próprio desta área, porém devemos fazer dele um meio para a formação de alunos na fase infantil que onde esta desenvolvendo seu caractere é que deve ter como eixo norteador uma pedagogia para a cidadania.

Touraine (1998) com isso propõe a passagem de uma escola da sociedade, escola do sujeito, onde não haverá o intuito exclusivo de socialização do aluno, preparando para uma sociedade hierarquizada, mas sim, para uma educação que terá como foco principal o indivíduo. Para tanto, a escola passa a ser também a escola da comunicação, tornando-se imprescindível um maior grau de relacionamento entre alunos, professores, alunos-professores, alunos-professores-demaís funcionários da instituição, buscando uma melhora nas relações afetivas. Para o autor, a escola da comunicação não se caracteriza pela simples transmissão das mensagens como na escola da sociedade, mas sim na possibilidade de haver uma proximidade entre os seus integrantes, favorecendo trocas de conhecimentos e experiências, fato que só ocorrerá com uma proposta educacional que propicie o inter-relacionamento.

Valorizando a importância da escola do sujeito e da necessidade de um maior contato com a diversidade cultural, possibilitando o crescimento do aluno através das diferenças e essencialmente ao respeito por essas diferenças, o autor atinge a ideia de escola democratizante, segundo suas palavras:

Uma escola que assume por missão consolidar a capacidade e a vontade dos indivíduos de serem atores e ensinar a cada um a reconhecer no outro a mesma liberdade que em si mesmo, o mesmo direito à individualização e à defesa de interesses sociais e valores culturais, é uma escola de democracia (TOURAINÉ 1998, p. 339).

Acredito que a chamada escola democrática, antes de tudo, irá respeitar a

individualidade de cada sujeito e propiciará uma educação com maior abrangência e qualidade. Concordo com o autor que a escola não deva direcionar os seus objetivos apenas para a preparação ao mercado de trabalho e conseqüentemente inserção do indivíduo em uma sociedade hierarquizada. Cabe à escola uma função muito mais humanizadora, tendo, portanto, como ponto central o ser humano.

O que procuro enfatizar é o fato do esporte apresentar características muito ricas a serem exploradas pelos profissionais da área de Educação Física escolar. Não podemos mais ficar restritos apenas a transmitir aos alunos o saber fazer determinados movimentos, e ainda assim privilegiando os que apresentam certas facilidades, mas sim oferecer condições que todos, independente das diferenças, possam ser possibilitados de aprender o conteúdo esporte nas aulas de Educação Física, sob o aspecto da abordagem em saber o que está sendo desenvolvido.

E normal que as crianças gostem de alguma atividade relacionada a jogos, tecnologia, televisão, mas tão importante que os professores incentivem, os pais são os primeiros e os grandes incentivadores a esta pratica esportiva desde a infância. O esporte é essencial na vida de todas as crianças pois auxiliam no desenvolvimento motor. Além de terem papel importante no desenvolvimento da coordenação motora, esses são elementos fundamentais já que promovem o contato constante.

Ajuda também nos conceitos de cidadania como: afeto, sociabilidade, facilidade de cognição, cultura e aspectos biológicos, pois crianças que praticam esporte são mais sociáveis, educadas, e o esporte na educação infantil proporciona um sentido de cooperação, entre inúmeras outras vantagens o que reflete em uma melhor qualidade de vida, tanto para a criança quanto para os pais.

Estamos em busca de uma nova referência para a Educação Física escolar, pois procuramos formar o aluno que tenha condições de conquistar a sua autonomia, que possa ter realmente uma participação efetiva na sociedade que está inserido, mas de uma forma que não direcione os objetivos exclusivamente para si, e sim procure refletir e agir para uma melhora do coletivo, para tanto há necessidade que o aluno durante as aulas, deixe de ser um receptor de conteúdos, para ser também, um dos construtores do seu processo educacional.

O ensino do Esporte na Educação Infantil, proporcionará diversas vivências que valorizem o aluno estimulando a reflexão crítica e a utilização do corpo como instrumento de

interpretação do mundo. Para isso, o ensino da Educação Física juntamente com a importância do esporte na educação infantil, oferecerá a organização de um ambiente que possibilite desenvolver as capacidades de: Conhecer e utilizar o corpo em movimento no tempo e no espaço, dominar os movimentos básicos do corpo, ampliar o repertório motor na combinação de movimentos e habilidades, dominar os movimentos básicos do corpo,

Ampliar o repertório motor na combinação de movimentos e habilidades,

- Identificar e utilizar as atividades ludo-pedagógico do cotidiano escolar na organização do lazer;
- Repudiar a violência, evidenciando o respeito mutuo, a ética, a dignidade e a solidariedade;
- Incorporar as manifestações corporais das diversas culturas ao acervo lúdico;
- Demonstrar autonomia na legislação da regra dos jogos;
- Entender a diversidade cultural e conviver com ela na organização e execução das práticas corporais;
- Compreender a importância da atividade física e do esporte para a saúde, relacionando-a com os fatores socioculturais;
- Adquirir habilidades esportivas, reconhecendo a importância do gesto motor, despertando o prazer pelo esporte;

Devemos valorizar o conhecimento do conteúdo, construindo uma análise no esporte em geral, conhecendo suas modalidades, códigos, regras, instalações e aparelhos aprendendo e debatendo com esportistas e professores de determinadas modalidades conforme formos trabalhando. Acredito que no ambiente pedagógico devemos tentar mostrar aos alunos atividades espontâneas com materiais que devem facilitar a atividade, desencadeando problemas para que eles resolvam, mudando os métodos quando esses mudam as formas de pensar, citando exemplos e atividades alternativas, ensinando-lhes a observar os fatos. Em geral, essas ações contribuem muito mais do que atrapalham na compreensão do que venha a ser esporte.

Tendo em vista as diversas possibilidades de adaptação, os alunos devem compreender através da vivência e também da construção e desconstrução das regras, que o esporte

caracteriza-se como um campo de ação aberto, e a atribuição de sentidos e significados pode ser orientada a adjetivos tais como a satisfação de um prazer intrínseco, uma atividade com fins sociais, uma vivência á aquisição e manutenção da saúde, entre outras possibilidades, assim podemos concordar com Cagigal (1981), quando ele aponta que o esporte é extremamente importante, onde em nossa sociedade cada vez menos pessoas se exercitam apresentando alto índice mortalidade em doenças cardiovasculares.

Na educação através do esporte desenvolvem-se habilidades, sendo estas essenciais para a obtenção de novos conhecimentos. O desenvolvimento de novas competências faz com que as crianças e jovens aprendam a conviver em um meio social de diferenças, tanto culturais como de classes, preparando-as para enfrentar as dificuldades sociais, as conquistas, enfim preparando-as para a vida. As habilidades desenvolvidas através do esporte partem desde as dimensões físicas, cognitivas, sociais, emocionais, éticas, morais e espirituais. O potencial educativo encontrado nas atividades esportivas é mobilizado para desenvolver e formar pessoas capazes de agir com base em princípios éticos e de forma cada vez mais autônoma e transformadora, tanto a nível pessoal como no nível coletivo.

A idade escolar é uma das fases de maior transformação na criança, seja física, cognitiva e social. Assim os projetos se destacam no desenvolvimento dessas crianças porque toda e qualquer experiência adquirida nesta fase da vida constitui uma base para outras etapas. Nessa direção, Vygotsky (1994) aponta que

desde o nascimento da criança, o aprendizado está relacionado ao desenvolvimento e é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. Existe um percurso de desenvolvimento do organismo individual, pertencente à espécie humana, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreria (p. 56).

Educação Infantil e, em seu interior, a Educação Física, preocupa-se com a organização de um currículo que contemple um cotidiano da escola infantil, apontando para a concretização de alguns objetivos importantes. Entre esses objetivos, destaca-se a necessidade de ampliar os conhecimentos da criança, proporcionando-lhe os instrumentos para que ela possa apropriar-se, criticamente, de cultura sistematizada pela humanidade.

O desenvolvimento do esporte na Educação Física na Educação Infantil determina para o professor, talvez, um desequilíbrio, uma quebra na sua acomodação, em relação as suas crenças e concepções sobre a Educação Física, exige objetivar nas suas aulas o desenvolvimento de práticas desportivas, uma perspectiva diferenciada na maneira de trabalhar com o movimento.

Depara-se com uma nova realidade, com um novo desafio, com uma turma de crianças com outras vivências corporais, com diferenciadas necessidades para o seu desenvolvimento psicomotor. Enquanto professores de Educação Física, competentes e comprometidos, devemos conhecer essas novas “condições”, assim, trabalhar com o esporte na Educação Infantil proporciona aos professores a oportunidade ideal para que possamos exercer o papel de educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que ao falar de Esporte na Educação Física na Educação Infantil, onde há num campo de discussões, de debates e reflexões, que ainda é marcado pela escassez de produções teóricas, de pesquisas e de estudos que contribuam para a legitimação da aula e do professor de Educação Física neste nível da educação básica, através de propostas de ensino consistentes. Exemplo disso é o fato de observar, e não raras vezes, a falta de professores de Educação Física para trabalhar na Educação Infantil em muitas de nossas escolas, destituindo todo o potencial de aprendizagem que pode ser desenvolvido na criança através da compreensão de sua cultura de movimento e reduzindo as ações de movimento a um simples fazer, destituído de sentidos, significados e intencionalidades.

Assim, entendendo que a criança tem como característica principal a intensidade de movimentos, compreendo como de fundamental importância tratar das especificidades do campo do conhecimento da Educação Física desde a primeira infância. Para isso, as reflexões suscitadas até aqui se encaminham no sentido de se elaborar um concepção didático-metodológica para ser desenvolvida na Educação Infantil que respeite a criança em seu desenvolvimento, trabalhando os aspectos cognitivos, sociais, afetivos e motores de forma integrada na busca de desenvolver o olhar crítico da criança para as relações sociais da sociedade em que está inserida, partindo da compreensão do seu mundo vivido.

REFERÊNCIAS

BASEI, A. P. *Educação Física e Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança*. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 47/3. outubro/2008. p. 1-12.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Revista Movimento*, v. 06, n. 12, p. 14-24, Porto Alegre, 2000.

CAGIGAL, J. M. *Oh Desporte (Anatomia de un Gigante)*. Spain: Editorial Mihón. 1981. (Collección KINÉ de Educación y Ciência Desportiva).

CRUM, B. A crise de identidade da Educação Física. Ensinar ou não ser, eis a questão. *Boletim SPEF*, n. 7/8, p. 133-148, 1993.

PAES, R. R. *Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental*. Canoas: Ed ULBRA, 2001.

TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes: tradução Jaime A. Clasen e Ephrim F. Alves*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TUBINO, M. J. G. *O que é esporte*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fortes, 1987.

“BOLA ROLANDO E O MUNDO SE ENCANTANDO”: O ESPORTE COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1968-1984)¹

Autor 1: Silvano Ferreira de Araújo²

Eixo Temático: Prática Pedagógica e Educação Física Escolar

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar como a Educação Física estava situada nas escolas brasileiras durante o período militar. O recorte temporal de 1968-1984 refere-se ao período de circulação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD), a qual tomamos como fonte para a pesquisa por apresentar um conteúdo pedagógico e científico, bem como por ter sido utilizada como uma ferramenta para propagar o ideário político do governo federal daquela época. A metodologia é de caráter documental com a análise de 28 artigos das 53 edições da revista que focalizam a Educação Física Escolar, além de ser fundamentada nas proposições teóricas da Nova História Cultural. A pesquisa justifica-se partindo do princípio de que ao analisar a RBEFD, constatou-se que o discurso produzido pelo governo privilegiava as práticas esportivas em detrimento a outros fatores educacionais que podem ser favorecidos pela Educação Física, reforçando, assim, a dicotomia teoria-prática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física Escolar. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Esportes.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar ocorrida no período de 1964 a 1985, o esporte foi o conteúdo priorizado nas aulas de Educação Física das escolas brasileiras. Um dos principais objetivos pretendidos pelo governo era fazer com que a Educação Física se tornasse um suporte para propagação de suas políticas no âmbito escolar, principalmente pela participação dos professores na formação de atletas para que futuramente se apresentassem ao mundo e promoveria o país no cenário internacional por meio do êxito em competições de alto nível.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como escopo demonstrar como ocorreu o processo do ensino da Educação Física no contexto escolar durante o período no qual os militares estiveram no comando do governo brasileiro, período que abrange o recorte

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES) da UFGD. Professor do Curso de Educação Física das Faculdades Magsul (FAMAG). E-mail: saraujo@live.com

temporal desta pesquisa – a 1968 a 1984 –, quando circulou a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD).

A presente pesquisa foi realizada por meio de análise documental, de caráter histórico, onde se utilizou como fonte a RBEFD, por contemplar um conteúdo pedagógico e científico, e por ter sido utilizada como um instrumento para difundir o pensamento político do governo por meio do ensino da Educação Física.

Esta pesquisa apoia-se nas perspectivas apresentadas por autores que também adotam impressos pedagógicos como fonte de pesquisa, como é o caso da professora Maurilane de Souza Biccás (2008), que em sua obra *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)* analisa o uso desse dispositivo dirigido aos professores mineiros, bem como suas condições de produção e de utilização, demonstrando a importância do impresso “[...] não só pelo seu longo ciclo de vida [1925-1975], mas pelo papel significativo no processo de formação de professores e de conformação do campo educacional mineiro” (BICCAS, 2006, p. 15); e pelo professor Mauro Tarcísio Vago (2006), que adota o mesmo objeto de pesquisa de Biccás (2006), porém com um recorte temporal reduzido e direcionado à Educação Física enquanto disciplina escolar.

Ressalta-se que ao tomar a RBEFD como fonte de pesquisa, enveredou-se na dimensão da Nova História Cultural, avançando, por caminhos delineados pela linha de pesquisa da História da Educação, que vem adotando cada vez mais os impressos pedagógicos como meio para compreensão do campo educacional.

A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

No campo da Educação Física, cada vez mais os impressos pedagógicos vêm sendo utilizados com mais intensidade para a constituição histórica da disciplina. Ao realizar uma análise da produção atual sobre a História da Educação Física, Ferreira Neto (2006, p. 776) observa que “a variabilidade no uso de fontes tem se ampliado na última década. É claro que junto caminham novos objetos e abordagens, notadamente com base nas diferentes leituras que a história cultural possibilita”.

Esse autor enfatiza, ainda, que a imprensa pedagógica relacionada à Educação Física perdeu seu espaço para a mídia esportiva presente nas editoras da grande mídia impressa, da televisão e da internet devido aos interesses financeiros agregados às competições esportivas

de alto nível.

Mesmo com essa transformação que faz com que a imprensa pedagógica perca seu espaço para a mídia esportiva devido aos interesses financeiros agregados a prática de esportes e disseminado por meio da mídia por seu interesse comercial, há que se considerar os desafios conferidos à imprensa pedagógica por seus conteúdos, sejam artigos, textos, entrevistas ou depoimentos, levando em conta seu cunho científico com um caráter específico que merece destaque.

É oportuno destacar que os impressos pedagógicos, devido às suas especificidades, formam uma valiosa fonte para a historiografia da Educação brasileira, assim, a utilização da RBEFD como fonte encontra-se neste campo, que define os impressos pedagógicos como base para as pesquisas relacionadas à História da Educação, bem como da História da Educação Física.

A utilização dos impressos pedagógicos, como é o caso da RBEFD, com um direcionamento de caráter pedagógico-escolar têm um acentuado interesse por parte dos pesquisadores, pois expõe várias características do modo como ocorreram os processos educativos, a difusão de ideologias, além de ter um valor significativo para o desenvolvimento da História da Educação, permitindo ao historiador a análise do discurso produzido e como era procedida a apropriação por parte do público que esses veículos visavam alcançar.

Em linhas gerais, pode-se dizer que ao adotar a RBEFD como fonte de pesquisa, é possível compreender uma parte da história que Educação Física teve no Brasil, principalmente, no que diz respeito a sua legitimação como disciplina escolar e a sua importância no campo educacional. Como registram Catani e Sousa (1999, p. 242), a utilização de impresso periódico pedagógico pode ocorrer, ainda, numa perspectiva que contribui para ampliar a compreensão da vida escolar, dos seus hábitos, das ações dos professores e das práticas pedagógicas.

Os impressos pedagógicos podem ser considerados como a unidade mínima da cultura e todo trabalho investigativo prima pelo levantamento dos elementos básicos, com o intuito de averiguar como esse vem sendo e/ou foi conduzido. No entanto, o pesquisador deve estar ciente das dificuldades que poderá encontrar para localizar suas fontes ou objetos, principalmente pelo espaço perdido, como vimos na afirmação de Ferreira Neto (2006).

O difícil acesso às fontes de pesquisa, bem como a sua má conservação, torna-se uma

problemática tanto para a História da Educação. Para contornar essa limitação, Catani e Sousa (2001, p. 241) defendem a importância da produção de “pesquisas-instrumentos que gerem catálogos, bancos de dados, repertórios etc., adquire relevância especial ao evitar a duplicação de investimentos dos estudiosos e potencializar o uso de materiais já trabalhados”. Nesse sentido, a preservação de fontes impressas tem uma importância muito grande, ao passo que esses acervos oferecem elementos para estudos e abordagens nos procedimentos de elaboração da história do processo de sistematização da educação nas instituições brasileiras.

Melo (1999) adverte que independentemente do tipo, a fonte como forma de ampliar o espectro de estudo da História da Educação Física e do Esporte no Brasil deve ser descoberta, catalogada e divulgada devido à sua importância para os estudos históricos e no desenvolvimento de nosso “movimento” historiográfico, fato que merece atenção devido à escassez de referências durante as buscas dos arquivos necessários aos encaminhamentos da investigação, o que nos fez reconhecer o quanto é importante a preservação destas fontes.

Portanto, a utilização da RBEFD como fonte permite compreender sua importante contribuição para a reorganização das práticas da Educação Física para sua afirmação enquanto disciplina escolar.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DURANTE O GOVERNO MILITAR

A história da RBEFD inicia-se em 1941, como *Boletim de Educação Física*, chancelado pela Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde Pública, veiculando a política e ações governamentais na área, e deixando de circular em 1958.

Em 1968, durante o Governo Militar, a RBEFD ressurgiu como *Boletim Técnico Informativo* (BTI), nomenclatura que perdura até a edição de número 8, em 1969. Em 1970, passa a ser adotado o nome de *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, tendo sido publicados sob esta denominação, as edições de números 9 (1970) e 10 (1971). De 1972 até o ano de 1974, da edição 11 a 24, a nomenclatura foi novamente modificada, passando a se chamar *Revista Brasileira de Educação Física*, para que finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, de número 25 a 53, a denominação passa a ser *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.

Das edições de número 1 a 9, a distribuição foi gratuita, mas devido às dificuldades encontradas para que assim continuasse e tivesse uma distribuição efetiva, o que não ocorria

pela demora e a elevada taxa de extravio, o periódico passou a ser distribuído aos professores interessados por meio de assinatura.

Mesmo com a nova denominação Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, a partir do n. 9, em seu Editorial, Ferreira (1970, p 4-5) ainda se referia ao impresso como Boletim. A respeito de sua distribuição o editor aponta que “a distribuição gratuita do material [...] não surtiu os efeitos desejados por insuficiência de meios locais ou por critérios arbitrários, fora do controle da DEF”, os “atrasos nos pagamentos de verbas orçamentárias desarticularam a frequência do Boletim Técnico Informativo” e ainda que diante de “[...] comprovações significativas de desinteresse por parte de assinantes”, a DEF assinou Convênio com a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), em que este órgão ficaria responsável pela preparação gráfica, impressão, distribuição e venda das publicações técnicas e a DEF continuaria responsável pela seleção e revisão da matéria a ser editada. Com esta parceria firmada com a FENAME, o impresso passava a ter ônus para o assinante, contemplando apenas os leitores realmente interessados.

A partir da edição de número 11 (1971), estabeleceu-se o critério de assinatura não gratuita para que a partir da edição 47 (1981) pudesse ser distribuída gratuitamente. Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, aumentando para 5.000 exemplares a partir do número 6 (1969) e saltando para 50.000 exemplares a partir deste número 47 (1981). O último número (53) da RBEFD (1984) saiu com uma tiragem de 100.000 exemplares (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

A RBEFD apresentava um conteúdo eminentemente técnico que privilegiava a prática de esportes, além de mostrar-se como um relevante apelo científico para o desenvolvimento da Educação Física brasileira, porém essa dimensão técnica não se manifestava sem conflitos e tensões que discutia a melhor forma de incluir o esporte entre as atividades de Educação Física, caracterizado pelo confronto de duas tendências distintas, a “pragmática” e a “dogmática”.

A tendência dogmática seria uma preocupação com a formação humana a partir das atividades corporais, e a contribuição da Educação Física para a educação integral dos indivíduos, sendo os defensores da tendência dogmática aqueles que viam o esporte como forjador do caráter e integrador social, um meio de educação e dignificação humana e a pragmática. Segundo Tubino (1975), caracterizava-se por uma abordagem fundamentalmente competitiva da Educação Física, que seria um fim em si mesma, referia-se a uma tendência

mundial de subsumir a Educação Física ao esporte de alto rendimento ou de competição, a única preocupação era a vitória.

A partir de meados da década de 1970, houve a predominância da corrente pragmática, assim, as práticas corporais desenvolvidas nas aulas de Educação Física resumiam-se a práticas de determinadas modalidades esportivas desenvolvidas sob fundamentação técnica, isto é, a partir da repetição do gesto técnico específico de cada modalidade esportiva, fazendo com que as aulas assumissem características de treinamento esportivo (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

A RBEFD teve sua produção caracterizada pelo balizamento da prática docente, constituída por motivações políticas, sociais e econômicas, com concepções educacionais de um período que oferecia um repertório de informações e de orientação.

Dentre as temáticas abordadas nos artigos publicados na RBEFD, no seu período de 1968 a 1984, o tema Esporte, computadas às suas subáreas, Treinamento Desportivo e Aprendizagem Desportiva, era o mais presente, totalizando 34,7% do total dos trabalhos publicados e a Educação Física Escolar, tema principal do nosso trabalho totalizava apenas 6,39% do total de trabalhos publicados na RBEFD (PEREIRA, 1983; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

Nas páginas da RBEFD fica evidente que o discurso produzido pelo Governo Militar privilegiava as práticas esportivas em detrimento a outros fatores educacionais, que podem ser favorecidos pela Educação Física, reforçando a dicotomia teoria-prática, caracterizando, por vezes, a Educação Física como mera atividade, com uma tendência claramente utilitarista, e divulgava a necessidade de um trato científico e uma orientação humanista para essa disciplina no interior da escola, atrelados à noção de um conhecimento a ser abordado por essa disciplina, abrindo um debate entre a prática de uma atividade e a reflexão sobre uma área de conhecimento.

A RBEFD foi concebida com o intuito de capacitar os professores de Educação Física evidenciando a importância das práticas corporais e enaltecer o cunho científico da Educação Física. Para tanto, trouxe em seus conteúdos exemplos de práticas que deveriam ser aplicadas pelos professores em suas aulas, buscando padronizar os procedimentos metodológicos e incentivar a formação de atletas, transformando a escola no espaço de formação do civismo e de força esportiva, o que essencialmente elevaria a qualidade do ensino.

As orientações do regime militar foram investigadas no que diz respeito aos efeitos

positivos das práticas corporais e os esforços despendidos para que os profissionais de Educação Física adotassem os discursos produzidos pelo governo acerca do método pedagógico difundido por meio da RBEFD, pois esperava-se que os professores de Educação Física se apropriassem do impresso, como observado nas diversas campanhas para que houvesse adesão.

Justificada pela ausência de estudos científicos desenvolvidos no Brasil que denotavam a importância da Educação Física, inicialmente foi necessária a participação de autores estrangeiros para publicar seus trabalhos na RBEFD, o que serviria de incentivo para a participação dos professores de Educação Física brasileiros para utilizarem o periódico para divulgação de seus estudos, o que foi enfatizado em diversos momentos por seus editores. Os pesquisadores brasileiros atenderam aos apelos do governo, porém, nota-se que a participação dos estrangeiros perdurou durante toda a trajetória do impresso pedagógico.

As recomendações para o desenvolvimento da Educação Física escolar naquele período em que a aprendizagem se restringia às técnicas esportivas e à incorporação de suas normas, foram responsáveis pela construção de uma pedagogia competitivista que unia a Educação Física ao esporte de rendimento, objetivando a competição e a superação pessoal como valores da sociedade contemporânea.

A apropriação da RBEFD pelos professores é clara, o que era de suma importância para o Governo Militar, pois da forma estabelecida, a Educação Física ganhava representatividade e investimentos, destarte o professor passaria ter um efetivo reconhecimento social e profissional e, em troca desse prestígio prometido pelo governo, os professores de Educação Física tornar-se-iam reprodutores das decisões do governo e os alunos simplesmente receptores da ideologia disseminada.

Atraindo os professores de Educação Física para disseminar as orientações contidas no periódico, esses se tornariam agentes difusores da ideologia e era o meio que o regime utilizaria para, de forma velada, estabelecer e manter o controle social, os valores morais e sociais tidos como os adequados para aquela sociedade. Com estas perspectivas, até mesmo os professores que divulgavam seus trabalhos na RBEFD, assumiram a mesma linha dos trabalhos apresentados pelos editores e militares.

A intenção do Governo Militar em manter o controle social pode ser observado claramente no artigo “Sugestões para um planejamento anual de Educação Física na escola primária”, de autoria da professora Léa Milward (1968), que fazia parte do Conselho Editorial

e funcionária do MEC, publicado no BTI n. 1, no qual eram o amor à Pátria, o respeito à autoridade e a disciplina são fatores que contribuiriam para que a Educação Física fosse um meio para a materialização de um modelo de comportamento social.

Dentre as atividades que Milward (1968) cita no planejamento das atividades propostas podemos notar que os elementos ligados as atividades militares (evoluções, marchas, desfiles) se fazem presente, enfatizando a necessidade de fazer com que o aluno deva saber seu lugar no contexto onde está inserido, destacando o civismo e a valorização da autoridade e a hierarquia, como podemos ver nos objetivos lançados:

AGOSTO

Objetivo - Interessar as crianças que retornam das férias, nas atividades do currículo, favorecendo a aquisição de hábitos e responsabilidade de bom estudante. Valorizar o respeito a autoridade e preparar a criança para compreender seu lugar na Escola e na Sociedade. [...]. Atividades a empregar: Evoluções e marchas [...].

SETEMBRO

Objetivo - Procurar maior desenvolvimento do amor à Pátria, por meio da educação para a Cidadania. [...]. Atividades a empregar: - Jogos – campeonatos. - Marchas, desfiles, concentrações [...].

OUTUBRO

Objetivo - Preparar o respeito à autoridade constituída por meio de torneios e campeonatos interescolares. Proporcionar um entrosamento entre as diversas turmas de alunos, desenvolvendo o verdadeiro espírito esportivo (boa aceitação da vitória ou da derrota). Promover um entretenimento útil e sadio, de acordo com o calendário do mês - Dia da Criança. Meios a empregar: jogos - esporte, danças, dramatizações. - Atividades complementares - teatro, cinema, excursões.

NOVEMBRO

Objetivo – Desenvolver a atividade de acordo com as normas de civismo e dentro da unidade de trabalho de cada turma [...] Meios a empregar: - Evoluções e marchas [...] (MILWARD, 1968, p. 58-59).

No Editorial do BTI n. 7, Ferreira (1968) fala do ideal que o governo procurava atingir, no qual valoriza o sujeito e os valores cívicos, os quais cabiam aos professores de Educação Física propagar: “As autoridades brasileiras têm-se esforçado por criar condições favoráveis à implantação de uma política nacional de Educação Física, Desportiva e Recreativa que atenda às necessidades de valorização do homem brasileiro, agora e no porvir” (FERREIRA, 1968, p. 5).

Ferreira (1968) mostra a necessidade dos professores de Educação Física aderirem a esse modelo patriótico proposto pelo Governo Militar: “Impõe-se que o professor de

Educação Física, somando seus esforços aos nossos, se erga em cultura e profissionalmente, para que não continue marginalizado e dê a contribuição de que é capaz e que nossa Pátria dele espera” (FERREIRA, 1968, p. 7).

Aderindo a esse projeto, os professores sairiam da marginalidade e passariam a contribuir para que a Educação Física atingisse um campo de pesquisa científica, e dessa forma também estariam contribuindo para que os ideais do governo fossem colocados em prática.

Os trabalhos apresentados na RBEFD também buscavam demonstrar os benefícios das atividades físicas para a saúde e significavam um novo momento da Educação Física, que apesar da preocupação com a educação da criança, não deixava de fazer referência ao emprego da técnica e da ciência em favor de um desenvolvimento apresentado como conclusivo.

No início da década de 1980, com a abertura política, o discurso contido na RBEFD passou a apresentar uma perspectiva mais educacional e social da Educação Física, buscando preencher algumas lacunas deixadas enquanto o esporte de alto nível era o foco das discussões. Para Azevedo (1980), o “esporte envolve em sua dinâmica, todas as classes sociais, provocando assunto para discussão de natureza econômica, política, social e cultural (AZEVEDO, 1980, p. 8).

Vemos que os trabalhos de Cunha (1984) e de Pereira (1984), constantes na última edição da RBEFD, foram os únicos a fazer algum tipo de referência à educação política como componente de uma dimensão mais vasta de educação integral, onde a busca pela autonomia e o desenvolvimento do aluno são tidos responsáveis por uma formação mais consciente e crítica, além de uma evidente preocupação com a formação e atuação do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este trabalho podemos considerar que a RBEFD foi concebida com o intuito de capacitar os professores de Educação Física, evidenciando a importância das práticas corporais e enaltecendo o cunho científico dessa disciplina. Para tanto, trouxe em seus conteúdos exemplos de práticas que deveriam ser aplicadas pelos professores em suas aulas, buscando padronizar os procedimentos metodológicos e incentivar a formação de atletas, transformando a escola no espaço de formação do civismo e de força esportiva, o que essencialmente elevaria a qualidade do ensino.

Esperava-se que os professores de Educação Física se apropriassem do impresso, como observado nas diversas campanhas para sua adesão, pela ausência de estudos científicos desenvolvidos no Brasil que denotavam a importância da Educação Física.

O discurso contido na RBEFD era caracterizado pelo confronto de duas tendências distintas, a *pragmática* e a *dogmática*. A pragmática relacionava à Educação Física ao esporte de alto nível e a dogmática idealizava o esporte apenas como meio da Educação Física. O que pode ser notado é que no início de sua trajetória prevaleciam os conteúdos da tendência pragmática e com o passar do tempo, a dogmática ficou mais latente, mais preocupada com a formação humana do sujeito.

Apesar de toda essa configuração política, em que a Educação Física escolar foi apontada como promotora da saúde e o esporte tornou-se objeto de ensino nas escolas, empregado de modo a atender os anseios políticos do Governo Militar, vislumbra-se que foi a partir desse momento histórico que a Educação Física conquistou o seu espaço e importância no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. N. A atividade física na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 44. Brasília, 1980. p. 7-19.

BICCAS, M. S. *O Impresso como Estratégia de Formação Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____; SOUSA, C. P. A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: estudos sobre revistas de ensino. In VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Orgs). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 241-256.

CUNHA, M. I. Educação Física, um ato pedagógico. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 53. Brasília, 1984. p. 9-12.

FERREIRA, A. O. C. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, n. 7. Rio de Janeiro, 1969. p. 5-7.

_____. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, n. 9. Rio de Janeiro, 1970. p. 4-5.

FERREIRA NETO, A. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Educação Física e esporte. In: DACOSTA, L. P. (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 776-777

MELO, V. A. *História da educação física e dos esportes no Brasil: panoramas e perspectivas*. São Paulo: IBRASA, 1999.

MILWARD, L. Sugestões para um planejamento de Educação Física na escola primária. *Boletim Técnico Informativo*, n. 1. Rio de Janeiro, 1968. p. 56-59.

PEREIRA, F. M. Educação Física, uma prática permanente. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 53. Brasília, 1984. p. 18-22.

PEREIRA, L. E. *Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: MEC/SEE, 1983.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 2001. 398 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

TUBINO, M. J. G. As tendências internacionais da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 26. Brasília, 1975. p. 6-11.

VAGO, T. M. Educação física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 11, jan/jun 2006. Editora Autores Associados. Campinas-SP, 2006. p. 101-134.

DERMATOGLIFIA: CONCEITOS E APLICAÇÕES NO ESPORTE E NA SAÚDE ¹

Autor 1: Vanilda Espindola da Silva²
Autor 2: Ana Paula Moreira de Sousa³

Eixo Temático: Esporte, Saúde e Lazer

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo abordar sobre a dermatoglia, seus conceitos, definições e importância, pois este método é um tema atual, que tem contribuído o conhecimento e valorização do trabalho de profissionais da área da saúde e também do esporte, em especial aos da Educação Física. Como a pesquisa encontra-se em estágio inicial, neste momento está sendo feito o levantamento bibliográfico sobre o assunto e com isso a discussão do embasamento teórico baseou-se em artigos que abordam sobre o tema, tanto na área da saúde quanto do esporte. Portanto, a dermatoglia é o estudo científico das impressões digitais, pelo qual é possível analisar o potencial genético do indivíduo. Através dessa análise é possível descobrir as aptidões esportivas e algumas patologias e defeitos do desenvolvimento. A metodologia aplicada será em uma escola pública no município de Coronel Sapucaia- MS, com alunos do 9º ano do ensino fundamental. Os materiais utilizados para a coleta das impressões digitais serão rolo de entintamento, plaquetas e tinta para coleta das mesmas. Os resultados e discussões, assim como a conclusão do trabalho não poderão ser apresentadas, pois conforme já afirmado acima, a pesquisa está em andamento, em processo de elaboração. Contudo, esperamos que a mesma contribua para o campo acadêmico e social (principalmente pelo cuidado a saúde pública coletiva), somando qualitativamente para a área da Educação Física, com novas buscas e descobertas científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Dermatoglia; esporte; saúde.

1. CONCEITUANDO A DERMATOGLIFIA

A dermatoglia é o estudo das impressões digitais (ID) do indivíduo, é um método de observação das marcas genéticas. É um tema atual que nos remete a discussões sobre a saúde e o esporte. De acordo com Fernandes Filho (2003, p.158):

As impressões digitais são estudadas a mais de um século e são utilizadas como forma de diferenciação dos seres humanos. O método de análise das impressões digitais recebeu o nome de dermatoglia e foi apresentada em 1891 por Vucetich, um iugoslavo naturalizado Argentino, que desvendou o assassinato de uma criança identificando seu assassino através das impressões digitais deixadas no sangue da vítima.

¹ Artigo que se encontra em andamento, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

² Acadêmica do Curso de Educação Física/Faculdades Magsul.

³ Mestre em Educação, docente do Curso de Educação Física, das Faculdades Magsul e orientadora da pesquisa.

Ainda de acordo com o autor acima, “a dermatoglfia - do latim dermo, significado “pele”; e do grego glypha, “gravar” – é um termo proposto por Cummins e Midlo (1961)” (FERNANDES FILHO, 2004, p. 137). Foi introduzida na 42ª Sessão Anual da Associação Americana de Anatomos, realizada em abril de 1926.

Giraldi (2011) relata que desde o homem primitivo havia a necessidade de deixar sua marca em paredes de cavernas. Leakey (1981) citado por Giraldi (2011) dialoga que “essas impressões dos contornos das mãos são encontradas em mais de vinte cavernas por toda a França e Espanha (p. 34)”, conforme ilustrada a imagem abaixo.

Figura 1 - Figura de mãos realizadas com técnica stencil nas grutas cuevas de las manos em Santa Cruz - Patagônia



Fonte: <http://museupolt.blogspot.com/2011/06/pinturas-rupestres.html>.

Entretanto, podemos observar que as impressões das mãos nas paredes das cavernas foram registradas sob diferentes traços e variações. De acordo com Maudiut (1964) citado por Giraldi (2011), as observações cometidas nas paredes das cavernas demonstram que “a mão esquerda aparece impressa com maior frequência levando a crer que, desde aquela época, o emprego da mão direita era o habitual para os afazeres diários e que provavelmente a maioria dos indivíduos era destra (p. 35)”.

Conforme Giraldi (2011, p. 28), “os dermatóglifos são sistemas de cristas e de sulcos do estrato córneo da epiderme que revestem a parte ventral dos dedos e artelhos, palma das mãos e planta dos pés nos humanos”. No entanto, temos figuras das cristas epidérmicas presentes nas falanges distais, palmas das mãos e nos pés.

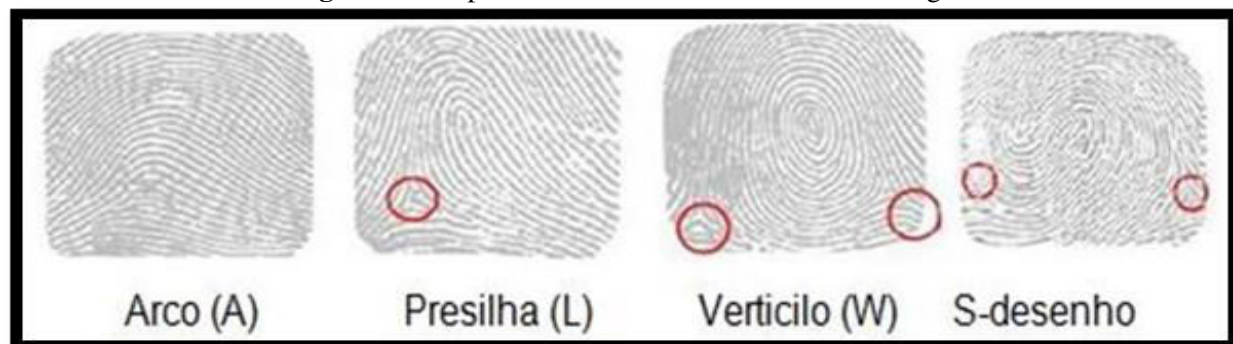
As impressões digitais têm intrigado o ser humano desde a era primitiva e ao longo dos anos, vêm sendo objeto de estudo para fisiologistas, geneticistas, antropologistas, anatomistas e médicos (ZAAR, 2007).

“As cristas dermopapilares que deixada sobre uma superfície são denominadas de impressão digital representa um marcador genético, do tipo quantitativo e cuja as características estatísticas configuram-se como variáveis discretas” (BEIGUELMAN, 1995 *apud* FERNANDES FILHO, 2004, p. 158). Estes autores pontuam que através das cristas dermopapilares é possível descobrir doenças como a Síndrome de Down, paralisia cerebral, entre outras.

Além disso, através da dermatoglia e leitura das cristas dermopapilares, podemos descobrir talentos no esporte, analisar a força, velocidade, resistência e coordenação motora de um indivíduo. Deste modo, em suma, existem três tipos de figuras presentes nas digitais, quais sejam: Arco (A), Presilha (L) e Verticilo (W). Fernandes Filho (2003, p. 90) afirma que:

As ID`s revelam em suas características, os processos de velocidade e de crescimento, e ainda permitem formar um esquema de princípios da associação das ID`s com as manifestações funcionais: resistência, velocidade, coordenação, força e as atividades cíclicas. Baseando-se nas análises das ID`s através dos tipos de desenhos: arco, presilha e verticilo, pode-se então identificar o potencial genético.

Figura 2 – 4 tipos fundamentais de desenhos dermatoglíficos



Fonte: (VAZ *et al*, 2011).

Castellanos e Ribeiros (1953) *apud* Giraldi (2011, p. 51) afirmam que as ID`s “em seus padrões de arranjo das cristas da pele nunca são iguais em duas pessoas, apesar da similaridade entre alguns indivíduos. Em outros, as diferenças são marcantes e apesar de haver peculiaridades dos desenhos, todos têm certa semelhança”. Compreendemos a partir

disso que as cristas dermopapilares são muito semelhantes, mas nunca igual, cada um possui uma particularidade.

No entanto, deve ser feita a coleta das ID's dos dez dedos para verificar qual será a predominância do desenho das cristas dermopapilares do indivíduo. “Em um mesmo indivíduo os padrões dermatoglíficos variam de dígito a dígito, assim uma pessoa pode ter o mesmo tipo de padrão dermatoglífico nos seus dez dedos ou vários padrões nos diferentes dígitos” (HOLT, 1961a; VERBOV, 1969a *apud* Giraldi, 2011, p. 83).

Conforme Salus 2012 *apud* (RIZZI; MARCELINO, 2013), as impressões digitais são formadas no sexto mês de vida dos bebês.

As impressões digitais são perenes porque desde que se formam no sexto mês da vida intrauterina permanecem invariáveis em número, situação, forma e direção até o fim da vida. São imutáveis, já que as impressões digitais não mudam fisiologicamente e são diversiformes, pois não existem impressões idênticas produzidas em dedos diferentes.

As impressões digitais já são utilizadas há muitos anos, mesmo antes deste estudo ser conhecido cientificamente. Há mais de três mil anos atrás os chineses utilizavam as linhas das mãos nos eventos que aconteciam. No período medieval já era considerado importante à leitura das cristas dermopapilares, era feito por chineses e ciganos (GIRALDI, 2011).

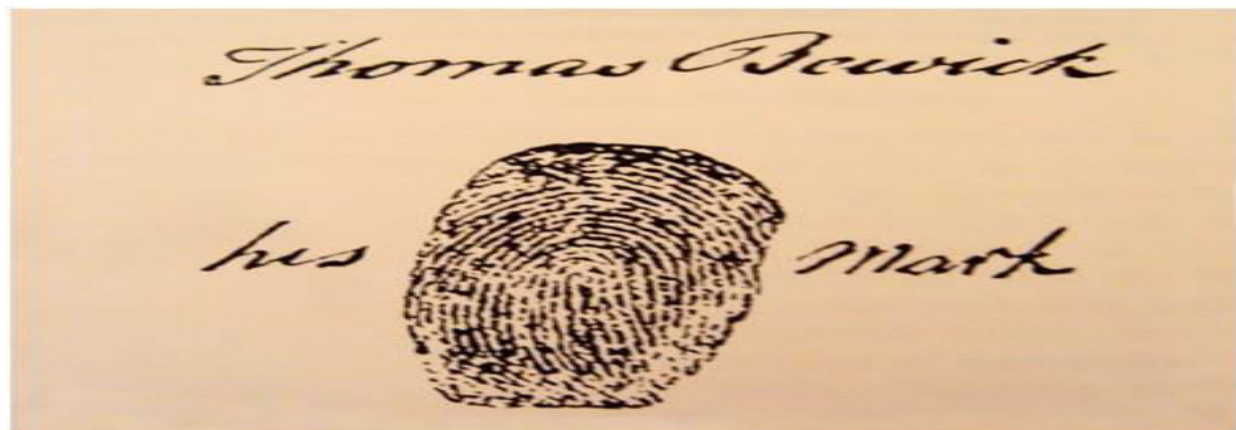
No período medieval foi associada à astrologia e, em 1530, um decreto expedido por Henrique VIII da Inglaterra alertava o povo dos perigos dos ciganos lerem a sorte e roubarem a população. Um exemplo é o uso de fórmula chinesa para dizer a sorte, no qual o futuro de uma pessoa é previsto de acordo com o número de verticilos e presilhas presentes em seus dedos desde o nascimento (p. 42).

Há também registros de que as ID's eram utilizadas para a identificação pessoal do indivíduo. Além disso, eram usadas em algumas ocasiões para deixar a marca das ID's como uma identificação simbólica.

Percebemos que desde aquela época já existia a necessidade de pessoas procurarem por ciganos para que pudessem ler a sorte, acreditando em um futuro conforme os desenhos das falanges distais e das palmas das mãos e visto também como uma marca simbólica nos eventos.

De acordo com Giraldi (2011, p.41) “o gravador e naturalista inglês Thomas Bewick (1753 - 1828) utilizou sua impressão digital como marca pessoal e gravou em madeira os padrões de seus próprios dedos, usando as impressões digitais como vinhetas”. Logo, observamos que desde aquela época já era entendido as ID’s como uma marca individual.

Figura 3 – Impressão digital de Bewick gravada em madeira



Fonte: (CUMMINS E MIDLO,1961, p. 8) .

Reafirmando as ID’s como uma forma de identificação pessoal, Giraldi (2011, p. 45) salienta que “na Índia, em 1858, um comissário britânico, *Sir William Herschel* divulgou o uso das impressões digitais como uma forma de assinatura para os indianos iletrados e colocou em prática o seu uso entre seus empregados para autenticar suas identidades”.

Segundo Rizzi e Marcellino (2013, s.p)

É possível observar as impressões digitais dos dedos das mãos e correlacionar com potencialidades para as capacidades biofísicas como força, velocidade, coordenação motora e resistência. Aliar genótipo e fenótipo amplia as possibilidades de encaminhamento junto aos indivíduos no que tange a orientação de talentos, planejamento do treinamento desportivo, preparação físicas e prescrição de exercícios na promoção de saúde e afins.

Portanto, observamos que a dermatoglia é um método de extrema importância para ser utilizado e trabalhado com atletas, na orientação e planejamento/periodização do treinamento e na promoção da saúde, além de prevenção de patologias.

2. A DERMATOGLIFIA NO ESPORTE

Atualmente a dermatoglia discute bastante a respeito dos esportes, pois é um dos seus objetos de estudo, pois como já mencionado, o estudo a leitura de suas cristas papilares definem algumas características importantes para a escolha de um esporte.

Cabral (2007, s.p) afirma que “no Brasil, as impressões digitais vêm firmando como mais um importante componente de estudo e auxílio dentro do esporte, procurando trazer maior cientificidade a essa área tão complexa”.

Segundo Medina (2002) *apud* Fernandes Filho *et al* (2005, p. 15):

O conhecimento das características de um esporte parece propiciar a aplicação adequada das estratégias que influenciariam em seu melhor rendimento. Desta forma, vemos que as características dermatoglíficas, como marcas genéticas, bem como o somatotipo, são considerados indicativos a serem utilizados, tanto no que se refere à *performance* atlética, quanto na compreensão morfofuncional do atleta.

Entretanto, Zaar (2007) salienta também sobre as influências genéticas no esporte.

Mesmo a criança possuindo a carga genética ideal para determinadas atividades, na falta de influências externas ou condições, não haverá o desenvolvimento de seu potencial, bem como, quando houver falta de carga genética de determinada característica, mesmo sob fortes influências do meio, a criança também não será um destaque na sua atividade.

Observamos que no campo do esporte além do indivíduo ter predominância das cristas dermopapilares condizentes para praticar determinado esporte, ele ainda necessita ter influências externas para que seja bem sucedido, considerando seu fenótipo e genótipo.

Fernandes Filho (2006, p. 137) ratifica a afirmativa.

A predisposição genética reflete a construção matriz deste ser ‘genótipo’, mas não obstante também está à mercê do meio e da interação do indivíduo com suas práticas motoras, sócio-afetivas e psicológicas em profunda associação com os aspectos morfofuncionais ‘fenótipo’. Com base no que está ora aludido, vislumbra-se um novo paradigma no treinamento esportivo, a utilização prática da identificação do atleta total em sua prática, e a íntima relação existente entre o estado e a predisposição.

Este mesmo autor pontua que “o modelo das impressões digitais conduz, a escolher-se

mais adequadamente, a especialização no esporte com a perspectiva de otimização quanto ao talento individual” (FERNANDES FILHO, 2004, p. 138).

Logo, “a dermatoglia é um marcador genético que pode ajudar na avaliação de pessoas potencialmente talentosas” (METTRAL *et al*, 2009, s.p).

3. DERMATOGLIFIA NO CAMPO DA SAÚDE

“O estudo da dermatoglia no campo da saúde tem colaborado bastante para o diagnóstico de doenças, como Síndrome de Down, Síndrome de Turner, entre outras. A dermatoglia tem seu estudo aplicado na criminalística, antropologia física, biologia humana, genética e clínica médica” (GIRALDI, 2011, p. 29).

Conforme autora acima há indícios que as alterações gênicas podem mudar os dermatóglifos, por isso são amplamente utilizados no diagnóstico de várias anomalias congênitas e de muitas doenças genéticas (cromossômicas e gênicas).

Por isso, ocorrem algumas possíveis alterações dermopapilares em crianças com determinadas síndromes e doenças crônicas.

Já foi constatado que na Síndrome de Down cerca de 35% dos pacientes apresenta dez presilhas ulnares, encontradas somente em 4% dos indivíduos da população geral, e também um trirrádio axial característico no centro da região palmar. Na Síndrome de Klinefelter o número total de cristas é reduzido e o padrão em arco está aumentado. Na Síndrome de Turner o total de número de cristas está aumentado em relação ao indivíduo normal. A deficiência na formação das cristas é observada em 1% dos indivíduos da população geral enquanto está presente em 18% dos casos de esquizofrenia. Têm sido encontradas também alterações dermatoglíficas em outras doenças como o diabetes *mellitus* tipo 1 e 2, doença celíaca, fenilcetonúria, hipertensão arterial, infarto do miocárdio, cardiopatia reumática, embriopatia por rubéola, leucemia, autismo, alcoolismo crônico, psoríase, alopecia areata e hanseníase (EBLING; EADY; LEIGH, 1992 *apud* GIRALDI, 2011, p.29).

Notamos que a dermatoglia não trata somente da caracterização do esporte ideal, na escolha de um esporte de alto rendimento, mas também na descoberta precoce de algumas síndromes e doenças crônicas.

Segundo Giraldi (2011), Harold Cummins e seu colaborador Charles Midlo (1961) são conhecidos como o “pai” dos dermatóglifos, pois criaram estratégias de estudo na área da dermatoglia, que ainda são utilizadas atualmente.

Afirmam que os principais estudos foram com portador de Síndrome de Down, em que a amostra apontou que existia uma prega palmar transversal em sua palma da mão, conforme mostrada na figura abaixo.

Figura 4 – Prega palmar transversal única na Síndrome de Down



Fonte: O autor (2007).

Verificamos o que a dermatoglia é mais ampla do que imaginamos. Sendo assim, podem ser diagnosticadas desde bebês algumas síndromes, falhas de desenvolvimento, entre outras patologias.

Um estudo realizado por diversos autores citado por Giraldi (2011, p. 113) demonstram quais síndromes cromossômicas e gênicas alteram os dermatóglifos, quais sejam: Síndrome de Poland (KUKLIK, 2000); Síndrome de Ellis-van Creveld (SHIONO, 1986); Síndrome de Ehlers-Danlos, Síndrome de Holt-Oram, Síndrome de Waardenburg, Síndrome de Kabuki (MA; CHOW; YAU, 2005); Síndrome de Prader-Willi (HOLT, 1975a, SCHAUMANN; OPITZ, 1991); Síndrome de Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser (KUMAR; MANOU, 2003); Síndrome mosaico i (12p); Síndrome de Pallister-Killian (SCHAUMANN; OPITZ, 1991); Síndrome de Alpert, Síndrome de Cornelia de Lange, em que ocorre prega palmar única, profunda e aumento do ângulo *atd* (SMITH, 1966; VERBOV, 1970a).

Giraldi (2011, p. 117-118) corrobora afirmando que existe uma síndrome autossômica, que apresenta a ausência de cristas dermoglíficas. Segundo Holt (1964, s.p) “atualmente foi designada como Síndrome de Basan, com herança autossômica dominante”. É também

denominada de “doença do retardo na imigração”, pois há dificuldade na identificação destes indivíduos que não possuem dermatóglifos.

Segundo Okajuma (1975) *apud* Giraldi (2014), reafirma o que foi dito anteriormente:

Alterações congênicas dos dermatóglifos podem ocorrer num estágio precoce do desenvolvimento embrionário fetal, na fase da formação e crescimento dos membros, no terceiro mês de vida intrauterina. Doenças congênicas e síndromes podem do mesmo modo afetar o formato dos dermatóglifos

No entanto, as alterações no desenvolvimento acontecem ainda no período embrionário fetal, sendo assim afetam o formato das impressões digitais, podendo ser constatadas síndromes e alterações de desenvolvimento ainda quando bebê.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa será bibliográfica e de campo, com caráter descritivo e analítico. A mesma será realizada em uma escola pública do município de Coronel Sapucaia-MS, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Além disso, a coleta de dados será feita por meio da coleta das impressões digitais dos alunos e, por conseguinte será descrita e analisada qual a predominância das cristas dermopapilares dos mesmos, isto é, quais as prevalências em termos de desenhos dermatoglíficos, como arco, presilha e verticilo.

Os materiais utilizados para a coleta das impressões digitais serão: rolo de entintamento, plaquetas e tinta para coleta de digitais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões ainda estão em processo de elaboração, pois a pesquisa se encontra em andamento, em estágio inicial, com o levantamento bibliográfico acerca do tema, para posteriormente materialização na pesquisa de campo, por meio da coleta dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dados conclusos para serem divulgados, devido a pesquisa estar em

elaboração, contudo, considerando cada item abordado e que está relacionado a dermatoglia, observamos que esta temática possui um assunto amplo e interessante, que se articula a saúde ao esporte, área criminalística, área genética, entre outras.

Rizzi e Marcellino (2013, s.p) afirmam que “a dermatoglia antecipa a utilização das tendências genéticas de um indivíduo e, aliada à atuação do meio ambiente, pode contribuir, não exclusivamente para a determinação do talento, mas para potencializar o desenvolvimento”, e isso facilitará saber qual será o treinamento destinado a cada atleta, melhorando sua aptidão física e chegando a um bom desempenho.

Além disso, descobrem patologias e falhas no desenvolvimento do ser humano de acordo com a predominância de desenhos encontrados nas ID's, e segundo os estudos desenvolvidos por Ebling; Eady; Leigh (1992) é possível encontrar alterações das cristas dermopapilares em indivíduos com doenças crônicas e cromossômicas gênicas como o diabetes *mellitus* tipo 1 e 2 e a hipertensão arterial. Outro fato importante foi o principal estudo de Cummins e Midlo (1961) sobre a Síndrome de Down.

De acordo com Salus (2012) *apud* Rizzi, Marcellino (2013, s.p), “as impressões digitais são perenes, porque desde que se formam no sexto mês da vida intrauterina permanecem invariáveis em número, situação, forma e direção até o fim da vida”, desde que o indivíduo não tenha nenhuma alteração devido a síndromes.

Portanto, consideramos que o Profissional de Educação Física deve estar atento a temáticas emergentes como essa, que são assuntos de extrema importância para área, pois também cabe a ele a melhoria do treinamento, da qualidade de vida, da promoção da saúde e da prevenção de patologias, etc.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Breno Guilherme de Araujo Tinoco. **Voleibol infanto - juvenil brasileiro: somatotipia, qualidades físicas e marcadores genéticos dos atletas em diferentes níveis de qualificação esportiva.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências da Saúde, Natal - RN, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13162> Acesso em: 03/04/2017
- DANTAS, Paulo Moreira Silva; ALONSO, Luciano; FERNANDES FILHO, José. A dermatoglia no futsal brasileiro de alto rendimento. **Fitnees & Performance Journal.** v. 3,n. 3, p. 136 – 142, 2004. Disponível em: http://www.fpjournal.org.br/painel/arquivos/1450-2_Futsal_Rev3_2004_Portugues.pdf Acesso em: 20/03/2017

FERNANDES FILHO, José; DANTAS, Paulo Moreira Silva; FERNANDES, Paula Roquetti. **Genética e treinamento esportivo: o uso prático da dermatoglia.** Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 137. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4013578.pdf>. Acesso em: 05/04/2017

FERNANDES FILHO, José; FERNANDES, Paula Roquetti. Estudo comparativo da dermatoglia, somatotipia e do consumo máximo de oxigênio dos atletas da seleção brasileira de futebol de campo, portadores de paralisia cerebral e de atletas profissionais de futebol de campo, não portadores de paralisia cerebral. **Fitness & Performance.** 3,3,158, mai./jun., Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: Acesso em: http://fpjournal.org.br/painel/arquivos/1453-5_Futebol_Rev3_2004_Portugues.pdf Acesso em: 25/03/2017

GIRALDI, Susana. **Revisão histórica dos dermatóglifos e estudo comparativo entre o método tradicional de impressão palmar com tinta e método de escaneamento digital em um grupo de escolares de Curitiba, Paraná.** Tese de Pós Graduação Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29324>.

METTRAU, Marsyl Bulkool *et al.* Avaliação do perfil pessoal de adolescentes talentosos utilizando suas características dermatoglíficas. **Meta Avaliação.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220 - 236, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/43/24> Acesso em: 05/04/2017

RIZZI, Ariel Estevan Kremer; MARCELINO, Patricia Carlesso. Algumas premissas sobre os estudos em dermatoglia no esporte e nas áreas da saúde. **Revista Digital.** Buenos Aires, ano 18, n. 184, set. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd184/dermatoglia-no-esporte-e-saude.htm> Acesso em: 27/03/2017

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: a história que não se conta - Castellani Filho

(Resenha Crítica)

Autor: Luciene Pimentel Valençola

Castellani Filho, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Ed. Papyrus, 2010.

Lino castellani filho, nasceu em São Paulo, 1951, é professor de Educação Física formado pela E.E.F. da USP em 1974. Defendeu sua tese de mestrado em educação (Filosofia da Educação) na PUC de São Paulo em 1988. Entre 1978 e 1986 foi docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão, exercendo neste estabelecimento a função de Coordenador do Curso de Educação Física nos anos de 1981 e 82.

Atualmente é Professor-visitante da Universidade de Brasília, UNB, junto à sua Faculdade de Educação Física. Foi professor da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, de 1986 a 2011, a partir de 2009 na condição de Livre-docente, tendo tido a oportunidade de vivê-la intensamente a partir de distintos lugares.

O livro Educação Física no Brasil a historia que não se conta do autor Lino Castellani Filho, é uma obra crítica que relata uma parte da Educação Física no Brasil, com a laboriosa tarefa de descaracterização física no Brasil. Lino explora desde a mudança do conceito de saúde até a influência da conjuntura política atual na educação física.

A obra parte do seguinte conjectura, a Educação Física vinha representando diversos papéis em uma peça que estava sendo encenada no cenário educacional brasileiro em palco social, palco e cenário este que acabavam por se movimentar á proporção que os movimentos históricos distintos se modificavam.

Os papeis representados pela Educação Física também acabam sendo mudados, passando a representar vários papéis a medida que os cenários educacionais se transformavam. Observando assim a realidade de cada momento á partir de seu contexto histórico.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

O autor passa a dar conta desse movimento, a ideia desse movimento também versa ao método de análise do real, sendo um materialismo histórico argumentando com a dialética como se abrandasse que se é vivido, para poder buscar elementos do que se está vivendo, para evidenciar o futuro.

Castellani Filho corrobora dizendo que a educação não acontece sem a sociedade, que esta por sua vez está dividida por classes sociais, e com seus próprios interesses econômicos.

Ressalta-se a relação ao velho e o novo, na busca de reconhecer o velho buscando superação para que o novo surja. O autor demonstra influência marxista, onde o novo não surge pela eliminação do velho, mas sim pela eliminação do velho, separando o que se é conhecido, ou seja faz-se necessário conhecer para que se possa avançar.

Na década de 70 o Governo investia na Educação Física como método de segurança, composto de jovens fortes e saudáveis, passando a ser decretada a Educação Física Escolar como uma atividade que aprimorasse as forças físicas, morais, psíquicas, e sociais do educando.

Nos anos 80 Profissionais de Educação Física tentaram intervir na Educação Física, mas pouco se conhecia, sendo os primeiros passos para que essa mudança ocorresse segundo Castellani Filho seria “conhecer, incorporar e apreender” para dar-se conta da construção do novo.

Esse período é colocado como um período de redemocratização da sociedade, a Educação Física nesse momento passava por transformações, o que ocorre até o presente momento, porém com períodos distintos vivenciados hoje no Brasil.

Hoje temos uma postura de superação em relação aos anos 80, o livro deixa vestígios para uma transformação da Educação Física quando deparada a compreensão histórico-crítica da educação. Antes as brigas em questão de rotulação da Educação Física davam-se ao colocarem-na no campo da saúde, onde antes era uma questão objetiva e fisiológica e agora é uma questão subjetiva inserida em termos de qualidade de vida, entre outros estereótipos.

A questão central do texto refere-se a consciência corporal, que se é muito falada e pouco praticada um exemplo é a prática do Judô no Brasil por exemplo, se o professor não entender a dimensão cultural como produção cultural de uma determinada época, de um segmento social estipulado não se conseguirá a consciência corporal.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Não bastando ensinar o movimento se não se sabe seu processo, filosofia. As técnicas não são suficientes sem o desenvolvimento que explicita a dimensão filosófica de determinada modalidade, destituindo uma prática corporal de seu sentido e do seu significado.

Ocorre então esportivização no sentido da performance do rendimento, desvinculando assim o esporte da sua origem da prática corporal social, tendo a necessidade para atender uma necessidade, não bastando fazer mas sim entendendo o porque de se fazer determinada atividade.

Cabe então a Educação Física socializar os conhecimentos histórico extrínsecos a motricidade, com a compreensão de movimento ao fator da cultura, tratando de se fazer compreender que o que vem a definir a consciência corporal do homem é a compreensão dos fatores que se ligam aos aspectos socioculturais pertinentes no contexto histórico da sociedade. Desafio esse que a Educação Física levará ainda alguns anos.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

JOGOS COOPERATIVOS: O JOGO E O ESPORTE COMO EXERCÍCIO DA
CONVIVÊNCIA – Fábio Otuzi Brotto
(Resenha Crítica)

Autor: Jefferson Campos Lopes

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como Exercício de Convivência. 4 ed. **Editora:** Palas Athena. 2013.

Fabio otuzi brotto, nasceu em Rio Claro/SP, possui Mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (1999), Bacharelado em Psicologia pela Universidade São Marcos (1989) e Licenciatura em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Santo Andre (1981). Foi Co-fundador do Projeto Cooperação e atualmente é Sócio-Focalizador do Projeto Cooperação, criador da I Pós Graduação em Jogos Cooperativos do Brasil, docente da Universidade Holística Internacional de Brasília. Facilitador credenciado do “Jogo da Transformação” (Innerlinks-EUA e Findhorn Foundation-Escócia). Tem experiência na área de Educação Física e Psicologia, com ênfase em Jogos Cooperativos, Pedagogia da Cooperação, Desenvolvimento de Comunidades Colaborativas e Transformação pessoal.

O livro Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como Exercício de Convivência do autor Fabio Otuzi Brotto, é uma obra inovadora que relata o uso exarcebado da competição como um único caminho a ser desenvolvido dentro da educação física. Brotto apresenta uma mudança de ensinar e aprender que busca contribuir para que as pessoas possam resgatar o seu potencial de viver juntas e realizarem objetivos comuns, aprendendo a viver uns com os outros, ao invés de uns contra os outros. Este processo é desenvolvido através da cooperação onde existe outra maneira de poder jogar além da competição atualmente utilizada ainda nos dias de hoje na educação física.

Trata-se de um estudo filosófico pedagógico acerca dos jogos cooperativos para promover a ética da cooperação e desenvolver as competências necessárias para a melhoria da qualidade de vida atual para a vida das futuras gerações.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Com os jogos cooperativos, a Educação Física pode enxergar com muito mais facilidade a integralidade do ser humano e a necessidade de trabalhar valores tais como a solidariedade, a liberdade responsável e a cooperação.

Ao utilizarmos os jogos cooperativos estamos nos referindo ao envolvimento e à participação das crianças, adolescentes e adultos nos jogos, mostrando aumento da colaboração, da solidariedade, da amizade e do respeito entre elas. Assim os jogos cooperativos, irão permitir aos participantes das atividades uma nova forma de jogar, melhoria da interação social, levando-os a perceber a possibilidade de haver divertimento sem a competição a que estão acostumados dentro da sociedade.

O autor ao resgatar as atividades dos participantes e adaptá-las à proposta dos jogos cooperativos, observa-se um método e uma oportunidade para estabelecer um diálogo mais próximo com as pessoas. Ao permitir a participação de todos, o professor/facilitador coloca-se em condição de igualdade e estabelece um exemplo efetivo de como abrir caminho para cooperação, o diálogo, o aprendizado recíproco e a busca de convergências passando a dar conta desse movimento, que fortalece a convivência entre todos.

O livro é organizado em cinco capítulos: O jogo em uma sociedade em transformação, a consciência da cooperação, jogos cooperativos, jogos cooperativos: uma pedagogia para o esporte, o jogo e o esporte como exercício de convivência. O livro possui ainda algumas considerações finais, bibliografia e anexos.

Na primeira parte do trabalho, Brotto expõe os conceitos e abordagens de jogo, fazendo uma relação dele com as dimensões do ser humano e uma relação profunda com a vida humana, afirmando que: Jogo do jeito que vivo e vivo do jeito que jogo. Trazendo a realidade de como se joga e reflexo do jeito que se vive no dia a dia dentro da sociedade..

A partir do capítulo “a consciência da cooperação”, Brotto fala sobre a diferença gritante que há entre a cooperação e a competição, quais os alcances, os objetivos e os sentimentos envolvidos em uma situação competitiva e em uma situação cooperativa. Comenta também sobre alguns mitos que surgem quando falamos em cooperação, deixando bem claro que há alternativas, não porque a competição é ruim e a cooperação é boa, mas porque a cooperação é mais necessária se queremos um mundo melhor. “Não sou contra a competição, sou francamente a favor da cooperação”. O capítulo termina com uma proposta

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

para que o desenvolvimento da cooperação seja desenvolvido por todos, mostrando que a sociedade cooperativa é uma possibilidade, que exige um continuo olhar atento e prática constante de comportamentos cooperativos.

No capítulo três Brotto, dedica-se a falar dos jogos cooperativos com profundidade, da sua origem, da sua evolução, de como esse movimento foi espalhando-se pelo mundo até chegar ao Brasil. Aqui no Brasil a trajetória dos jogos é mostrada de forma cronológica. Mostra ainda os conceitos e as características dos jogos cooperativos, principalmente contrastando com as características dos jogos competitivos. Jogos cooperativos são bem mais que jogos desenvolvidos em sala de aula, ou em quadras, por isso, Brotto mostra a visão que movimenta os jogos cooperativos e os princípios sócio-educativos da cooperação: a convivência, a consciência e a transcendência.

No capítulo quatro “jogos cooperativos: uma pedagogia do esporte”, o autor discorre sobre o esporte como algo muito presente na experiência humana e como conteúdo da disciplina de Educação Física. Ao esporte ele une a pedagogia, transformando-a em uma linha de pesquisa que aplica a ciência do esporte aos princípios sócio-educativos para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. É o uso do esporte como meio de educação. Ainda nesse capítulo Brotto fala da importância da cooperação no esporte ensinando ao pedagogo do esporte todas as categorias de jogos cooperativos, os critérios para formação de grupos, a visão sobre premiação e as ações cooperativas, que são ações de criação e organização de eventos grandes de cooperação.

No último capítulo, o autor relaciona tudo que foi exposto ao exercício da convivência, e estimula o leitor a desejar e lutar por um mundo melhor, sem perdedores ou vencedores, mas um mundo onde todos vencem juntos. Um verdadeiro desafio na construção de um mundo onde nós nos importamos com o outro, porque ele é parte de nós.

Ao finalizar sua obra o autor apresenta uma proposta que pode ser considerada como uma filosofia de vida onde nossas experiências através dos jogos cooperativos têm demonstrado que modificar atitudes, crenças e valores que são geradores de muitos conflitos são uma forma complexa de viver na sociedade. Mostram também que há muito a aprender e a refletir sobre como desmistificar a competição e levar a cooperação além do espaço e do momento do jogo cooperativo.

Revista Magsul de Educação Física na Fronteira

Assim o maior objetivo é o convívio, e a realização de planos em comum, onde é essencial saber respeitar os demais participantes, promovendo à ética e fazendo com que as pessoas que se acham inferiores, se tornem felizes com a integração no meio destes jogos cooperativos.

A meu ver esta obra traz o compromisso dos educadores que é buscar o desenvolvimento e a transmissão de valores que estimulem a solidariedade, o respeito mútuo, a compaixão e muitos outros, mas sem, com isso, incentivar os alunos à resignação, à conformação e a subserviência. Ao contrário, o papel do educador, trabalhando com jogos cooperativos, é o de despertar o senso crítico para as questões sociais e para o maior desafio da humanidade o de conviver juntos respeitando as diferenças que possam existir entre todos.